

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**DAS MEMÓRIAS DE UM TEMPO:**

O SILÊNCIO, A IDENTIDADE E AS INCOMPLETUDES DA VIDA NAS OBRAS  
*PARÁBOLA DO CÁGADO VELHO*, DE PEPETELA, *BIOGRAFIA DO LÍNGUA*, DE  
MÁRIO LÚCIO DE SOUSA, E *REQUIEM PARA O NAVEGADOR SOLITÁRIO*, DE  
LUÍS CARDOSO

JÉSSICA SCHMITZ

PORTO ALEGRE

2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**DAS MEMÓRIAS DE UM TEMPO:**

O SILÊNCIO, A IDENTIDADE E AS INCOMPLETUDES DA VIDA NAS OBRAS *PARÁBOLA DO CÁGADO VELHO*, DE PEPETELA, *BIOGRAFIA DO LÍNGUA*, DE MÁRIO LÚCIO DE SOUSA, E *REQUIEM PARA O NAVEGADOR SOLITÁRIO*, DE LUÍS CARDOSO

Tese de Doutorado na área de Estudos Literários, com ênfase em Pós-colonialismo e Identidades, apresentada ao PPG-LETRAS da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras.

**Orientador:** Prof. Dr. Daniel Conte

PORTO ALEGRE

2022

---

**CIP - Catalogação na Publicação**

Schmitz, Jéssica

Das Memórias de um Tempo: o silêncio, a identidade e as incompletudes da vida nas obras Parábola do Cágado Velho, de Pepetela, Biografia do Língua, de Mário Lúcio de Sousa, e Requem para o Navegador Solitário, de Luís Cardoso / Jéssica Schmitz. -- 2022.

156 f.

Orientador: Daniel Conte.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Literatura Africana. 2. Identidade . 3. Silêncio. 4. Memória. I. Conte, Daniel, orient. II. Título.

**JÉSSICA SCHMITZ**

**DAS MEMÓRIAS DE UM TEMPO:**

O SILÊNCIO, A IDENTIDADE E AS INCOMPLETUDES DA VIDA NAS OBRAS *PARÁBOLA DO CÁGADO VELHO*, DE PEPETELA, *BIOGRAFIA DO LÍNGUA*, DE MÁRIO LÚCIO DE SOUSA, E *REQUIEM PARA O NAVEGADOR SOLITÁRIO*, DE LUÍS CARDOSO

Porto Alegre, 05 de julho de 2022

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA:

---

Orientador: Prof. Dr. Daniel Conte – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liliam Ramos da Silva - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Neves Riambau Pinheiro – Universidade Federal da Paraíba

---

Prof. Dr. Ederson de Oliveira Cabral – Universidade FEEVALE

*Ao Heitor, que, ainda em meu ventre, tem ressignificado  
toda minha existência!*

*Ao Volnei, amor e companheiro de vida!*

## **UMA CAMINHADA NÃO SE CONSTRÓI SOZINHA: HORA DE AGRADECER!**

Em 2009, iniciei minha jornada como estudante de Letras. Depois de passar por uma fase de desafios, instigada a mudar o rumo da minha vida e inspirada pelo meu marido, lancei-me na jornada da busca pela formação superior. O desafio foi grande - ainda mais para alguém que precisava se desprender de alguns preconceitos impostos sobre quem mora no interior, o que era o meu caso. Pensando sobre isso, inicio meus agradecimentos olhando para trás, para a minha base, para refletir sobre como esses anos todos foram transformadores na minha vida. E preciso dizer que, na época, a ideia de concluir a graduação me bastava. Sinceramente falando, eu nem sabia que doutorado existia.

Nesse processo todo, da graduação até aqui, muitas foram as minhas transformações. Dentre delas, apaixonei-me pelo universo das letras, pela magia das palavras, pelo poder humanizante e transformador da literatura. Ela, a literatura, tem me mudado diariamente. A teoria me ajuda a compreender como a relação entre literatura e sociedade funciona, ajuda-me a ser uma pessoa melhor, uma professora melhor e uma pesquisadora mais apurada e consciente. E, como coloquei no título, tudo isso que me trouxe até 2022 não foi uma caminhada solitária. A Jéssica que hoje encerra este ciclo foi inspirada por muita gente!

Daniel, o orientador desta tese, orientador de vida e amigo, bem sabe o quanto mudei. Sempre acreditou em mim e esteve ao meu lado, puxando a orelha ao mesmo tempo que me abria o caminho da reflexão. Foi ele, também, que me apresentou ao Pepetela e, por conseguinte, a todo o universo inspirador da literatura contemporânea pós-colonial. Dani, tu nem sabes o quanto sou grata por tudo que tu representas nesta minha caminhada. Gratidão!

Marinês, minha amiga, é outra inspiração para mim! A ela agradeço por me ensinar a ter paciência, a manter a minha essência e a acreditar no meu potencial. Mari, muito obrigada por ser sempre leveza para meus dias e inspiração diária, como professora, mulher e mãe.

De forma especial, preciso agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aos professores com os quais tive contato nesses quatro anos de doutorado. Meu processo como aluna da Pós-graduação em Letras foi transformador. Muito obrigada!

De forma especial, preciso agradecer àqueles que não soltam minha mão

nunca. E palavras não bastam para expressar o quanto a minha família é importante para mim. Obrigada aos meus pais, ao meu irmão e aos amigos, que também são família, por sempre estarem ao meu lado, por entenderem minhas ausências, mesmo não compreendendo muito bem o que significava a frase “ela está escrevendo a tese”.

Ao Volnei, meu maior motivador, certamente não só agradeço, mas dedico a ele esta conquista. Lá atrás, quando estava prestes a desistir, ele me fez levantar. Veio a graduação, o mestrado e, agora, o doutorado. Só tenho a dizer: Obrigada por seres minha fortaleza. Agora, concluído o processo do estudo, certamente teremos muito a aprender e compartilhar com a chegada do nosso pequeno Heitor!

E preciso dizer mais isto: quando entrei no doutorado, a perspectiva era de produzir uma tese que desse conta de elucidar o que, para mim, de mais significativo há nas literaturas contemporâneas pós-coloniais, que era a relação do silêncio com a identidade das nações. O processo inicial foi tranquilo e organizado. Mas, nesse meio tempo, nós mesmos precisamos nos silenciar e voltar os olhos para dentro. A pandemia chegou para desestruturar tudo aquilo que estava definido. E não foi fácil! Mas foi do jeito que precisava ser. E com esse processo, eu mais uma vez evoluí.

Robert Frost já dizia que, existindo dois caminhos, a escolha do menos percorrido é o que fará mais diferença. Ele tinha razão! Certamente, foram os caminhos menos percorridos que eu escolhi para seguir que me trouxeram até aqui. Muito ainda há de se falar sobre a literatura que transforma, que faz transcender e que nos torna mais gente a cada dia. E é diante disso que os meus caminhos passarão a ser trilhados. Que novos ciclos sejam possíveis!

*“Ao espírito resta a tarefa de fazer sistemas, de agenciar experiências diversas para tentar compreender o universo. Ao espírito convém a paciência de instruir-se ao longo do passado do saber. O passado da alma está tão longe! A alma não vive ao fio do tempo. Ela encontra o seu repouso nos universos imaginados pelo devaneio”.*

**Gaston Bachelard – Poética do Devaneio**

## RESUMO

Para além de uma análise teórica sobre os processos dialéticos das fronteiras, pensar a emergência da literatura em um contexto pós-guerra é esculpir um *modus operandi* da força que se ergue nas margens do espaço-tempo. As trilhas percorridas pelos sujeitos históricos nos processos de colonização colocados em curso pelo dominador português configuram o campo de estudo acerca das literaturas pós-coloniais e sua íntima relação com a memória, o silêncio e a identidade. O tema deste estudo é, pois, o sujeito histórico e seu trânsito no espaço-nação pós-independência e sua relação com o silêncio, a memória e a identidade. Parte-se da premissa de que esses elementos estão diretamente ligados ao compêndio imagético dos países de Angola, Cabo Verde e Timor-Leste, representados, respectivamente, nas obras *Parábola do cágado Velho*, de Pepetela, *Biografia do Língua*, de Mário Lúcio de Sousa, e *Requiem para o Navegador Solitário*, de Luís Cardoso, escolhidas como *corpus* da pesquisa. Nesse sentido, este estudo pretende analisar o diálogo existente entre as literaturas pós-coloniais contemporâneas no que tange à reescrita da história, à valorização da memória e à representação dos conflitos de identidade para compor a ossatura que interliga as narrativas. Embora os autores das obras que integram este projeto tenham seguido percursos literários distintos, suas narrativas apresentam elementos que convergem, haja vista a temática central de suas histórias e as discussões sobre o colonialismo e o pós-colonialismo, em especial no que tange aos problemas que essa “política” causou para os países que, por décadas, ficaram sob domínio português e cuja população foi silenciada por uma cultura de dominação.

**Palavras-Chave:** Fronteira. Literatura. Memória. Pós-colonialismo. Silêncio.

## ABSTRACT

In addition to a theoretical analysis of the dialectical processes of borders, to think about the emergence of literature in a post-war context is to sculpt a *modus operandi* of the force that rises on the margins of space-time. The trails covered by historical subjects in the colonization processes put in place by the Portuguese dominator configure the field of study about post-colonial literatures and their intimate relationship with memory, silence and identity. The theme of this study is, therefore, the historical subject and the transit in space - post-independence nation and the relationship with silence, memory and identity. It starts from the premise that these elements are directly linked to the imagery compendium of the countries of Angola, Cabo Verde and Timor-Leste, represented, respectively, in the books *Parábola do Cágado Velho*, by Pepetela, *Biografia do Língua*, by Mário Lúcio de Sousa and *Requiem para o Navegador Solitário*, by Luís Cardoso, chosen as the research corpus. In this sense, this study intends to analyze the existing dialogue between contemporary post-colonial literatures regarding the rewriting of history, the valorization of memory and the representation of identity conflicts to compose the bone that links the narratives. Although the authors of the works that make up this project have followed different literary paths, their narratives present elements that converge, given the central theme of their stories and the discussions about colonialism and post-colonialism, especially with regard to the problems that this “policy” caused for countries that, for decades, came under Portuguese domination and whose population was silenced by a culture of domination.

**Keywords:** Border. Literature. Memory. Post-Colonialism. Silence.

## SUMÁRIO

<b>1 A CASA É TUA, PODES ENTRAR OU DE UM POSSÍVEL COMEÇO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 DESCOMPASSO COLONIAL: AS MÁCULAS DA COLONIZAÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>2.1 As Máculas da Colonização – Longo contexto português .....</b>	<b>22</b>
<b>2.2 Nós, os Outros – Um Certo Timor-Leste – Breve contextualização .....</b>	<b>37</b>
<b>3 FRAGMENTOS DA VIDA, ESCRITAS DE SI .....</b>	<b>42</b>
<b>3.1 Entre ruídos e reticências – a <i>Parábola do Cágado Velho</i>, de Pepetela .....</b>	<b>46</b>
3.1.1 O Mundo de Ulume – a nascente .....	48
3.1.2 A estranha paragem do tempo – o silêncio .....	56
3.1.3 O seco silêncio do kimbo – as ressonâncias .....	64
3.1.4 O cume do Mundo – o sol poente .....	70
<b>3.2 Não deixar morrer ou de quando o tempo se eternizou: a <i>Biografia do Língua</i>, de Mário Lúcio Sousa .....</b>	<b>77</b>
3.2.1 Um sussurro que transcende: eu, condenado, quero contar uma história! .....	79
3.2.2 Todos os verbos do princípio - o lugar-mundo de língua.....	90
3.2.3 “BEM, PARECE QUE TERMINEI!”: o sonhador-mundo.....	99
<b>3.3 Entre buganvílias e gatos, onde mar e silêncio prosperam: o <i>Requiem para o Navegador Solitário</i>, de Luís Cardoso .....</b>	<b>111</b>
3.3.1 Bons olhos a vejam – flores para Catarina .....	114
3.3.2 Solitária travessia – nada acontece de novo pelas bandas do mar.....	119
3.3.3 Nunca devias ter vindo – os conflitos de Catarina .....	127
3.3.4 Que bela varanda, Catarina – o sol em brasa.....	133
<b>4 TRAVESSIAS E RESSONÂNCIAS – DE QUANDO O SILÊNCIO SE FEZ VERBO .</b>	<b>139</b>
<b>4.1 Diante de mim – o mundo: a eloquência do Ser em meio à tempestade ...</b>	<b>139</b>
<b>5 CHEGAMOS, ENFIM - A CONCLUSÃO.....</b>	<b>146</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>152</b>

## 1 A CASA É SUA, PODES ENTRAR OU DE UM POSSÍVEL COMEÇO

Pensar sobre as literaturas pós-coloniais contemporâneas é compreender que a linha-vida é muito mais atenuada e incompreensível do que os olhos possam enxergar. As escritas colocadas em curso pelas literaturas pós-coloniais lançam luz sobre a diaspórica condição dos sujeitos afligidos pelo fazer colonial. Assim, entre ritos, palavras e textos, essas literaturas, dentro do compêndio imagético do “novo”, provocam a reflexão sobre o que seria a precisão de viver em um espaço no qual o sujeito sequer é visto como tal. Escrever para viver! Ler para sobreviver. A literatura é essa casa com varanda entreaberta, na qual o leitor pode entrar, se deleitar, mas, principalmente, se (re)conhecer e se (re)conectar. Talvez essa seja a premissa mais tangível quando se pensa na função que a literatura tem desempenhado, durante tantos anos, em terras, como Angola, Cabo Verde e Timor-Leste, ou seja, forma de reconhecimento dos sujeitos históricos que compõem, diariamente, a história de suas nações. Trata-se de sujeitos que ficaram à margem, assumindo uma condição periférica, foram silenciados e, por meio da literatura, fazem insurgir novas escritas de si e sobre si.

A colonização portuguesa, por onde passou, deixou marcas profundas na conjuntura política e social dos países sob seu domínio. Durante esse período, que foi de extrema banalização do sujeito, a cultura e a identidade dos indivíduos foram excluídas. Nesse contexto, a ideologia defendida por Portugal ficou impregnada no imaginário social e fez com que o preconceito e a discriminação se acentuassem nesses lugares. Assim sendo, movimentos que possibilitem aos indivíduos ser protagonistas de suas histórias são, hoje, um dos principais pontos discutidos pelas teorias pós-coloniais. É preciso reorganizar esse imaginário social, a fim de desvencilhar o presente das mentiras difamadas durante tantos anos.

A história, mais especificamente, a historiografia, tem, durante décadas, defendido um estudo puro dos fatos, uma verdade absoluta, o que, de acordo com Jenkins (2013), não é possível, uma vez que o passado é revisitado por pesquisadores que estão no presente. Por conta disso, o que se tem hoje como fato histórico segue muito mais a linha da interpretação do que a da verdade propriamente dita. Para o autor, a verdade está mais ligada a um sistema de poder, que dita regras para que se tenha, ao final, um certo “funcionamento” do discurso. Além disso, seguindo a ideia de Jenkins (2013, p. 57),

somos parceiros na incerteza; surpreendemos a verdade, saímos em seu encaixe e descobrimos que se tratava de um signo linguístico, um conceito. A verdade é uma figura de retórica cujo quadro de referências não vai além de si mesma, incapaz de apreender o mundo dos fenômenos: a palavra e o mundo, a palavra e o objeto, continuam separados.

Partindo dessa ideia, torna-se possível repensar os discursos empregados e defendidos durante o período colonial, muitos dos quais ainda hoje vigoram na sociedade. Embora o período colonial tenha terminado, as sociedades colonizadas ainda buscam formas de se reorganizar e se firmar como nações. Assim sendo, pensando nos processos civilizatórios postos em curso por Portugal, principalmente, no continente africano, mas também no asiático, as palavras de Jenkins (2013) fazem refletir e, sobretudo, questionar essa dita verdade, imposta e disseminada durante décadas, haja vista que

todo consenso (temporário) só é alcançado quando as vozes dominantes conseguem silenciar outras, seja pelo exercício explícito de poder, seja pelo ato velado de inclusão e/ou anexação. Ao fim, a história é teoria, e a teoria é ideologia, e a ideologia é pura e simplesmente interesse material. A ideologia penetra todos os aspectos da história, aí incluídas as práticas cotidianas para produzir histórias naquelas instituições que, em nossa sociedade, são destinadas principalmente a tal propósito – em especial as universidades (JENKINS, 2013, p. 43).

Contrariamente ao que a história tem defendido e apresentado durante anos acerca da colonização europeia portuguesa, a literatura tem desconstruído muitos dos discursos dominantes e trazido ao centro as vozes excluídas e silenciadas. Peter Burke (1992, p. 15) assevera, nesse sentido, que,

por mais que lutemos arduamente para evitar os preconceitos associados à cor, credo, classe ou sexo, não podemos evitar olhar o passado de um ponto de vista particular. O relativismo cultural obviamente se aplica, tanto à própria escrita da história, quanto a seus chamados objetos. Nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para a outra. Nessa situação, nossa percepção dos conflitos é certamente mais realçada por uma apresentação de pontos de vista opostos do que uma tentativa, como a de Acton, de articular um consenso.

A sociedade ergueu-se com base nessas convenções apontadas por Burke (1992) e, para modificar essa percepção, muitas vezes, forjada da realidade, faz-se necessário um movimento de descentramento, isto é, levar em conta não o ponto de vista que habita o imaginário social, mas aquele que foge dos padrões pré-estabelecidos. E a literatura, nesse contexto, é peça fundamental para a

compreensão dos fatos de forma mais ampla e realista.

Pesquisadores, como Ana Mafalda Leite e Boaventura de Sousa Santos, têm se debruçado sobre essas temáticas para autenticar e evidenciar novas vozes, aquelas que englobam a trajetória dos indivíduos, durante e após a colonização. Para Santos (2010), esse período, o pós-colonialismo, deve ser entendido como “um conjunto de práticas e discursos que desconstróem a narrativa colonial escrita pelo colonizador e procuram substituí-la por narrativas escritas do ponto de vista do colonizado” (SANTOS, 2010, p. 223). Boaventura de Sousa Santos (2010) afirma, ainda, que o pós-colonial deve ser compreendido através de duas acepções: uma que sucede a independência e que remete, de fato, ao período histórico; e outra, já citada, que leva em consideração o ponto de vista do colonizado e todas as problemáticas surgidas durante o período ditatorial.

Ana Mafalda Leite (2012, p. 154), por sua vez, considera que faz parte do projeto de escrita pós-colonial

interrogar o discurso europeu e descentralizar as estratégias discursivas, investigar, reler e reescrever a empresa histórica e ficcional, coloniais, faz parte da tarefa criativa e crítica pós-colonial. Essas manobras subversivas, além da construção da inscrição territorial-cultural-nacional, são características dos textos pós-coloniais. Contradiscursivos e desconstrucionistas, revitalizam a percepção do passado e questionam os legados canônicos, históricos e literários.

A exploração colonial, cabe destacar, interferiu, de forma avassaladora, em todos os espaços nos quais impôs sua autocracia. Além de desestruturar os sistemas administrativos locais - esse é o caso de Angola e Cabo Verde, onde existiam grupos e aldeias muito bem organizados -, causou uma desestabilização cultural e identitária significativamente grande - como no Timor-Leste, onde os negócios portugueses não eram tão lucrativos como nos países africanos, mas a devastação cultural e identitária foi significativamente grande.

A política colonial europeia apoderou-se dos territórios como se esses espaços fossem estéreis. Com um discurso vazio de sentido humano e pleno da ideologia colonial, os colonizadores exauriram a humanidade dos sujeitos históricos, uma vez que modificaram totalmente a estrutura social daqueles espaços. A justificativa era a de que os territórios ocupados não tinham organização e, por isso, não eram civilizados. Cesáire (1978, p. 21), em *Discurso sobre o Colonialismo*, é categórico, ao afirmar que

ninguém coloniza inocentemente, nem ninguém coloniza impunemente, que uma nação que coloniza, que uma nação que justifica a colonização – portanto, a força - é uma civilização doente, uma civilização moralmente ferida que, irresistivelmente, de consequência (sic) em consequência (sic), de negação em negação, chama o seu Hitler, isto é, seu castigo.

Ao se analisar os processos “civilizatórios” instaurados pelo colonizador, todo o silêncio que se faz presente nessas nações tem justificativa, uma vez que os traumas sofridos foram múltiplos. E, mesmo com o fim da ditadura colonial, as marcas deixadas por esse sistema ainda são visíveis, principalmente porque os indivíduos se viram obrigados a assumir a cultura e a identidade do outro, o que culminou em um hibridismo cultural significativo (BHABHA, 2003). Assim, com a pós--independência, inúmeros problemas surgiram nas nações recém-libertas, especialmente voltados às crises identitárias.

A necessidade de viver aparece com força em grande parte das literaturas pós-coloniais, como é o caso das obras que são *corpus* desta pesquisa. Por meio dos entre-espaços, nos quais muitos dos sujeitos passaram a viver, a história de Angola, Cabo Verde e Timor-Leste passou a ser reescrita. A literatura, com toda a sua capacidade de sensibilizar e, portanto, de humanizar<sup>1</sup>, passou a ser a ferramenta principal no que tange à reescrita da história de África e Ásia, evidenciando situações de conflito, mas, principalmente, dando voz àqueles que por tanto tempo viveram na afonia, permitindo que os silêncios fossem quebrados e a memória, tanto individual quanto coletiva, evidenciada.

A literatura, portanto, desprendida de teorias e das ditas “verdades”, permite ao sujeito assumir a sua identidade, a sua cultura e colocar em curso uma nova perspectiva de vida. Assim sendo, nesta tese, analisam-se três obras que, em sua malha narrativa, transcendem a verdade imposta e abrem caminho para que a identidade, a cultura e a memória sejam, de fato, evidenciadas. Em *Parábola do Cágado Velho*, de Pepetela, *Requiem para o Navegador Solitário*, de Luís Cardoso, e *Biografia do Língua*, de Mário Lúcio de Sousa, o silêncio aparece como elemento que norteia o traçado histórico/social pelo qual as narrativas são conduzidas.

Em *Parábola do Cágado Velho*, de Pepetela, por exemplo, o silêncio aparece como forma de reflexão e resistência. Ulume habita o silêncio para compreender o

---

<sup>1</sup>Para Antonio Candido, “literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante” (CÂNDIDO, 2004, p. 180).

rumo que a vida tem tomado, mas também para buscar soluções para um futuro que, até então, se mostra incerto. Pepetela, em sua narrativa, traz à tona uma Angola pós-independência, em que a guerra ainda se faz presente, mesmo tendo acabado, evidenciada por meio da memória. A própria ideia de parábola utilizada no título da obra remete a uma alegoria do saber, a uma necessidade de se encontrar respostas em meio a uma nação que está em vias de (re)construção. As subidas de Ulume ao monte refletem essa necessidade da personagem de habitar o silêncio, de estarrecer perante a passagem do tempo. A personagem vive em desequilíbrio em meio à sociedade angolana. Habitar o silêncio torna-se, para Ulume, uma forma de compreender os ruídos deixados pela guerra.

A narrativa de Luís Cardoso transforma-se em um conto de fadas forjado e ambivalente, em que a jovem sonhadora que espera pelo príncipe vê-se diante dessas incompletudes da vida e é forçada a seguir um caminho, misturando a sua própria identidade, que já estava em confronto, com suas memórias em conflito. A identidade corrompida da personagem mistura-se à saga de dezenas de pessoas que, vivendo em certo exílio, compõem o cenário da ilha de Díli, abandonada e tomada por uma profunda melancolia. Os conflitos de Catarina, portanto, emaranham-se aos da própria ilha.

Na narrativa de Mário Lúcio Sousa, *Biografia do Língua*, aparecem duas histórias paralelas, que se interligam por meio da memória: a da personagem Língua, cuja história de vida é narrada, e a do narrador, um condenado à morte que, como último pedido, conta uma história, a do Língua, sujeito que aos sete meses já sabia ler. Toda a narrativa é construída na dualidade: quem era, de fato, Língua? Quem era esse sujeito condenado que tanto sabia da vida desse homem? Durante a narração dos fatos, as memórias do narrador misturam-se às de Língua e trazem à tona questões pertinentes da sociedade cabo-verdiana, como o colonialismo, a abolição da escravidão, a guerra pela independência, o capitalismo e o imperialismo. Ao analisar a narrativa, percebe-se que existe um movimento acerca da evidência das memórias coletivas da sociedade, que estão intrinsecamente ligadas à memória individual de cada indivíduo. É essa a ideia que se tem ao analisar o discurso empregado pelo narrador, o Senhor Condenado. Para Le Goff (1990, p. 409), “a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela

promoção”.

Nessa perspectiva, por meio das memórias, toda uma avaliação dos períodos históricos que marcaram a vida do “povo” falesiano é narrada. Mauro Lúcio Sousa discorre sobre uma instigante relação entre um personagem que é silenciado, de quem só se escuta falar por meio das memórias de um condenado à morte, sem nome e de quem nada se sabe. O silêncio, aliás, aparece mesclado, o tempo todo, com as memórias do Senhor Condenado. Esse mesmo silêncio aparece pelos não ditos do narrador e pela figura da personagem Língua. Todas essas questões fazem com que as incompletudes que perpassam a narrativa tornem-se elemento crucial para a sua compreensão, como um elo entre passado e presente da própria sociedade de Cabo Verde e peça-chave para a reconstrução de uma identidade estática.

Em *Requiem para um Navegador Solitário*, são as memórias de Catarina que surgem. Jovem, chinesa, deslumbrada com a vida e sonhadora, é prometida em casamento a um capitão do porto de Díli, em troca de uma negociação. No livro de Luís Cardoso, por intermédio dessa personagem, pode-se observar a outra faceta do silêncio, aquele imposto pelo colonizador. Catarina é silenciada o tempo todo: seja pelo pai, que não lhe dá opções de negar o casamento, seja pelo então prometido marido, que se esquece da noiva, ou, então, pela própria condição de vida que leva após se mudar para a ilha de Díli, a fim de achar o seu “príncipe encantado” e cuidar do negócio feito pelo pai. Além disso, ao se mudar para uma ilha totalmente fora da sua realidade, a personagem entra em conflito com a sua própria identidade, uma vez que a ilha era colonizada por Portugal.

Ana Mafalda Leite (2012, p. 141) afirma que “nesses quase trinta anos pós-independência surgiram livros que tentam penetrar algumas áreas de “amnésia” colonial, recuperando lugares, vozes e consciências, trajetos e percursos do trilho colonial”. É nessa perspectiva que são analisadas as três obras, *Parábola do Cágado Velho*, *Biografia do Língua* e *Requiem para o Navegador Solitário*, pois trazem em si uma gama de informações sobre o período colonial em Angola, Timor-Leste e Cabo-Verde, no que toca, principalmente, à representação de um conjunto de vozes que foram silenciadas e que trazem, a cargo de reflexão, as problemáticas do período pós-independência.

Nesse sentido, estudar e evidenciar obras como as que integram esta tese permitem que o fazer social torne-se mais ativo e democrático. Este trabalho justifica-se exatamente pelo fato de as literaturas escritas em língua portuguesa estarem

recebendo destaque, nos últimos anos, devido às suas contribuições para os estudos sobre a cultura e a identidade dos países colonizados por Portugal, principalmente no que tange à ressignificação dos sujeitos históricos, além de servirem como forma de resistência e de (re)organização da materialidade do imaginário dessas nações. Além disso, essas literaturas erguem-se sob a égide de um discurso que não é estanque e vazio, muito pelo contrário, por meio dessas narrativas torna-se possível ao sujeito histórico (re)dizer a sua história.

A análise das obras *Parábola do Cágado Velho*, de Pepetela, *Biografia do Língua*, de Mário Lúcio Sousa, e *Requiem para o Navegador Solitário*, de Luís Cardoso, tornam, pois, possível observar por quais desdobramentos as nações colonizadas por Portugal passaram nos últimos anos, além de trazerem à discussão elementos como a identidade e a hibridização dos sujeitos, o silenciamento mútuo que se projetou sobre esses países durante o período de colonização e a memória, tanto individual quanto coletiva, desses espaços.

O estudo, assim sendo, tem por tese evidenciar o silêncio como elemento fundamental na formação dos sujeitos históricos representados nas narrativas que são *corpus* desta pesquisa, por meio da transgressão da memória e do tempo. Como tema deste estudo, tem-se, portanto, o sujeito histórico e seu trânsito no espaço-nação pós-independência e sua relação com o silêncio, a memória e a identidade projetados dentro do espaço-tempo<sup>2</sup> imagético. Parte-se da premissa de que esses elementos estão diretamente ligados ao compêndio imagético dos países de Angola, Cabo Verde e Timor-Leste, representados nas obras escolhidas como *corpus* da pesquisa.

Nesse íterim, objetiva-se avaliar como esse silêncio vem carregado de significado, influenciando diretamente a construção da identidade das personagens, partindo das memórias narradas e sua relação com o espaço e o tempo no qual estão inseridos. Para tanto, tem-se, como objetivo geral deste estudo, analisar a apropriação de eventos históricos e o tratamento ficcional que lhes é conferido nas obras que compõem o *corpus* de análise desta tese. Como objetivos específicos, apresentam-se: a) proceder à revisão bibliográfica acerca dos conceitos de memória e identidade, bem como sobre a relação entre literatura e história; b) analisar individualmente cada obra literária, para verificar como se dá a representação dos eventos da história e,

---

<sup>2</sup> Para Bakhtin, o espaço-tempo corresponde a uma “interligação fundamental das relações temporais e espaciais artisticamente assimiladas em literatura”. (BAKHTIN, 2018, p.11). Bakhtin, portanto, chama de “Cronotopo” a interrelação do tempo-espaço dentro das narrativas literárias e suas manifestações.

assim, a construção da memória, da identidade e sua relação com o silêncio e a projeção do espaço; c) evidenciar a figura do intelectual na ossatura imaginária de Angola, Timor-Leste e Cabo Verde; d) recuperar estudos bibliográficos acerca dos eventos históricos representados nessas narrativas para a investigação; e) examinar a função restauradora do discurso ficcional, quanto ao preenchimento dos vazios, lacunas e silêncios do discurso historiográfico; f) estudar as narrativas escolhidas como manifestações estéticas que, ao representarem eventos históricos, mantêm um diálogo com a tradição historiográfica e a literária, questionando e renovando esse legado cultural; g) estabelecer a correlação entre as obras elencadas, em sua relação dialógica e, portanto, interdiscursiva e intertextual, para estudar as convergências no tratamento ficcional da história, nas construção da memória e na percepção da identidade.

O estudo da interlocução entre literatura e história nortear-se-á pela análise teórico-crítica das narrativas de Pepetela, Mauro Lúcio Sousa e Luís Cardoso. O estudo, salienta-se, é interdisciplinar e, como tal, situa e analisa a interlocução entre esses campos discursivos, além das relações que essas narrativas estabelecem com a emergência da memória e a representação de conflitos de identidade que se acentuaram com o processo colonial em Angola, Cabo Verde e Timor-Leste. A investigação é de natureza bibliográfica, tendo por base, além dos conhecimentos relativos às narrativas e à historiografia, a teoria do imaginário, do dialogismo, da identidade, do silêncio e da memória. O leque temporal que configurou e projetou as literaturas pós-coloniais foi responsável por grandes transformações, as quais colocaram em curso, de fato, a (re)projeção das ex-colônias portuguesas. Dessa forma, para se compreender quais são as tessituras narrativas que ambientam o espaço-ser do sujeito histórico, faz-se necessário, primeiro, analisar os trajetos histórico-sociais que permitiram essas travessias. Assim sendo, esta tese está dividida, além deste introito, em outros cinco tópicos.

No capítulo de número dois, intitulado *Descompasso Colonial: as máculas da colonização*, exploram-se as tangentes que serviram de base para a construção histórica da colonização. Contextualiza-se, portanto, a expansão europeia, os processos de ocupação, os acordos políticos que resultaram na divisão e ocupação das colônias.

No terceiro capítulo, *Fragmentos da vida, escritas de si*, analisam-se detalhadamente as três obras escolhidas como *corpus* do estudo. Na análise,

evidenciar-se-á a representação do silêncio e da memória, a sua relação com a identidade e as trajetórias colocadas em curso pelas personagens ali representadas, observando a intrínseca relação estabelecida com o tempo e o espaço habitado. As narrativas escolhidas para análise retratam, cada qual de forma específica, as nuances que marcaram a formação político-social de Angola, Cabo Verde e Timor-Leste. A colonização portuguesa é o elo comum entre essas obras, assim como a discussão sobre os processos que figuraram nesse período.

No quarto capítulo, *Travessias e Ressonâncias - de quando o silêncio se fez verbo*, será estreitada a relação discursiva e imagética das três obras que foram analisadas na presente tese. Nesse sentido, serão evidenciadas as matrizes dialógicas que colocam no mesmo plano de significação as obras *Parábola do Cágado Velho*, *Biografia do Língua* e *Requiem para o Navegador Solitário*, uma vez que os signos que interligam as narrativas, marcados pela bagagem mimética trazida à tona pelas personagens centrais desses romances, se tornam expressivos e necessários de discussão.

Com a emergência das literaturas pós-coloniais, a reflexão sobre os valores culturais e identitários fez com que muitos escritores se debruçassem sobre essa temática, a fim de propiciar incursões mais precisas sobre as questões voltadas à estrutura político-social de seus países. Acima de tudo, e talvez o mais importante, está o fato de que essas narrativas fazem olhar o outro, sensibilizando e quebrando paradigmas estereotipados deixados pelo sistema colonial. Nessa assertiva, assim como os deslocamentos colocados em curso pelos sujeitos que figuram no compêndio imagético de suas nações, as literaturas contemporâneas têm exercido com maestria papel de propiciar “novas” e sinuosas travessias, pois despertam, em seus leitores, olhares outros acerca da realidade que os cinge e das influências que os constituem.

Os autores das obras que integram este projeto seguiram percursos literários distintos. Suas narrativas, porém, apresentam elementos que convergem, haja vista a temática central de suas histórias e as discussões sobre o colonialismo e o pós-colonialismo, em especial no que tange aos problemas que essa “política” causou para os países que, por décadas, ficaram sob domínio português e cuja população foi silenciada por uma cultura de dominação.

Ademais, faz-se importante transferir ao exercício crítico da leitura e da análise uma visão plural e heterogênea, na qual interferem percepções históricas, identitárias, socioculturais e da memória. Essa visão enfatiza a importância da convergência entre

campos discursivos que apontam para o texto como um ponto de encontro, em que se concentram o dialogismo e a interdisciplinaridade, assim como das relações entre textos e linguagens, que enfatizam a natureza dialógica e polifônica da textualidade, além das percepções identitárias e da construção da memória das ex-colônias portuguesas.

## 2 DESCOMPASSO COLONIAL: AS MÁCULAS DA COLONIZAÇÃO

O sujeito-mundo vai se edificando, dia após dia, a partir de uma alteridade intrínseca ao homem, o que o faz viver a seu modo, guiado pelo interím dos dias, das vivências e da própria relação com o espaço habitado. Nesse compêndio entra, ainda, o fato de esse indivíduo que se abre para o mundo da consolidação buscar sentido naquilo que a palavra, muitas vezes, não dá conta de explicitar. Dito isso, vai se pensar nesse mesmo sujeito-mundo, que, diante da invasão de si, passa a se ver preso a um pêndulo imagético que não o reconhece como indivíduo, excluindo-o do centro habitado pela palavra.

Durante o processo de ocupação territorial difundido pelos portugueses, os sujeitos históricos foram marginalizados, desarticulados da sua centralidade humana e obrigados a viver em um devir social, no qual o silêncio foi imposto como forma de reprimir e destituir de sentido toda a sociedade que se viu presa ao domínio português. Por outro lado, como se verá mais adiante, esse mesmo silêncio tornou-se a voz pertinente e necessária para o período sombrio que se instalou com a colonização. O silêncio imposto transformou-se em resistência e redirecionou os olhares para dentro de cada sujeito, que passou a se enxergar, novamente, como protagonista da sua história.

A bem dizer, durante séculos, países africanos, como Angola, Moçambique, Cabo-Verde, e o país asiático Timor-Leste sucumbiram aos processos devastadores colocados em curso pelo poderio europeu. Em um cenário no qual a imposição da supremacia portuguesa foi tão cruel, a ponto de desarticular nações já existentes, os indivíduos, que de fato habitam<sup>3</sup> a terra, foram projetados para longe da existencialidade, deixando para trás não só a sua identidade como, também, a própria noção de sujeito. Foi, pois, em África que a colonização mais se apropriou da terra e, por conseguinte, da mão de obra ali encontrada. Contudo, o continente asiático ficou às vistas pela sua considerada excentricidade e exotividade e fez com que a exploração colonial também ali se intensificasse.

Como se verá neste capítulo, foram os processos colonizatórios que redimensionaram o tempo e o espaço em África, mais especificamente em Angola e

---

<sup>3</sup> Usa-se aqui o verbo no presente porque os povos africanos e asiáticos que viveram assombrados pela colonização nunca deixaram de viver nas suas terras. Embora todo o processo colonial tenha lhes tirado todo e qualquer direito, esses indivíduos seguiram tendo a sua raiz identitária totalmente conectada à terra por eles habitada.

Cabo-Verde, mas, também, na pequena ilha asiática de Timor. Isso faz voltar os olhos aos não-ditos<sup>4</sup> que foram ficando pelo caminho e que, longe do oficialato histórico difundido à época pelos portugueses, têm sido redimensionados pelas tantas vozes representadas nas literaturas contemporâneas pós-coloniais e que lançam luz a novos olhares sobre aqueles que, de fato, vivem e escrevem a história de seus países.

## 2.1 As máculas da colonização – longo contexto Português

“Braseiro vagaroso que dispersava por todo lugar sua fumaça, ele buscou se instituir ao mesmo tempo como rico e como fato; como palavra, gesto e sabedoria, conto e mito, assassinato e acidente. E é em parte devido à sua poderosa capacidade de proliferação e de metamorfose que ele fez tremer tanto o presente daqueles que a ele se submeteram, infiltrando-se até em seus sonhos, enchendo seus pesadelos mais horríveis, antes de lhe arrancar lamentações atrozes” (MBEMBE, 2019, p. 17).

A história é marcada por conflitos metamórficos que engendraram na civilidade humana a constante busca por significância e conquistas no campo material. Além disso, as inconstâncias das ações inertes ao campo do simbólico basearam-se (e, infelizmente, ainda se baseiam) na relação de superioridade estabelecida no campo cultural e imagético, o que significa dizer que, nos processos históricos colocados em curso ao longo dos séculos, a palavra dominação sempre se fez presente. Um sistema binário – e antigo – retoma as barbáries no campo da supremacia de uma cultura, dita superior, sobre a outra. A imposição das culturas e a dizimação dos sujeitos marcam, pois, a jornada humana.

Dito isso, pode-se compreender por que o processo de colonização foi tão lucrativo, mas, ao mesmo tempo, tão cruel. Colonizar, como fato, colocou em curso, para além-mar, uma dolorosa expedição, em que os descobrimentos, as terras de ninguém e criaturas sem escrúpulos foram sendo descritas. Essas descrições, por sua vez, eram calcadas na ideia de civilidade, de binarismos torpes que passaram a habitar o imaginário da sociedade.

---

<sup>4</sup> Michel Pêcheux afirma que o processo enunciativo é incorporado a fronteiras entre aquilo que se evidencia e o que se rejeita. Assim, entra-se em contato com o não-dito. Para o autor, “os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “nao-dito”. A enunciação equivale, pois, a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o “universo do discurso”) e o que é rejeitado. Desse modo, acha-se desenhado num espaço vazio o campo de “tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz)” ou o campo de “tudo a que se opõe o que o sujeito disse” (PÊCHEUX, 1997, p. 175).

Assim sendo, “a colonização é inseparável das construções imaginárias poderosas e das representações simbólicas e religiosas através das quais o pensamento ocidental figurou o horizonte terrestre” (MBEMBE, 2019, p. 92). Nesse sentido, refletir sobre essas inseparáveis construções imaginárias instiga a se repensar, no plano do tangível, como esses processos foram orquestrados para, em seguida, se buscar uma reorganização desses discursos catastróficos. Para se chegar a isso, contudo, é preciso compreender os processos exploratórios colocados em curso pela política colonialista.

Para Said (2013, p. 149), “colonizar significava, primeiro a identificação – na verdade, a criação – de interesses; esses podiam ser comerciais, de comunicação, religiosos, militares, culturais”, ou seja, a empreitada de ocupação deu-se de muitas formas, mas foi pelo mar que ela se tornou mais significativa. A identificação dos espaços a serem “explorados” deu-se, de início, pelas navegações encomendadas por Portugal e colocadas em curso mundo afora. Logo tornaram-se grandes e rentáveis expedições. Dolorosas e excludentes também! A mais cruel, certamente, a escravidão!

Não se pode pensar em colonialismo sem levar em consideração o tráfico negreiro, pois esse foi um dos processos que motivou a instauração do sistema colonial em África, e em outras partes também – como na Ásia, por exemplo – seguindo a perspectiva de que “essa” era uma terra de ninguém. Carece destacar, nessa perspectiva, que o fato de a escravidão ter se estendido por tanto tempo segue a lógica imperialista de exclusão do outro. Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 181) afirma que

A descoberta imperial é constituída por duas dimensões: uma, empírica, o acto de descobrir, e outra, conceptual, a ideia do que se descobre. Ao contrário do que pode parecer, a dimensão conceptual precede a empírica: a ideia que se tem do que se descobre comanda o acto da descoberta e o que se lhe segue. O que há de específico na dimensão conceptual da descoberta imperial é a ideia da inferioridade do outro, que se transforma num alvo de violência física e epistêmica. A descoberta não se limita a assentar nessa inferioridade, legitima-a e aprofunda-a. O que é descoberto está longe, abaixo e nas margens, e essa “localização” é a chave para justificar as relações entre o descobridor e o descoberto após a descoberta: ou seja, o descoberto não tem saberes, ou se tem, estes apenas têm valor enquanto recurso.

As palavras de Sousa Santos (2010) evidenciam o que fez parte de toda a visão colonial, uma vez que trazem à tona o pensamento motivador da sua política no continente africano e asiático. Foi por considerar os indivíduos inferiores que a

escravidão teve início, seguida pela exploração da mão de obra e dos recursos que a terra oferecia. Através desse mesmo pensamento, a política colonial buscava estratégias de inferiorização que dessem conta dessa “noção de descoberta imperial” (SANTOS, 2010, p. 182). Entre essas estratégias, pode-se mencionar:

A guerra, a escravatura, o genocídio, o racismo, a desqualificação, a transformação do outro em objecto ou recurso natural e uma vasta sucessão de mecanismos de imposição econômica (tributação, colonialismo, neocolonialismo e, por último, globalização neoliberal) de imposição política (cruzadas, império, estado colonial, ditadura e, por último, democracia) e de imposição cultural (epistemicídio, missionação, assimilacionismo e, por último, indústrias culturais e culturas de massas) (SANTOS, 2010, p. 182).

Como se pode perceber nas palavras de Santos (2010), a invasão colonial foi tão profunda e, ao mesmo tempo, tão extrema em relação à cultura e identidade dos espaços ocupados que as marcas dessa espoliação estão presentes até hoje. Isso se evidencia não só na sociedade africana mas também no próprio pensamento ocidental, uma vez que a política colonial europeia distribuiu uma imagem sobre os espaços colonizados em África totalmente distorcida, carregada de preconceito. Essa ideia ficou impregnada no imaginário e acabou repercutindo em outros espaços, como é o caso de Timor-Leste, que também foi ocupado e desarticulado por Portugal.

O poderio europeu, com a proposta de expandir seus negócios, impôs sua supremacia e dominou espaços que não apresentavam, de acordo com o seu ponto de vista, a mesma estrutura política e social. O discurso defendido foi o de levar a civilidade para os territórios primitivos, que eram considerados, segundo a ótica ocidental, como sendo sem cultura e sem organização. No curso da história, muitas pesquisas evidenciam essa atitude em relação ao continente africano, mas, como se verá adiante, o oriente também se viu refém do subjugo europeu. De acordo com Leila Leite Hernandez (2008, p. 33), os testemunhos escritos permitem identificar

as principais organizações sociais e políticas na África pré-colonial, de 1500 a 1800, genericamente denominadas “reinos”, “estados” e “impérios”, significando ora sistemas de governo, ora modos de centralização administrativa. Por sua vez, os testemunhos escritos também permitem afirmar o papel fundamental das trocas regulares que deram origem ao desenvolvimento de redes comerciais internas na África, desde o século VII, chegando ao apogeu entre os séculos XII e XVI.

Assim, para que se possa compreender como, de fato, o colonialismo afetou e desestruturou todo o continente e, ainda, como o sistema colonial atingiu a sua

conhecida e difamada conjuntura entre os séculos XIX e XX, faz-se necessário voltar os olhos para um passado um pouco mais distante, aquele que remete aos primeiros movimentos de dominação europeia.

Dessa forma, destaca-se, primeiramente, que foi com a intenção de expandir sua economia e seu poder que os portugueses se lançaram na busca por novas terras, empreendendo as grandes navegações, financiadas pela coroa europeia. Os

navegadores portugueses tinham por objetivo alcançar o Oriente contornando o sul da África. O primeiro passo para isso foi a conquista de Ceuta, em 1415. Depois vieram a ocupação das ilhas da Madeira (1418-1419) e dos Açores (1427-1428) e a ultrapassagem do cabo Bojador (1434). O avanço pela costa ocidental africana, rumo ao sul, foi lento e gradual. Entre 1487 e 1488, Bartolomeu Dias dobrou o cabo das Tormentas, chamado depois de cabo da Boa Esperança. Em 1498, finalmente, Vasco da Gama chegou às índias (ARRUDA; PILETTI, 1996, p. 177).

Seguindo a ideia de que a “colonização é um projeto totalizante, cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do colo: ocupar um novo chão, explorar seus bens, submeter os seus naturais” (BOSI, 2010, p. 15), observa-se que os espaços descobertos e ocupados pelos europeus foram explorados e todas as especiarias e riquezas nativas encontradas foram extraídas e comercializadas, o que rendeu à Europa grandes negócios.

Essa exploração colonial interferiu, de forma avassaladora, em todos os espaços nos quais impôs sua autocracia. E, destaca-se, são raros os espaços com disputas político-econômicas que foram maculados com tanta violência e destruturação social como o que aconteceu em África. Milhares de africanos tiveram sua liberdade arrancada e sua organização imaginária abalada, por conta de violentas atividades exercidas, como, por exemplo, o tráfico de escravos.

Pontua-se que “saíram de 10 a 11 milhões de escravos do continente africano, em mais ou menos quatro séculos” (HERNANDEZ, 2008, p. 51), um número absurdamente assustador. Há de se evidenciar, entretanto, que, muito antes de o colonialismo atingir a conjuntura conhecida na atualidade, o processo de “roedura”<sup>5</sup> do continente africano já havia iniciado, com a chegada de missionários religiosos e alguns exploradores que tinham como objetivo “domar e doutrinar” aquelas populações. Assim, foi com o desempenho de

missionários e exploradores que o continente começou a ser efetivamente

<sup>5</sup>Termo usado pela pesquisadora Leila Leite Hernandez no livro “África na Sala de Aula”.

rasgado. Os primeiros, em especial, a partir de 1830, eram anglicanos, metodistas, batistas e presbiterianos, a serviço da Grã-Bretanha, desenvolvendo seus trabalhos na Serra Leoa, na Libéria, na Costa do Ouro e na Nigéria. [...] Lá desenvolveram um trabalho de conversão ao cristianismo entre os Khois e o povo tswana ao norte do rio Orange (HERNANDEZ, 2008, p. 53).

É com a chegada desses missionários que o processo de dominação começa a ser implantado em África, pois, seguindo ideais religiosos e políticos, a identidade do africano passou a ser ignorada e, de certa forma, banida, “sob o argumento que era preciso salvar as almas dos selvagens e por termo ao massacre dos negros” (HERNANDEZ, 2008, p. 53). A entrada desses evangelizadores, todavia, deu espaço para a sua permanência, sob o pretexto de adquirir novas especiarias e com o intuito de encontrar ouro e prata, assim como outras riquezas. Além disso, destaca-se o fato de que, desde

o fim do Século XVIII – e de modo crescente no século XIX -, o que deu impulso decisivo à exploração do continente africano foi a procura por grandes eixos de acesso ao interior, da maior importância para os interesses comerciais, sobretudo dos ingleses e franceses. Foi o que estimulou a procura pela nascente do Nilo e a descoberta dos cursos do Rio Níger (com cerca de 4.200 quilômetros na África Ocidental), do Zaire (com 4.700 quilômetros, do leste angolano até o Atlântico) e do Zambeze (com 2.700 quilômetros, unindo Zaire e Angola ao Índico) (HERNANDEZ, 2008, p. 55).

Carece destacar que a Europa já mantinha contato com cidades do norte da África, do Oriente e, também, do Extremo Oriente. Essa relação, acredita-se, contribuiu para as investidas futuras e, sem qualquer preocupação ou cuidado com os africanos que ali viviam, a exploração passou a ser instaurada. Pontua-se, também, que “os relatos das viagens de Marco Polo, no século XII, [...] e as lendas sobre ilhas encantadas e cidades do ouro, que vinham desde a antiguidade, acendiam a imaginação e as ambições dos europeus” (MESGRAVIS, 1994, p. 2). Sobre isso, Hernandez (2008) discorre que os exploradores carregavam um espírito aventureiro despertado pelo

imaginário sobre a África, pelos relatos sobre monstros como gigantes pigmeus, mulheres-pássaros e homens-macacos, povos deformados “sem nariz” e “sem língua”. Noutra vertente, vigorava a ideia da existência de “reinos riquíssimos e misteriosos”, como o Mossi, o Mali, o Gana, o califado de Sokoto (na Nigéria) e as cidades de Djenné, Gaô, Kano e, sobretudo, Tombuctu, caracterizado pela abundância de escravos, ouro e noz-de-cola (HERNANDEZ, 2008, p. 54).

Desse modo, embora esses exploradores tenham encontrado produtos, como

a seda, as porcelanas e o algodão, a ideia de achar ouro e pedras preciosas, unida à curiosidade de conhecer esse mundo “místico”, fez com que a exploração aumentasse vertiginosamente, desencadeando um processo de dominação significativamente cruel e devastador. Concomitante a essa busca por mais produtos, havia, ainda, a necessidade de expansão econômica europeia, o que motivava os países que detinham o domínio do comércio a financiarem expedições para o interior da África. Assim, desde

1415 os portugueses exploravam a costa africana e já em 1498 chegaram à Índia. Os espanhóis, começando tarde, lavraram um tento descobrindo a América em 1492. Se a Ásia se revelou fornecedora tradicional de especiarias e artigos de luxo e a África se destacou como mercado de mão-de-obra escrava para a América, este último continente forneceu imensas quantidades de metal precioso para a Europa, permitindo, assim, a acumulação de capital que, futuramente, iria financiar a Revolução Industrial (MESGRAVIS, 1994, p. 3).

Esse primeiro procedimento de expansão e dominação foi caracterizado pela conquista de espaços estratégicos para que o comércio de escravos, especiarias e outros produtos pudesse ser efetivado. Portugueses, espanhóis, ingleses e franceses eram os “donos” dessa terra, dividida em colônias, as quais, a partir do século XVIII, com o início de um primeiro processo de libertação, transformaram-se em novas nações. Contudo,

outros países europeus se lançaram à aventura africana. A França, depois da Argélia, rapidamente conquistou a Tunísia, África Ocidental Francesa, África Equatorial Francesa, Costa Francesa dos Somalis e Madagascar. A Inglaterra dominou o Egito, Sudão Anglo-Egípcio, África Oriental Inglesa, Rodésia, União Sul-Africana, Nigéria, Costa do Ouro e Serra Leoa. A Alemanha tomou Camarões, Sudoeste Africano e África Oriental Alemã. A Itália conquistou a Eritreia, a Somália Italiana e o litoral da Líbia. Porções reduzidas couberam aos antigos colonizadores: a Espanha ficou com o Marrocos Espanhol, Rio de Ouro e Guiné Espanhola; Portugal com Moçambique, Angola e Guiné Portuguesa. O ponto de partida para a corrida foi a Conferência de Berlim (1884-85), proposta por Bismarck e Jules (ARRUDA; PILETTI, 1996, p. 236).

Foi justamente com a conferência de Berlim, portanto, que o colonialismo adentrou em uma nova fase, embora o início do século XIX tenha sido marcado pelo fim dos impérios ultramarinos. O início, na Inglaterra, da Revolução Industrial e sua ampliação e propagação pela França, Alemanha, Bélgica, Holanda e Estados Unidos fizeram surgir a necessidade de ampliar os mercados produtores e consumidores. Assim, começou uma corrida para ampliar os territórios dominados, e as primeiras

ações para dividir a África passaram a ser realizadas.

A integração da África como um “ pilar da economia da Era Moderna” possibilitou a sua estruturação política e econômica. Dessa forma, novos estados litorâneos voltados à exportação de mão de obra surgiram e os princípios monopolistas do mercantilismo ganharam força. Essa atividade gerou um grande aumento dos lucros para os governantes e os comerciantes do local. Com isso, foi necessária uma reorganização de rotas, parcerias e uma alternância nos objetivos. “Reagindo e respondendo às pressões do Antigo Regime, os africanos mantiveram os europeus encurralados em enclaves litorâneos (feitorias) e controlaram o pilar fornecedor de escravos até a crise do sistema” (RIBEIRO, 2007, p. 57).

Entretanto, com o capitalismo em ascensão, uma revolução dos sistemas começou a surgir e transformações materiais, políticas e ideológicas intensificaram o tráfico negreiro. Na África, especificamente, os estados do litoral, que controlavam a exportação de escravos, encontravam formas diferenciadas para minimizar a crise vivida no chamado “tráfico legal” e novos produtos foram sendo introduzidos. Além disso, surgiram missões religiosas, casas comerciais e aquartelamentos, que intensificaram o liberalismo. “Como consequência, o Estado de origem não devia ou não desejava arcar com os custos” (RIBEIRO, 2007, p. 58). Esses fatores, destacou-se, permearam a base da conquista colonial em África, devido ao aumento “da corrida de esferas de influência no território africano, originada pela disputa entre capitalistas europeus e Estados africanos” (RIBEIRO, 2007, p. 58).

Nesse contexto, com o intuito de decidir a partilha do continente africano, teve início, em novembro de 1884, a Conferência Internacional de Berlim. Os principais interessados na divisão e dominação foram Inglaterra, França e Portugal, mas também entraram nessa disputa alguns empresários alemães e o rei Leopoldo II, da Bélgica. As principais potências europeias, portanto, entraram em conflito direto, pelo fato de almejarem expandir seus negócios naquele continente. Por isso, convocaram uma conferência, que foi organizada por Bismarck, para discutir os interesses e, posteriormente, dividir os territórios de África. A Conferência de Berlim ocorreu, assim, entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885 e reuniu os seguintes países: França, Grã-Bretanha, Portugal, Alemanha, Bélgica, Itália, Espanha, Áustria-Hungria, Países Baixos, Dinamarca, Rússia, Suécia, Noruega, Turquia e Estados Unidos da América. Os principais

objetivos eram assegurar as vantagens de livre navegação e livre comércio sobre os dois principais rios africanos que deságuam no Atlântico, o Níger e o Congo. Visavam também regulamentar as novas ocupações de territórios africanos, em particular da costa ocidental do continente (HERNANDEZ, 2008, p. 62).

Na Conferência, foram, assim, determinadas normas para a liberdade de comércio e igualdade de condições para os capitais concorrentes. Naquele momento, o mundo liberal vencia o protecionismo (RIBEIRO, 2007, p. 61), de modo que os beneficiados com a partilha logo impuseram a sua dominação e reorganizaram a formação política, econômica e social do continente. Ainda se fazia necessária, contudo, a realização de ajustes nas fronteiras do litoral e a “incorporação do interior” (RIBEIRO, 2007, p. 66), o que gerou grandes conflitos, assim como a submissão do africano. De acordo com Hernandez (2008, p. 64),

A carta geopolítica da África estava basicamente pronta, sendo boa parte das fronteiras conservada, no seu conjunto, até os dias atuais. Com isso foram desconsiderados os direitos dos povos africanos e as suas especificidades históricas, religiosas e linguísticas. Em outras palavras, as fronteiras da nova carta geopolítica da África, aprovada pela Conferência de Berlim, raramente coincidiram com as da África antes dos portugueses. Mas cerca de trinta anos depois, por volta de 1920, quase todo o continente africano estava sob administração, proteção colonial, ou ainda era reivindicada por outra potência europeia.

Ao passo que a violência, tanto física como simbólica, marca as relações de conquista, as diferenças entre as potências eram resolvidas entre diplomatas por meio de mapas incompletos e falhos. Disso resultou o estabelecimento de fronteiras em linhas retas, o que dividiu conjuntos étnico-linguísticos com uma longa história de unidade. Importante considerar, nesse sentido, que a possibilidade de enfrentamento entre as potências colonialistas pelo domínio territorial efetivo através da ação dos Estados, ao invés de concessionários com amplos poderes para assinar acordos e estabelecer esferas de interesse – aspecto do passado recente (RIBEIRO, 2007, p. 67) -, somente se efetivou quando os projetos expansionistas se enfrentaram, por razões geopolíticas – é o caso do controle do alto Nilo, em Fachola, em 1898. A esse respeito, Fage (2010, p. 405) pontua que a primeira parte

do período colonial, até 1914 ou nalguns casos mesmo até os anos 20, foi, portanto, aquela em que os principais esforços visaram assegurar um domínio apropriado das colônias, conquistá-las e organizá-las. Foi igualmente a época em que todas as administrações coloniais enfrentaram o dilema fundamental: havia poucas hipóteses de receber impostos em África, e de maior parte do continente poder interessar a alguém a não ser alguns

aventureiros, especuladores e evangelizadores europeus, antes de se exercer um domínio efectivo e de se ter instalado as infra-estruturas (sic) necessárias a essa actuação eficaz.

Por conta disso, depreende-se que as formas de dominação dos impérios eram marcadas pela passagem da soberania para a metrópole e os africanos serviam de objeto e estavam subordinados às leis, aos regulamentos e às normas. O ideal colonialista era justificado como sendo uma forma de organizar a “sociedade”, promover a civilização e dar fim aos costumes considerados bárbaros. Ademais, o europeu aproveitava-se de sua superioridade no que tange ao desenvolvimento tecnológico e aos benefícios que isso trazia para justificar as suas ações imperialistas. Dessa forma, o africano via-se em meio à supremacia do colonizador, sendo subordinado e explorado. Conforme Serrano e Kapenguele (1995, p. 6),

A grande doença do sistema colonial, aquela que provocaria o seu fim, foi a negação da identidade dos povos conquistados. Quando as potências coloniais se apropriaram de imensos territórios na África e na Ásia, encontraram neles nações com raízes profundamente implantadas e com muitos séculos de história. Já havia um Estado nacional no Vietnã, sudeste da Ásia, antes que a França conhecesse, sob Hugo Capeto, a sua primeira tentativa de centralização política.

As colônias foram, pois, organizadas de acordo com as áreas conquistadas, sendo a população comandada pelo império e os territórios distribuídos e reorganizados de acordo com a vontade da metrópole. Foi criado, ainda, o “código do indigenato”, que estabelecia a posição das pessoas, seus deveres e as penalidades a que estavam submetidas caso descumprissem os regulamentos. O controle era feito pela metrópole e por forças militares e policiais coloniais constituídas por europeus e tropas nativas. A natureza violenta da conquista, aliada ao caráter da dominação, levou o colonialismo a negar e a destruir permanentemente, por todos os meios, as identidades culturais e nacionais dos vencidos (SERRANO; KAPENGUELE, 1995, p. 7). Havia o cuidado de acantonar as tropas de etnias diferentes das da região ocupada ou de constituir tropas com escravos locais. A exploração dessa situação foi um importante instrumento para a conquista inicial e para a posterior manutenção da dominação (RIBEIRO, 2007, p. 70).

Além de haver um governo direto, que não tinha organismos intermediários na província, e um indireto, apesar de a autoridade colonial possuir o poder dominante, existia, ainda, uma organização intermediária - os protetorados, que “foram

constituídos através de acordos formais com Estados africanos pré-existentes” (RIBEIRO, 2007, p. 70). O protetorado tinha, no entanto, uma estrutura, de certa forma, distinta da dos outros governos, pois apresentava restrições às ações da metrópole. A soberania foi transmitida para o império protetor e as forças militares próprias foram extintas, contudo, ambos os governos tinham como característica comum a soberania e a administração da população.

Com as terras devidamente divididas, faziam-se necessárias melhorias e modernização dos territórios. Para isso, era imprescindível implantar o trabalho assalariado, criando a propriedade privada. A África, por conseguinte, parou de produzir produtos para consumo próprio e começou a fornecer insumos agrícolas e minerais. Assim, terras consideradas “públicas” foram tomadas e utilizadas para a plantação, com o intuito de aumentar a exportação, logo, elevar os dividendos da economia. Os nativos daquela terra foram, então, retirados de sua morada e confinados em espaços pequenos, de baixa qualidade. Caso quisessem permanecer em seu território de origem, eram obrigados a pagar pela ocupação do espaço. Os africanos eram forçados, ainda, a pagar impostos ao governo e a seguir as leis administrativas. Se houvesse alguma inadimplência, eram submetidos a trabalhos forçados e punições severas. Além disso,

devemos reconhecer que os tributos foram a evolução de mecanismos predatórios utilizados nos primeiros tempos (principalmente no Congo) e que obrigavam a produção e a entrega gratuita dos insumos (látex, cera, marfim e alimentos) em volumes arbitrários e sob ameaça de brutais torturas ou de execução dos que não produziram o exigido. A consequência do trabalho para o pagamento dos tributos era a redução do tempo para a produção de subsistência. Juntos com a escassez de terras, o pagamento de tributos tornava os africanos consumidores de artigos comerciais (RIBEIRO, 2007, p. 73).

Nesse contexto, os homens deixavam as mulheres e os filhos para trabalhar em outras partes da África. Outro fator notável é a debilitação da saúde, devido à redução de alimento, desencadeando doenças, como a malária e a doença do sono<sup>6</sup>. Pode-se pontuar, a partir disso, que o africano foi subjugado e inferiorizado, sendo explorado de forma ininterrupta.

Pensar em colonialismo é pensar em exploração, por isso a pilhagem,

---

<sup>6</sup>Doença causada por um mosquito. Na fase inicial, tem sintomas similares aos da gripe, mas que, ao atingir um nível mais avançado, causa problemas neurológicos, sonolência, convulsões epiléticas e apatia.

“atividade predatória da natureza como a coleta de látex, de cera, a extração de madeira e a caça indiscriminada de elefantes” (RIBEIRO, 2007, p. 74), assim como a *plantation*, “atividade realizada por empresas ou colonos que recebiam imensas áreas territoriais a fim de produzir gêneros alimentícios e matérias-primas necessárias às populações e às indústrias metropolitanas” (RIBEIRO, 2007, p. 74), juntamente com o tráfico de especiarias, eram as atividades mais comuns e que movimentavam a economia. A exploração da África teve um crescimento acelerado e, com isso, melhorias no que tange ao aumento da produção exigiram a construção de infraestruturas mais complexas e a implantação de métodos agrícolas mais evoluídos, assim como o aumento no número de trabalhadores. Um fator interessante é que, para aquecer a economia, precisou-se de uma classe trabalhadora com mais experiência, o que incentivou o surgimento de sistemas educativos. Da mesma forma, o fato de a saúde dos africanos estar enfraquecida, devido às baixas condições de vida oferecidas, fez com que providências fossem tomadas, pois o deslocamento da população,

o trabalho extenuante para a maioria e a subnutrição acabaram por difundir doenças africanas ou importadas que assumiam o caráter de epidemias mortais ou de males crônicos, reduzindo a capacidade de trabalho e produtividade. Essa situação colocava em risco a sobrevivência dos impérios e a função das colônias de fornecer utilidades as metrópoles servir de mercados para a exportação de artigos industriais, fornecer soldados aos seus exércitos e emprego rentável ao seu excesso de capitais. Nesse quadro, a preservação da saúde e o saneamento passaram a ser de importância vital. Foram construídas redes de atendimento médico que, embora precárias, prestaram serviços à saúde dos africanos (RIBEIRO, 2007, p. 76).

A presença do europeu em África gerou um grande conflito e o extermínio de uma estrutura social totalmente organizada. Os africanos, que eram donos das próprias terras, com o colonialismo, passaram a ser escravizados em seu próprio chão, unicamente pelo fato de o sistema colonial europeu achar-se no direito de impor regras e políticas, desestabilizando totalmente a identidade e a cultura dos que naquele solo viviam. O colonizador impunha,

[...] dentro das vicissitudes climáticas, um estilo de vida à escala europeia [...] Edificando a Cidade, lançou o primeiro desafio às condições de ambiente, que parecia negar a estas regiões a possibilidade de desenvolver grandes centros populacionais. Introduziu o milho americano e reactivou a cultura do arroz [...] impôs a língua e a religião, edificou escolas e liceus, onde se fala mais de Europa do que de África. [...] Em contacto com o colonizador, o Negro tornou-se também mineiro e operário; é o descarregador, o motorista dos transportes coletivos e o pária das grandes cidades. À sua situação de

dependente, de colonizado, vêm adicionar-se as taras de uma classe mal ajustada socialmente. Aqui e ali uma elite se vai formado: o sacerdote, o professor primário, o funcionário público, manifestando muitas vezes complexo originados num duplo desenraizamento [...] depois de cinco séculos de contactos, a África apresenta-se como que desenraizada, sofrendo de fomes periódicas, duvidando dos seus padrões culturais e aceitando com reserva os da Europa (FARIA, 1997, p. 17).

Na tentativa de amenizar os danos causados pelo poderio europeu e no intento de lutar contra as atividades por ele desenvolvidas durante o colonialismo, alguns movimentos surgiram e se intensificaram. Esse é o caso de *Negritude*, que tinha características culturais e literárias e consideráveis envolvimentos ideológicos e políticos entre os descendentes de escravos, com foco principal na recuperação da identidade e da humanidade, ou seja, no resgate da dignidade do homem negro. Outro movimento foi o chamado “Pan-Africanismo”, ideologia que propunha a união dos povos, cuja importância estava na promoção social e política dos negros na América, visto que tanto a *Negritude* quanto o *Pan-Africanismo* são movimentos surgidos fora da África. Consoante Abdala Junior (1989), o Pan-Africanismo tinha por objetivo a promoção e o desenvolvimento dos africanos e a luta contra o imperialismo.

Essas iniciativas, no entanto, não foram de todo bem-vistas, uma vez que “sua radicalidade é abstrata e anti-histórica desde o momento em que passa a defender não o desenvolvimento dos africanos, mas a necessidade da manutenção das estruturas e da cultura pré-moderna da África Negra de forma intocada” (RIBEIRO, 2007, p. 82). Além disso, “iniciou-se como uma busca pelas raízes e pela identidade e humanidade, na época de suas origens; depois, com o poeta Aimé Césaire<sup>7</sup>, transformou-se num racismo às avessas a partir de Senghor – o patriarca da independência do Senegal” (RIBEIRO, 2007, p. 82).

Grã-Bretanha, França, Bélgica e Portugal eram as quatro grandes potências europeias em África e foram responsáveis pelas significativas mudanças que ocorreram no continente desde o início do período colonial, tais como reorganização da geografia política, exploração da mão de obra africana, inserção de novo idioma, além de ter ocorrido um “assassinato” cultural muito grande.

O domínio colonial clássico na África durou aproximadamente 75 anos, tempo suficiente para o amadurecimento de sua incorporação na economia mundial, das economias capitalistas monopolistas e para a emergência de um

---

<sup>7</sup>Aimé Césaire foi o ideólogo do conceito de negritude, defensor maior das raízes africanas e militante anticolonialista. Césaire foi ainda um dos maiores poetas surrealistas do mundo. (Plataforma Buala). Disponível em: <http://www.buala.org/pt/autor/aime-cesaire>. Acesso em: 27 dez. 2016.

movimento emancipacionista bastante problemático. Nesse período, os impérios coloniais submeteram ou cooptaram tanto as resistências tradicionais como as 'modernizantes', ordenaram o continente e mudaram seu perfil. O auge da dominação e recodenação deu-se no período entre-guerras com marcada participação da crise econômica de 1929 e a posterior recessão (RIBEIRO, 2007, p. 85).

Devido à insatisfação da população africana em relação ao colonizador e às diferenças políticas entre as potências, iniciou-se o processo de descolonização. A segunda fase das lutas de libertação das colônias começou

imediatamente após a Conferência de Bandung (1955), prolongando-se até princípios da década de 60, ou melhor, até a intervenção direta das tropas norte-americanas no Vietnã (1966). Nesse período, a grande maioria dos países africanos alcançou a independência formal (CANEDO, 1994, p. 65).

Vale ressaltar que a primeira fase das lutas de libertação abrange o continente asiático. Assim sendo, o processo de descolonização da África Francesa iniciou com a separação da África Ocidental e Equatorial. Devido a essa ruptura, os países criaram novas formas de desenvolvimento, além de surgirem diversos problemas estruturais. No entanto, embora tenha acontecido o afastamento, a França buscava manter sua antiga formação política, o que propiciou o aparecimento de embates internos entre as regiões coloniais. Foi realizado, então, na União Francesa, o congresso de Bamako. "Dele resulta a criação do RDA (União dos Povos Africanos). É um partido ligado ao partido Comunista Francês, mas legalista, que apoia a autonomia interna nos marcos constitucionais" (RIBEIRO, 2007, p. 88). Além disso, em 1948, foi criado o BDS (*Bloc Démocratique Sénégalis*), nacionalista. "É dessas duas agrupações que aparecem as primeiras tendências que marcarão o futuro das colônias francesas" (RIBEIRO, 2007, p. 88).

Em 1960, a África Equatorial Francesa dividiu-se em países independentes, surgindo, assim, as repúblicas do Chade, Centro-Africana, do Congo e o Gabão. Com essa divisão, os novos países trouxeram também a pobreza, a fragmentação e uma grande dificuldade de ter uma África Francófona integrada. A descolonização com a balcanização tornou-se

um empecilho para o desenvolvimento integrado. Como resultado disso, tanto a Negritude quanto o pan-africanismo, que seriam as bases da moderna África, terminaram por tornar-se discursos mobilizadores e objetivos a longo prazo. O trabalho imediato era construir o Estado Novo, inseri-lo na política internacional e resolver os pesados déficits gerados pelo colonialismo. A tendência para a unificação africana e para uma política internacional

integrada ficou subordinada às singularidades de cada país. Nesse quadro, a França manteve sua preponderância e a direção da região através da Área do Franco, da Francofonia e da ação de suas tropas no sustento de governos que perderam sua base nacional de sustentação (RIBEIRO, 2007, p. 91).

O período colonial de Portugal foi o mais duradouro e, talvez, um dos mais dramáticos. Os primeiros países a declararem a sua independência foram Angola e Moçambique, mas também Cabo Verde e Guiné-Bissau, que só conquistaram a sua liberdade por meio de intensas e violentas lutas de libertação. Nessa época, afirmaram-se ideologicamente movimentos, como o MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola - e o PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde -, cujos membros, após passarem grande período estudando na metrópole, rebelaram-se contra o sistema imposto e comandaram as lutas de libertação nacional, ocupando, mais tarde, postos administrativos nos governos socialistas.

O colonialismo, que, sem dúvida, deixou marcas profundas na sociedade, pode, assim, ser caracterizado pela

angústia sentida não só pelo deslocamento dos equilíbrios tradicionais (econômicos, políticos, sociais e culturais), trazidos pela introdução do capitalismo através da descolonização, como também pelo doloroso processo de construção de uma identidade nacional (CANÊDO, 1994, p. 84).

Pensar o período da colonização portuguesa faz refletir sobre as máculas deixadas por quase cinco séculos de aculturação, ditadura e totalitarismo. As políticas de identidade promovidas pelo colonialismo tinham, com efeito, o objetivo de “legitimar sua dominação e, no caso de sua última vertente lusotropicalista, de incentivar a criação de uma sociedade civil à qual se opôs a natureza dual e antagônica do sistema” (CABAÇO, 2007, p. 18). A entrada ofensiva do europeu no continente africano e, por conseguinte, em outros territórios, como o caso de Timor-Leste, principalmente após a partilha, evidenciou a necessidade europeia de conquistar mais territórios e, com isso, aumentar, seu poder.

As potências europeias puderam conquistar a África com relativa facilidade porque a balança pendia a seu favor, sob todos os aspectos. Em primeiro lugar, graças às atividades dos missionários e dos exploradores, os europeus sabiam mais a respeito da África e do interior do continente – aspecto físico, terreno, economia e recursos, força e debilidade de seus Estados e de suas sociedades – do que os africanos a respeito da Europa. Em segundo lugar, em função das transformações revolucionárias verificadas no domínio da tecnologia médica e, em particular, devido a descoberta do uso profilático do

quinino contra a malária, os europeus temiam menos a África do que antes de meados do século XIX (UZOIGWE, 2010, p. 44).

O processo de expansão europeia foi praticamente o mesmo, mas é a partir de 1926, com a criação do Estado Novo, que o colonialismo se potencializa nas colônias sob domínio português e instaura todo um sistema opressor, que passou a extrair tudo aquilo que conseguia, deixando o espaço ocupado pobre de recursos e de vida.

Numa primeira fase, a que se poderia chamar a fase imperial da política colonial do Estado Novo, obviamente entre 1930, altura em que é publicado o Acto Colonial e é consagrada, do ponto de vista legal e até constitucional, a noção de Império, e 1950, o primeiro vinténio do regime do Estado Novo (ROSAS, 1997, p. 13).

É nesse Estado Novo que vai aparecer Salazar. De acordo com Cabaço (2007, p. 149),

com o golpe de Estado de 28 de maio de 1926, em Portugal, a república foi substituída pela Ditadura Nacional, que abriu caminho à instauração, por Salazar, desse Estado Novo. A ordem política instaurada retomaria o modelo da geração de 95 e sobre ele edificaria sua política.

Dessa forma, embora seguisse a lógica do processo de expansão portuguesa, com o Novo Estado surgiram novas políticas administrativas. A exploração da mão de obra e da matéria-prima intensificou-se, mas, além disso, o que mais chama a atenção é que, dentro desse novo sistema colonial, “há uma distribuição funcional das tarefas no império. As colônias produzem matérias-primas que a metrópole tem o dever de receber e, em contrapartida, as colônias devem receber os produtos acabados da metrópole (ROSAS, 1997, p. 14). E, seguindo a ideia de que a “repartição do mundo entre um pequeno número de Estados foi a expressão mais espetacular da crescente divisão do planeta em fortes e fracos, em “avançados” e “atrasados” (HOBSBAWM, 1998, p. 91), é que se observa a crueldade com que esse “novo” formato de colonização se solidificou.

O Estado Novo, comandado por uma política de exclusão, sedimentou a inferiorização dos indivíduos. Todavia, foi essa mesma política que incentivou os indivíduos a reagir, impondo-se, dessa maneira, contra o sistema colonial, incorporando, “identidades de resistência pela apropriação de subsídios da “modernidade” do colonialismo no próprio patrimônio de conhecimentos e de vivências” (CABAÇO, 2007, p. 19). Essa “identidade” de resistência ergueu-se contrária à censura e solidificou uma ideologia calcada pela palavra, fazendo com que

surgissem movimentos que cunhassem a reafirmação dos sujeitos como pertencentes aos espaços que lhes haviam sido tirados.

## 2.2 Nós, os outros - um certo Timor-Leste - breve contextualização

Embora as narrativas analisadas nesta tese tenham em comum o imaginário social atrelado ao passado sob o domínio português, os caminhos percorridos pelas nações representadas nas obras em análise se distinguem. Angola e Cabo Verde, países africanos, sofreram com as lutas de libertação para que pudessem, ao menos no papel, se tornarem independentes. Esses dois países ergueram-se por meio de um signo em comum, a geração da utopia, movimento surgido na *Casa dos Estudantes do Império* e que despertou, nos jovens moradores da casa, o sentimento de mudança, fazendo com que a revolução contra o colonialismo se iniciasse.

Contudo, há de se contextualizar, mesmo de forma breve, que, no caso de Timor-Leste, se entra em contato com um processo de (des)ocupação bastante controverso. A ilha de Timor passou por algumas revoluções identitárias ao longo da sua conturbada história. Como se verá na análise de *Requiem para o Navegador Solitário*, escrita por Luís Cardoso, a ilha foi alvo de distintas guerras territoriais, que não só desestruturaram a sociedade como também impulsionaram a desarticulação social, impedindo que a nação pudesse se desenvolver. Ainda hoje isso é muito perceptível, haja vista que os timorenses jamais conseguiram uma organização socio-política satisfatória que desse conta de amenizar as rupturas causadas pelos tantos anos de conflito. Além da confusão identitária causada pelas distintas ocupações – a língua falada seja talvez a maior delas –, Timor tornou-se totalmente independente apenas no ano de 2002.

Ao contrário do que foi colocado em curso nos países africanos dominados por Portugal, que lutaram para alcançar a utópica independência, Timor-Leste foi abandonado pelos portugueses e logo em seguida invadida pelos Indonésios. Isso tudo causou, tal qual em África, uma desestruturação no âmago social e histórico, deixando o sujeito refém desse duro processo. Além disso, não bastasse a confusão histórico-social causada pela ocupação, Timor ainda se viu refém de uma cruel invasão japonesa, durante a Segunda Guerra Mundial.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup>Em 19 de fevereiro de 1942, a ilha foi invadida pelas tropas japonesas. A ocupação da ilha de Timor foi cruel e dizimou cerca de 10% da população. Salazar, em Lisboa, sabendo da possível invasão,

Como já explicitado, Portugal lançou-se em busca de novos espaços ultramarinos para ampliar o seu poder e domínio territorial. Nesse processo, além de se deparar com as encostas africanas, o Oriente também entrou na rota de vislumbre europeu, principalmente, por haver interesse na exploração comercial. Além disso, para além do interesse mercantil, a ideia de explorar um espaço visto como “exótico” gerava grande entusiasmo para os exploradores, uma vez que a superioridade ocidental era fator impulsionador.

Em 1511, sob a ordem de D. Manuel, sai de Malaca uma expedição com o objetivo de encontrar as Ilhas das Especiarias. Em 1512, após explorarem o arquipélago das Ilhas Molucas, 9 os portugueses dirigem-se às ilhas de Solor e Timor. Solor servia como ponto de chegada e ponto de partida dos mercadores de sândalo do Timor, dada a proximidade entre as duas ilhas (GALDINO, 2012, p. 23).

Tencionando, principalmente, a exploração das especiarias, a ocupação desses territórios em vista parecia ser lucrativa. Ademais, tal qual ocorreu em África, a imposição da cultural europeia – principalmente a língua e a religião – também foi uma constante nos espaços ocupados no Oriente, mais especificamente na ilha de Timor. Destaca-se, nesse sentido, que, “ao chegarem à pequena ilha de Timor, os portugueses depararam-se com uma sociedade organizada em reinos autônomos, independentes entre si. Cada reino possuía um governante com poder de vida e morte sobre um determinado número de indivíduos” (GALDINO, 2012). Assim, da mesma forma que ocorreu em África, para que os negócios pudessem funcionar, conforme destaca Galdino (2012, p. 29), os portugueses debruçaram-se em manter contato amigável com a sociedade local, criando um sentimento imaginário de aliança e trocas rentáveis.

Dentre todas as colônias, Timor era aquela que menos interessava a Portugal. Essa realidade só foi modificada no século XIX quando Portugal muda seu plano de ação para suas colônias, evidentemente não para beneficiá-las de alguma forma, mas para dinamizar seu potencial econômico, objetivando atuar em patamar equânime ao de outros países europeus e afastar potenciais ameaças as suas colônias.

A ilha de Timor fazia divisa com a Indonésia, país que sempre se mostrou interessado em manter negócios no local. Contudo, com a presença dos portugueses,

---

ordenou postura defensiva diante das tropas. Portugal já havia se declarado neutro em relação à Segunda Guerra Mundial, mas, por conta dos baixos investimentos em infraestrutura e até mesmo na defesa do território, a ocupação de Timor foi inevitável.

isso não se tornava possível, pois, apesar das diversas tratativas de negociação, os portugueses não cediam.

Com o passar do tempo, a presença portuguesa na ilha, embora representasse quase quatro séculos de ocupação, não se mostrou lucrativa e a exploração da terra não foi rentável o suficiente para que a coroa portuguesa despendesse o seu interesse pela ilha de forma contínua. Todavia, como a ideia era se manter com a supremacia, detentora de terras e riquezas, somente com os acontecimentos surgidos na metrópole Lisboa, tendo como gatilho as lutas de libertação, é que a ocupação portuguesa em Timor foi enfraquecida.

O turbulento processo de descolonização iniciado com a Revolução dos Cravos repercutiu naquela longínqua província, logo no início de maio de 1974, quando o governador do território solicitou instruções à Junta de Salvação Nacional, prudentemente ressaltando a conveniência de se conhecer o pensamento do governo indonésio em relação a Timor. Em resposta, instruído a proceder com os princípios do Programa do Movimento das Forças Armadas (CUNHA, 2001, p. 13).

Foram, pois, os intensos movimentos de luta pela libertação das colônias africanas que desarticularam e enfraqueceram o domínio português também em Timor. Assim, em outubro de 1974, iniciaram-se as tratativas para uma possível independência de Timor<sup>9</sup>, mas o que de fato aconteceu foi um desfecho frustrado, resultando na ocupação do território de Timor pelas tropas militares da Indonésia, o que obrigou os portugueses a abandonarem a ilha. A essa altura, duas frentes revolucionárias já haviam iniciado conflitos internos e que dividiram o povo entre as duas frentes. A UDT – União Democrática Timorense – e a FRETILIN – Frente Revolucionária de Timor-Leste - formaram uma coligação de dois partidos que lutavam em prol da soberania da nação de Timor, sendo contrários às negociações iniciadas entre Portugal e Indonésia. O resultado dessa coligação, porém, foi desastroso, uma vez que os ideais “revolucionários” não condiziam com os objetivos de cada frente. Dessa forma, a frente comandada pela UDT

lançou uma ação armada em Díli, a capital do território, que resultou no controle de alguns pontos vitais e na prisão de simpatizantes da Fretilin. Os conflitos entre as duas associações se agravaram, dando ensejo a uma breve e sangrenta guerra civil (CUNHA, 2001, p. 18).

---

<sup>9</sup> Nesse período, a partir da Revolução dos Cravos, todos os espaços ocupados por Portugal passaram pelo processo de independência.

Esse processo todo fez com que o governo português iniciasse um processo de retirada de civis, conjecturando, assim, o processo de desmantelamento da colonização portuguesa na ilha, dando espaço para que as tropas indonésias pudessem agir.

Consumada a ocupação militar da capital e das principais cidades de Timor-Leste, o governo indonésio deu início a um processo formal que culminou, em 17 de julho de 1976, com a anexação do território da ex-colônia portuguesa como a 27ª província da República da Indonésia, situação que não foi reconhecida internacionalmente. Em 1976, portanto, estavam estabelecidos os dados essenciais da questão de Timor-Leste. No decorrer do decênio de 1980 e até o início da presente década, a situação parecia caminhar para um desfecho em que a comunidade internacional acabaria por aceitar, como fato consumado, a integração do território da Indonésia (CUNHA, 2001, p. 20).

Diante de tamanhas rupturas que assolaram o espaço timorense, o que fica de mais significativo para a reflexão e que passa a ser contextualizado na literatura é a falta de estrutura sociopolítica, resultante de todo o processo de dominação. Em África, a dominação portuguesa fez surgir uma dinâmica de incursão nos entre-espaços surgidos após a colonização. No caso de Timor, a realidade que passou a assombrar a ilha é de desmantelamento sociocultural, de não pertencimento. As relações identitárias timorenses ficaram fortemente fragilizadas, uma vez que as distintas ocupações fizeram surgir um sistema sociocultural desestruturado. A realidade dos timorenses passou a ser contextualizada por meio de uma linha multiforme na qual as diferenças culturais e identitárias ficaram demarcadas pelo isolamento, pela desconstrução social e por muitas lacunas que ficaram em aberto até os dias atuais.

Antes da chegada dos portugueses à ilha, o tétum era o idioma oficial. Com a colonização dos portugueses, a língua portuguesa foi instituída. Mais à frente, com a invasão da Indonésia, o português foi proibido, obrigando os timorenses a adotarem a língua indonésia. Isso só mostra o quanto os sujeitos timorenses foram afetados pelo contexto de dominação, que se tornou impossível de reverter. Atualmente, tendo como idiomas oficiais o português e o tétum, Timor-Leste segue o caminho da reconstrução. Existe, por parte dos timorenses, certa resistência em se comunicar em português, que é falado, majoritariamente, por grupos da elite, como professores, administradores e universitários. Há, ainda, toda a questão estrutural da sociedade,

que, diante das tantas guerras, ficou desestabilizada, resultando em profundas crises econômicas, trocas de poder e grupos divididos.

O que fica claro é o fato de que a organização social da ilha de Timor ficou fragmentada, impossibilitando, em muitos dos casos, a reconexão com a terra e com a própria identidade. Nesse sentido é que se vai pensar nas literaturas contemporâneas pós-coloniais como fonte de ressignificação dos indivíduos. A história é pouco conhecida, ao mesmo tempo em que muito pouco se tem discutido sobre os percursos históricos que são colocados em curso no contar dos dias. Como um país de tradição oral, pouco tem recebido destaque em se tratando de sua cultura e de suas manifestações literárias. Assim, pensar nas relações estabelecidas por escritores que evidenciam a história de suas nações, como é o caso de Luís Cardoso, escritor timorense, torna-se o marco central na reivindicação de um olhar mais humano e sensível a tudo aquilo que precisa ser reescrito. E é isso que se objetiva evidenciar nos capítulos que seguem, ou seja, uma literatura que desconstrói o oficialato histórico e que traz ao centro as vozes de nações que estão em processo de reconstrução identitária.

### 3 FRAGMENTOS DA VIDA, ESCRITAS DE SI

As palavras têm uma força absurda! Através da palavra, os não ditos são evidenciados e, assim, os silêncios quebrados. Foi por meio da palavra que, por volta de 1960, silenciamentos mútuos começaram a ser dissolvidos. Em meio a um sistema opressor que, durante quase cinco séculos, se apoderou dos indivíduos, vozes, com sonhos do tamanho do mundo, começaram a ecoar pelo continente afora. O gigante opressor transformou-se em miniatura diante da palavra e do seu poder, de modo que o sistema colonial europeu não conseguiu juntar forças para calar uma multidão que clamava por justiça e respeito. A palavra, na sua mais íntima forma, deixou estremecido um sistema que se dizia inabalável.

Nesse contexto, compreender como a literatura pós-colonial contemporânea se firma por meio da (re)significação da história é pensar, também, que, por meio dela, os silêncios impostos pela ditadura colonial passam a ser evidenciados e dissolvidos. Assim sendo, recorre-se às teorias de George Steiner (1988) e Eni Puccinelli Orlandi (2007) para entender as formas assumidas pelo silêncio e sua significação dentro dos estudos pós-coloniais. Além disso, faz-se necessário pensar sobre como a literatura contemporânea traz em sua conjuntura imagética a representação dos conceitos de identidade, fragmentação, hibridismo e sua relação direta com a formação do sujeito histórico na ideia de (des)construção – (des)construir para (re)construir.

Diante de tal perspectiva, é válido pontuar que muitos escritores têm se debruçado sobre o intento do resgate histórico e identitário de seus países, em especial após suas independências na década de 70. Apesar da diversidade temática que marca as obras, a desarticulação da linguagem e a valorização dos aspectos locais fazem-se presentes. Nessa perspectiva, a ficção é empregada para retratar a realidade, denunciar as aporias, além de resgatar a memória, de modo que seu arranjo simbólico verossímil ressignifica a realidade da ossatura social. Para Marson (2010, p. 34),

a ficção é um recurso privilegiado para a (re) produção da memória de uma comunidade, particularmente quando aborda episódios e figuras históricas importantes para a construção da trajetória dessa comunidade'. Este privilegiamento pode ser reconhecido nas várias modalidades de liberdade que a obra de ficção pode desfrutar. A primeira delas é a liberdade de criação que o autor de ficção tem como traço essencial de seu trabalho. A segunda, um desdobramento desta primeira, é a liberdade que o ficcionista dispõe para utilizar qualquer informação que achar pertinente para compor essa memória, condição sinequa non para o extravasamento de sua criatividade. A terceira,

ainda decorrente das duas outras, nos remete à liberdade do autor em recorrer a diferentes formas de expressão para materializar o enredo ficcional veiculador dessa memória: texto, poema, canto, imagens, liberdade, que lhe permite atingir um público muito mais amplo do que outras narrativas. A quarta é a liberdade que o público consumidor dessa narrativa também desfruta na decodificação e incorporação do enredo ficcional. Pode-se, considerar que, tendo a possibilidade de ser, ao mesmo tempo, entretenimento, alimento para o imaginário e veículo de aprendizagem, a ficção é recurso que, num mesmo ato, preserva e transfigura a memória das comunidades, registrando o percurso de suas temporalidades.

O fazer literário, desse modo, foi redimensionando espaços e introduzindo-se de forma especial na vida dos indivíduos acometidos pela ditadura da colonização, seja retratando a tradição e o constructo de seus aspectos, seja falando da realidade dura e crua.

Ao contrário do que acontecia no século XIX, em que a única prioridade era criar uma autonomia política e social, a necessidade surgida na década de 1940 era a da descolonização, o que se tornou possível para a maioria dos países, como é o caso de Angola e Cabo Verde, em 1975, após uma guerra pela libertação nacional. Timor-Leste também obteve sua independência naquele ano, contudo, não foi por meio de lutas, mas pelo desinteresse do poderio português, o que culminou em um significativo abandono da terra até então ocupada. O movimento intensificou-se justamente pelo fato de existirem, no espaço geográfico dos países, discussões acerca da situação das populações negras espalhadas pelo mundo, assim como pela violência exorbitante cometida durante o período escravocrata.

Para Fage (2010, p. 507),

até 1974 Portugal continuou a ser uma potência colonial no sentido mais tradicional do termo, apesar de afirmar que não possuía colônias, mas apenas algumas províncias do seu território, que por acaso se situavam no ultramar. Daí resultou que em meados dos anos 60 Portugal se encontrava nas suas três colônias – Guiné, Angola e Moçambique – a braços com uma guerra de guerrilha em grande escala, activamente apoiada a partir dos territórios vizinhos independentes (assim como o eram nas incursões de guerrilheiros na Rodésia).

Do mesmo modo, segundo Pires Laranjeira (1992, p. 14), o fortalecimento das literaturas pós-coloniais “acompanha a construção de um novo poder político, primeiro clandestino e, depois, triunfante. Os homens que escrevem são os mesmos que pensam e que politicam”. Voltando, ainda, um pouco à Segunda Guerra, é importante destacar que as potências colonialistas, colonizadores e centros do poder enfraqueciam-se devido às intensas derrotas, o que deu, de certa forma, oportunidade

para algumas colônias reivindicarem seus espaços, entrando em acordo direto com seus dominadores.

No caso de Portugal, a história foi outra. Estando a metrópole em crise, devido ao seu atraso econômico e às deficiências infraestruturais, as tentativas de descolonização só intensificam a ditadura de Salazar, fazendo com que o governo se empenhasse para ter o controle direto das colônias. A vida nas colônias tornou-se mais dura, como mais cruel tornou-se a administração portuguesa. A distância entre governo e povo acentuou-se. Nesse sentido, destaca-se que a literatura serve como um “acervo”, em que vivências reais e fictícias se misturam e, com isso, recontam um passado marcado por tristezas e lutas, mas, sobretudo, por vitórias e novos projetos, novas utopias.

As literaturas contemporâneas pós-coloniais têm se dedicado, ao largo de sua história, a uma reorganização do compêndio imagético das nações, principal e acentuadamente a partir dos anos 40 do século passado. Embora muitas das obras que hoje são lidas e analisadas tenham sido escritas nas décadas de 60 e 70, muito há de ser discutido sobre os acontecimentos do período colonial e pós-colonial e sobre como essa literatura foi definitiva para a constituição de uma ideia de nação, visto que a história de Angola, Timor-Leste e Cabo Verde é recente, logo, seu estudo também o é.

Assim sendo, faz-se necessário um estudo mais centrado nas significações que essa literatura tem trazido no decorrer dos anos, o que se dará pela análise das obras que são *corpus* deste estudo. Como visto, o período colonial fez surgir sentimentos diversos, que culminaram na revolta, na resistência e, conseqüentemente, na independência das nações africanas. A literatura, por sua vez, teve o papel de disseminar e repercutir esses “movimentos” anticoloniais; seja na lírica ou na prosa, ela despertou certo humanismo na sociedade, que, por não ter acesso a outras informações, devido à rigidez do colonizador, não enxergava possibilidades de mudança. Por meio das diversas obras publicadas, as pessoas passaram a se reafirmar/ressignificar como cidadãos pertencentes aos espaços representados nas narrativas – que se encontravam sob o domínio português –, e, com isso, foi possível romper com a opressão imagética.

A literatura, nesse sentido, calcada pela palavra e enriquecida pelos sonhos, impôs-se e tornou-se instrumento de luta na liberdade dos países sob o domínio português. Esse sistema, que se instaurou com proposta de melhorias para a

população, teve suas bases enfraquecidas com a revolta de jovens que estavam cansados das velhas mentiras contadas e da rígida ditadura que o colonizador impunha, como foi o caso de Angola e Cabo Verde, cujos movimentos de libertação surgiram na Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa.

Toda a situação colonial, e cita-se aqui a opressão, a humilhação e a injustiça, fez com que, pelo viés da literatura, novos horizontes pudessem ser vistos. Nesse viés, toda a situação na qual se encontravam os indivíduos silenciados pela opressão fez com que a mudança se tornasse imperativa. É, pois, de literatura e do seu poder transformador, parafraseado Candido (2004), que se vai falar!

A literatura, como defende Candido (2004), humaniza o seu leitor, mas também se apropria da realidade para fazer sentido. Assim sendo, é possível apontar diversos fatores que levaram as literaturas contemporâneas pós-coloniais ao nível estético/crítico que ela tem hoje. Ao abordar o sistema colonial, principalmente o momento em que começou a enfraquecer, a literatura torna-se o pilar central. Vários escritores, tanto da prosa quanto da poesia, produziam, durante o colonialismo, sua arte com o intuito de evidenciar as injustiças cometidas pela política colonial, bem como pôr em voga suas opiniões e o sentimento de revolta que acometia os cidadãos africanos. Com o fim do período de guerras, essa escrita anticolonial continua ganhando força, uma vez que, além de evidenciar o que foi todo o período opressor, rediz a oficialidade histórica de suas nações. Dessa forma, o silêncio foi, aos poucos, sendo substituído por sonhos, possibilidades de mudança, renascimento da esperança. Por intermédio das narrativas produzidas por escritores, como Pepetela, Mário Lúcio de Souza e Luís Cardoso, um novo horizonte passou a ser almejado: o fim das, ainda presentes, marcas do colonialismo.

Pensar nas literaturas contemporâneas pós-coloniais, e especificamente nas obras aqui analisadas, faz voltar os olhos ao que todo o processo de recondução histórico-social das sociedades que viveram sob o domínio da colonização representa: o redimensionamento dos ciclos de vida. Pepetela, em *A Geração da Utopia*, termina a narrativa afirmando que somente os ciclos são eternos. Pensando no percurso literário traçado pelos escritores trazidos à guisa de discussão nesta tese, são os ciclos que vão conduzir as travessias colocadas em curso pelas personagens das três obras aqui analisadas. Em Angola e Cabo Verde, assim como o caso dos outros países colonizados por Portugal, foi na Geração da Utopia, surgida na CEI, que esses ciclos foram sendo incorporados às ações do coletivo, ao pensamento reconduzido a

uma prática voltada, novamente, na identidade dos indivíduos. Já no caso de Timor-Leste, os ciclos encontram-se ligados ao fazer narrativo da própria vida na ilha, guiados, talvez, não por uma geração de intelectuais que pensou a libertação, mas, muito provável, pela constante desavença com as chegadas e partidas que desestruturaram o espaço da ilha.

### **3.1 Entre ruídos e reticências – a *Parábola do Cágado Velho*, de Pepetela**

Tzvetan Todorov, ao pensar sobre o que a literatura pode e o que representa, afirma que ela pode muito, como, por exemplo, nos estender a mão quando

estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver. Não que ela seja, antes de tudo, uma técnica de cuidados para com a alma; porém, revelação do mundo, ela pode também, em seu percurso, nos transformar a cada um de nós a partir de dentro (TODOROV, 2003, p. 76).

A literatura é, pois, revelação do mundo, como uma ponte que liga caminhos ou uma janela entreaberta que faz o horizonte ser quase tangível! E, por ser tudo isso, ela traz ao centro de sua existência as experiências humanas, a relação entre os sujeitos, os seus ruídos e reticências. “A literatura não nasce no vazio, mas no centro de um conjunto de discursos vivos, compartilhando com eles numerosas características” (TODOROV, 2003, p. 22). Nesse contexto, pensar sobre a literatura pós-colonial em um contexto contemporâneo torna-se extremamente significativo, ao possibilitar que os discursos daqueles que, por muito tempo, foram emudecidos sejam trazidos com força e representatividade, reprojetoando a oficialidade histórica de discursos ditos “oficiais”.

É assim, portanto, que as literaturas africanas escritas em língua portuguesa permitem que os caminhos de África sejam (re)abertos. Entre as páginas dessas narrativas, a passagem é trilhada por histórias e ruídos de um tempo em que o silêncio era a única verdade conhecida. No plano do tangível, a literatura transcende a essência da perda; ela faz saber “como constituir novas formas do real – formas flutuantes e móveis” (MBEMBE, 2019, p. 230). É isso que se verá nas páginas que seguem; uma literatura calcada na transcendência, na (re)escrita do imaginário nacional, tendo como plano de ação a história de centenas de sujeitos que compõem, diariamente, a história de África, que “não constitui mais um centro em si mesmo. Hoje

ela é feita de polos entre os quais há constantemente passagem, circulação e abertura de caminhos” (MBEMBE, 2019, p. 229).

A observância da passagem do tempo e das memórias que nele se projetam figura nos espaços narrativos trilhados pelos escritores africanos. E é isso que se vê na narrativa *Parábola do Cágado Velho*, de Pepetela, uma literatura centrada no indivíduo, na sua identidade e nos silêncios colocados em curso durante a colonização portuguesa. Edward Said (2007, p. 57) afirma que

em virtude de viver segundo normas diferentes, o intelectual não tem uma história, mas apenas uma espécie de efeito desestabilizador; ele provoca abalos sísmicos, sacode as pessoas, mas a sua conduta nunca se pode explicar nem pelos seus antecedentes nem pelos amigos.

Pepetela – intelectual do seu tempo –, ao longo de sua jornada como contador de histórias, apresentando as multiplicidades de África, usa sua narrativa para desestabilizar, provocar abalos e sacudir seu leitor. Como intelectual, assumiu o compromisso de (re)contar as tantas histórias de sua terra – Angola. Por meio de suas narrativas, entra-se em contato com uma África que tem a sua identidade assumida, embora, muitas vezes, representada por um borramento micelar que luta para se desvencilhar das máculas deixadas pela colonização. E vai além...

Em seus escritos, Pepetela evidencia os ruídos causados pelas tantas guerras travadas pelos sujeitos históricos e faz pensar sobre os processos históricos que mantiveram o continente africano refém de uma supremacia europeia. Além disso, discorre sobre a necessidade de se buscar uma legitimidade na literatura africana como forma de denúncia dos horrores coloniais. Nesse sentido, o pano de fundo de suas narrativas é a guerra travada diariamente pelos sujeitos de África no que tange ao se desvencilhar dos silêncios impostos e trazer as vozes ao centro. Pepetela lança olhar sobre Angola, perpassa o caminho dos não ditos daqueles que compõem o compêndio imagético da nação.

Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos – Pepetela – nasceu em Benguela, Angola, e, em 1958, mudou-se para Lisboa, Portugal, a fim de concluir seus estudos. Frequentou a Casa dos Estudantes do Império – CEI –, onde entrou em contato com os ideais revolucionários de libertação de Angola. Foi também na CEI que Pepetela iniciou sua escrita literária, com contos publicados na revista *Mensagem*<sup>10</sup>. Foi em

---

<sup>10</sup> Revista criada pelos moradores da Casa dos Estudantes do Império. Foi nessa revista que muitos escritores, como Pepetela, Luandino Vieira, Noémia de Souza, publicaram, pela primeira vez, textos

Portugal, também, que, como guerrilheiro, recebeu a alcunha de Pepetela. Em sua trajetória, lutou pelos ideais utópicos de libertação. Para tanto, pôs-se a contar histórias, cujos enredos refletem a sua necessidade de fala e instauram uma literatura de denúncia e reflexão. Citam-se, como exemplo, *As Aventuras de Ngunga (1977)*, *Mayombe (1980)*, *A Geração da Utopia (1992)* e *Parábola do Cágado Velho*, livro iniciado em 1990, mas que só foi publicado em 1996, em que, segundo o escritor, tudo parece subvertido, incluindo a geografia, propositalmente. “É um microcosmos que representa o país”<sup>11</sup>.

Assim, não de forma explícita, mas dentro das ramificações diegéticas da representação, a guerra é inserida pelos labirintos discursivos que compõem as narrativas de Pepetela. Em *Parábola do Cágado Velho*, é por meio de Ulume, personagem central da narrativa, que esses labirintos, ao longo da narrativa, serão percorridos, em uma constante busca por significação.

### 3.1.1 O Mundo de Ulume – a nascente

“Ulume, o homem, olha o seu mundo!” (PEPETELA, 2005, p. 5).

Fernando Pessoa, ao refletir sobre o mundo, dizia “crer no mundo como num malmequer”<sup>12</sup>, porque o via, mas não pensava nele; pensar é não compreender. O olhar de Ulume, protagonista de *Parábola do Cágado Velho*, é sensível aos olhos de quem consegue compreender que a guerra fez da utopia uma luta sem fim. Esse homem que olha enxerga as reticências impostas de forma irrisória no curso da vida. Esse mesmo olhar é incerto, vago e silencioso, mas busca uma univocidade nas trilhas percorridas por si e por todos aqueles que, nas margens do tempo, passaram por aquelas chanas<sup>13</sup>. E é assim, em cima do monte, que Ulume observa, rememora e esvanece, em um ritual de transcendência:

Todos os dias sobe ao morro mais próximo, senta nas pedras a fumar

---

literários e de cunho revolucionário. Além disso, a revista foi de extrema importância durante o período de ditadura salazarista, uma vez que os textos ali publicados denunciavam as crueldades da colonização em África.

<sup>11</sup> PORTAL DA LITERATURA. **Parábola do Cágado Velho**. Disponível em: <https://www.portaldaliteratura.com/livros.php?livro=3600>. Acesso em: 24 set. 2020.

<sup>12</sup> POEMA DE ALBERTO CAEIRO (heterônimo de Fernando Pessoa), publicado no livro “**O guardador de Rebanhos**”. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/pe000001.pdf>. Acesso em: 05 out. 2020.

<sup>13</sup> O mesmo que savana.

cachimbo que ele próprio talhou em madeira dura, e espera. A passagem do Cágado velho, mais velho que ele pois já lá estava quando nasceu, e o momento da paragem do tempo. É um momento doloroso, pelo medo do estranho. Apesar de décadas passadas desde a primeira vez. Mas também é um instante de beleza, pois vê o mundo parado a seus pés. Como se um gesto fosse importante, essencial, mudando a ordem das coisas. Odeia e ama esse instante e dele não pode escapar (PEPETELA, 2005, p. 10).

Talhados pela espera, os ruídos da guerra fazem-se presentes na vida daqueles que ainda sonham com um amanhã melhor. Por mais que a guerra tenha findado, os conflitos diários entre a memória e a identidade ainda tornam a vida dura. Viver no Kimbo passou a ser sinónimo de luta e resistência, além de motivo para constante inquietação. A esperança de dias melhores também não se esvaiu. A passagem dos dias, na obra *A Parábola do Cágado Velho* segue, assim, um curso diferente, pelo menos, aos olhos de Ulume, personagem central da narrativa, que vive e sente o seu mundo de modo singular. Para a personagem, por vezes,

a terra lhe parece estranha. Fica num planalto sem fim, embora se saiba que tudo acaba no mar. Chanas e cursos de água por toda a parte. Junto dos rios tem florestas, nalguns pontos apenas muxitos, aquelas matitas húmidas. As elevações são pequenas, excepto a Munda que corta a terra no sentido norte-sul. Nunca se vê o cume da Munda, sempre encoberto por espessos nevoeiros (PEPETELA, 2005, p. 9).

Envolta nas máculas do silêncio, a estranheza que a terra lhe causa dissolve-se com as memórias banhadas pelas águas do tempo e alocadas na afonia de Ulume, que busca, por meio da paragem do tempo, sincronismo para a vida. O Kimbo, a chana, os rios representam, para o homem que olha, o labirinto do desconhecido. É assim, por meio de bifurcações e consonâncias, que se adentra no espaço habitado pela personagem. O romance de Pepetela envereda, nesse sentido, pelas insistentes batalhas travadas durante um longo e conturbado período que assombrou a África. Por conta disso,

é possível afirmar que “a ficção de Pepetela se caracteriza por um constante e lúcido olhar sobre a história de Angola. Uma história a contrapelo, transfigurada por uma escritura alegórica que investiga os interstícios e não-ditos do que ficou reprimido nos desvãos do imaginário social angolano (SECCO, 2009, p. 151).

Concomitantemente à necessidade de investigar a condição de sujeito pós-colonial, o espaço-tempo do romance é marcado por dois rastros fundadores significativos: as guerras históricas, que entrecruzaram o campo do habitável e do

imagético, e os conflitos de ruptura do sujeito. Ainda sobre o espaço-tempo do romance, Carmen Lúcia Tindó Secco (2009, p. 161) afirma que o percurso rememorativo traçado

ênfatiza que o processo histórico angolano sempre foi pontuado por guerras. Primeiro, as étnicas, entre sobas, inscritas no campo do sagrado, motivadas pela disputa de espaços e alimentos. Depois, as guerras por braços escravos, caracterizada pela exploração dos brancos, pela prepotência dos colonizadores. A seguir, registra a grande revolta que dizimou tantas aldeias, mas que culminou com a Independência e ocasionou um período de paz, embora curto, porque, logo após o 11 de Novembro de 1975, veio a guerra civil, moderna, cuja nação nefasta, fratricida espalhou fome, doenças, miséria e desencanto por toda parte do país.

Como se pode observar na reflexão de Secco (2009), as constantes guerras, que parecem ter se enraizado na nação angolana, figuram pelos entrelugares, inscritos no plano da narrativa de Pepetela. Desse modo, a passiva desorientação causada pela política dominadora portuguesa fez surgir, nos espaços de África, a relativização da cultura, da tradição e da própria identidade dos indivíduos. A esse ponto, seguindo a ideia da relativização e, mais precisamente, do entre-espaço, Bhabha (2003, p. 210) afirma que se está diante de uma

nação dividida no interior dela própria, articulando a heterogeneidade de sua população. A nação barrada Ela/Própria (*it/Self*), alienada a sua eterna autogeração, torna-se um espaço limiar de significação, que é marcado *internamente* pelos discursos de minorias, pelas histórias heterogêneas de povo em disputa, por autoridades antagônicas e por locais tensos de diferença cultural.

Essa alienação a que Bhabha (2003) se refere leva à compreensão de que a lucidez do espaço-ser foi corrompida pela política da dominação. Assim, não é ao acaso que a terra parece estranha aos olhos de Ulume. Essa estranheza, aliás, paira sobre Angola e todos os outros países que ficaram reféns da ditadura europeia.

Lançando um olhar não homogêneo sobre o local de fala do sujeito histórico, apercebe-se que nada se encontrava no lugar. Secco, (2009, p. 160), nesse sentido, pondera que

o discurso enunciador do romance funciona como uma espécie de antena parabólica capaz de captar imagens de tempos e espaços diversos e distantes, fazendo com que o outrora e o presente dialoguem, numa releitura crítica, fundadora de uma nova historicidade. A trajetória de Angola é, então, revisitada.

É assim, por meio de uma releitura temporal, em que passado, presente e futuro se entrelaçam, que se adentra no universo de Ulume e de seu processo de reflexão e rememoração. Ora ele se vê estático, esperando o vazio acontecer, ora rememora, tentando voltar a um tempo que não lhe parece mais tangível, mas que paira sobre si, como sombra reveladora de sentido. A personagem, corrompida pela ação do tempo e pelas próprias angústias, tenta seguir o curso que a vida lhe impôs. Assim, ao lado da esposa Muari e dos filhos Luzolo, o mais velho, e Kanda, o mais novo, Ulume busca o reequilíbrio, vivendo no kimbo<sup>14</sup>, ao pé da Munda<sup>15</sup>, esperando o tempo passar.

Nesse contexto, o romance evidencia, por meio das entrelinhas discursivas, os percalços simbólicos inscritos no campo da tradição e da memória, estremecidos pelos ruídos das guerras, como já visto anteriormente, que assombraram os kimbos Angola afora. O espaço passado é revisitado para compreender o espaço presente, por meio de analogias, ou seja, a tradição é revisitada e o tempo presente se ergue em consonância com essa tradição. Secco (2009, p. 161), ao referir-se à narrativa, pontua que

a enunciação romanesca comanda os entrecruzamentos desses planos temporais. A voz narradora em terceira pessoa, utilizando-se do pretérito imperfeito, traz todas essas memórias inconclusas. Valendo-se, também, em alguns momentos, de interrogações, põe em questão certos costumes da tradição e dos tempos atuais, reavaliando, assim, a história de Angola segundo uma temporalidade múltipla e dialética.

As muralhas do tempo são rompidas por essas interrogações a que Secco (2009) se refere, partindo das vozes evidenciadas na narrativa de Pepetela. A personagem central do romance é apresentada pelo narrador de forma íntima, evidenciando os traços de sujeito do tempo e refém de memórias que ensejam em Ulume a desarticulação com as utopias lançadas, por exemplo, sobre a liberdade almejada. Países, como Angola, Cabo Verde e Moçambique, tal qual Ulume, também foram reféns do tempo, que esculpiu sujeitos fragmentados e engessou, de forma desordenada, a centralidade e a vividez dessas nações. Assim sendo, a tradição, ou melhor, a ancestralidade nesses espaços foi avassaladoramente abalada. Por conta disso, como forma de recuperar e, principalmente, (re)estabelecer a conexão entre esse tempo anterior ao colonizador, as narrativas africanas escritas em língua

---

<sup>14</sup> Aldeia.

<sup>15</sup> A montanha principal de seu território.

portuguesa fazem uma incursão para (re)organizar a malha discursiva que serve como matriz fundante da materialidade histórica de África.

Ana Mafalda Leite (2012, p. 154), contudo, chama atenção ao fato de que

não é possível regressar a uma pureza pré-colonial absoluta, tal como não é possível criar formações nacionais, totalmente independentes das suas implicações históricas na empresa colonial. As literaturas africanas de língua portuguesa, com a criação dos seus campos literários específicos, relatam as narrativas desse impossível regresso ao passado, entretecendo, com sabedoria, a sua reinvenção.

Por conta disso, a evidenciação desse não regresso ao passado puro permeia a narrativa de Pepetela, como uma alegoria do não dito. O passado passa a ser (re)inventado como forma de estabilizar um presente conturbado e ainda ameaçado pelos discursos dominantes. Esse conflito discursivo retém em Ulume os anseios de não poder reequilibrar-se, uma vez que, em sua constituição como indivíduo africano, as marcas das tantas guerras travadas em seu espaço habitado ensejam o seu deslocamento. Como um borramento de sua memória latente, Ulume passa a viver em um devir constante, esculpindo a sua própria utopia.

De tempos em tempos, os ruídos da guerra eram amenizados pela serenidade dos dias, em que tudo parecia calmo, como um rio que segue seu curso. Ulume vivia com a mulher e os filhos em uma aldeia onde, por um tempo, a fartura era comemorada e as plantações iam bem.

A lavra de mandioca foi limpa, a naka recebeu milho e batata e legumes, o gado se multiplicou. As tradições foram deitadas para trás e também ele trabalhava nos campos com as mulheres. A guerra tinha feito esquecer os orgulhos de macho, já não era vergonha capinar e colher (PEPETELA, 2005, p. 16).

Essa passagem evidencia a (re)significação da tradição, uma vez que, no curso da história, quem sempre cuidou da lavoura foi a mulher. Assim, mais uma vez, percebe-se a desestruturação causada pelas guerras. Conte (2013, p. 3) afirma, nesse sentido, que

o desconcerto do espaço físico hostiliza os intérpretes sociais e não permite sua assunção. O lugar deixado pela colonização portuguesa é, categoricamente, desnorteante e inóspito. É quando são buscados outros espaços possíveis de serem habitados, para que se pudesse recuperar o estar-pleno da tradição, que se percebe que neste momento da História se está perdendo os sentidos fundadores da cultura tradicional.

A utopia de Ulume envereda, pois, pelos espaços habitados por ele e sua família. O kimbo era o lugar onde ele se via envolto pelos determinismos discursivos que acompanhavam a sua história como sujeito. Era ali que ele havia crescido, rodeado de crenças e guerras, que esculpiram, em sua memória, a tênue relação com a terra, de tal modo que não lhe permitia compreender, por exemplo, a partida dos filhos, Luzolo e Kanda. As suas cicatrizes passaram a ser atenuadas, quando ele, Ulume, apercebeu-se de que a guerra não levava somente os ideais e a esperança, mas levava também os filhos.

Perdeu um, naquele dia que vieram os carros e Luzolo se meteu num deles, juntamente com outros jovens. A mãe chorava, queria segurar no filho, ele disse deixe mãe, depois volto. Nunca mais. [...] Perdeu o segundo filho, da mesma maneira que o primeiro. Kanda entrou no carro, adeus gente, levou apenas um saquito com as suas coisas (PEPETELA, 2005, p. 24).

Luzolo e Kanda haviam estudado fora do kimbo e, ao alcançar uma idade madura, passaram a ter contato com outras realidades, que não eram muito compreendidas pelo pai. Embora Ulume reconhecesse que a tradição, de certo modo, ficara para trás, a ideia de ver seus filhos partindo em busca de algo que o kimbo não oferecia causava-lhe espanto e inquietação. Entre discussões e conversas secretas, “segredos que escondiam dos mais velhos” (PEPETELA, 2005, p. 17), Luzolo e Kanda destoavam da realidade almejada por Ulume. Os irmãos, criados sob os mesmos preceitos e costumes, separaram-se por diferenças cingidas pela crueldade da guerra.

A narrativa de Pepetela traz, nesse sentido, ao plano da enunciação, os meandros que perpassam a história de Angola. A obra traz como temática central o sujeito africano deslocado em seu próprio território, assombrado por múltiplas guerras, que se projetam para uma imersão interna de conflitos culturais e identitários. Há de se levar em consideração, também, que *Parábola do Cágado velho* aborda o período conturbado de uma transição entre um estado colonial e pós-colonial, uma vez que a narrativa faz uma “travessia” por todo um período histórico marcado pela aculturação, violência, preconceito e objetificação do indivíduo.

As diferentes ideologias que marcaram o conturbado pós-independência de Angola, em 1975, são representadas pelos dois irmãos, que se separam de sua família e seguem caminhos ideológicos distintos. Conforme Secco (2009, p. 159):

A narrativa de Pepetela, portanto, ao focalizar alegoricamente [...] a inimizade entre os irmãos Luzolo e Kanda, narra, na verdade, uma história subjacente

de ódios ancestrais. A animosidade entre os filhos de Ulume alegoria, em última instância, a guerra fratricida travada pela UNITA e pelo MPLA, após a independência.

A União Nacional para a Independência total de Angola – UNITA - e o Movimento pela Libertação de Angola – MPLA -, duas frentes que já vinham se formando ainda nas lutas de libertação, fortalecem-se e colocam em curso uma guerra civil, que corrompe o sujeito angolano e invoca, mais uma vez, o descentramento. Em meio a esses embates, com a perda dos filhos para uma guerra de ideologias, que destoam do projeto utópico formado na “Casa dos Estudantes do Império” e representado na *Geração da Utopia*<sup>16</sup>, Ulume perde-se dentro de um momento histórico não tangível, que lhe foge do plano do sentido. O não habitar o plano do racional, da compreensão, faz de Ulume um sujeito que, além de se encontrar em suspenso, como um pêndulo imagético, se localiza na periférica decadência entre o sonho e a ruína.

“Acontece então o episódio da granada” (PEPETELA, 2005, p. 34). A granada, que tantas vidas tirou, simbolizando a ruína, também trouxe Munakazi - o sonho. Ulume já tinha visto a menina anteriormente em uma festa, e os seus pés haviam lhe chamado a atenção, mas foi a granada e a experiência de quase morte que suscitaram a sua ambígua travessia em direção ao sonho.

O kimbo, no qual viviam, foi invadido por dois grupos distintos de guerrilheiros que travaram uma luta armada. Os moradores, como já acostumados estavam, correram na aflição de tentar se salvar. Ulume “percebeu que mais uma vez estava no meio da tempestade, pois disparavam de todos os lados e as balas incrustavam nos rugosos troncos das palmeiras. Correu para direita, se enfiou numa vala” (PEPETELA, 2005, p. 33). Assim, escondido na vala, a personagem se viu diante daquilo que descreveu como um “bocado de pau com um ferro na ponta” (PEPETELA, 2005, p. 34) cair-lhe quase aos pés. Granada e homem se entrelaçam no plano do sonho. Deitado, estremecido pelo estouro, Ulume devaneia com sua Munakazi, a personificação dos ancestrais, sinal que fora lhe enviado, como sorrateiro gatilho para a sua transcendência.

Se colocou mais à terra, olhou o céu azul, vou morrer, e o rosto de Munakazi

---

<sup>16</sup> Livro de Pepetela, mas que faz referência ao movimento que surgiu dentro da Casa dos Estudantes do Império, localizada na Avenida Duque D’Ávila, em Lisboa. Esse movimento recebeu o nome de Geração da Utopia, pois projetou as lutas de libertação dos países colonizados por Portugal.

se recortou nítido no azul intenso, porque não me tiveste? A explosão fez toldar o azul do céu, mas o rosto melancólico de Munakazi ficou pregado nele. Morri e vejo o céu e vejo Munakazi. Estranha morte. Não ouvia tiros, nem gritos, nem explosões (PEPETELA, 2005, p. 34).

A angústia sentida na sua experiência de quase morte revela a Ulume os sons da vida que o cercavam. Não estava morto; estava entorpecido pelo sonho. Desvencilhando-se dos tremores que a granada lhe causara, recobrou a consciência e foi em busca de juntar os estilhaços deixados pelo conflito armado. A aldeia estava destruída. Os seus moradores, inconcebíveis de permanecer naquele sítio, foram em busca de vida nova, longe daqueles dolorosos ruídos que lhes afrontavam a memória. Embora Ulume também cogitasse a hipótese de se lançar a um novo kimbo, aceitou a vontade de Muari, que não quis arredar o pé do lugar onde seus filhos haviam nascido e, para onde, possivelmente, retornariam. Ulume, em seu íntimo, também não podia deixar o seu monte para trás.

Contemplando a realidade que despontava ao seu olhar inquieto, Ulume confidenciou à mulher a visão que tivera na ocasião da granada. Não se podia negar o sinal; antigos preceitos vieram à tona e foram particularizados por Munakazi. Muari, a esposa, concordou: “razão forte demais. Versada pelos conhecimentos antigos, o olhar perdido nas chamas da fogueira, ela disse cumpre teu destino, o sinal é demasiado evidente para o ignorares, algum antepassado falou através da granada” (PEPETELA, 2005, p. 37). Percebe-se, com isso, que a cena da granada configura uma outra alegoria,

que assinala grandes desequilíbrios a acontecerem na história de vida do protagonista e na de sua aldeia. Aviso dos antepassados, a explosão traz a Ulume a revelação de um novo amor: por Munakazi, uma jovem quase da idade de seus filhos. Os pés convergentes da moça o atraem de forma arrebatadora. Munakazi representa o novo, a modernidade, o erotismo de que Ulume precisava para rejuvenescer. Entretanto, carrega uma misteriosa melancolia os olhos, que vem avivar em Ulume o sentimento de perigo já algum tempo pressentido no ar (SECCO, 2009, p. 163).

Para além do campo simbólico, adentrando o espaço do mítico, Ulume retoma a tradição africana. Inocência Mata (1999, p. 255), no tocante à obra de Pepetela, assevera que “as personagens de seus romances – Ulume, no caso –, têm com a tradição uma ação revolucionária, nunca de ruptura, nem de submissão: ancorando-se nela, a tradição, nela busca força para as subverter”.

Assim, o compêndio imagético que circunda a narrativa transpõe os paradoxos

assolados pelo deslocamento ao nível da significação. Viver entreguerras, assolado pela perda dos filhos e a não compreensão do espaço-tempo, faz com que Ulume figure na narrativa como um sujeito balizador da sociedade, que está em um espaço não habitável de sentido. A personagem traz o descentramento de um indivíduo deslocado no tempo, desarticulado de suas raízes e que recorre ao silêncio – embasado por suas memórias – como forma de compreender a sua situação fronteiriça e os ruídos que lhe assombram, o que será objeto de análise no item que segue.

### 3.1.2 A estranha paragem do tempo – o silêncio

“O homem histórico, empenhado na tensão e visão fragmentada do conflito econômico e político, sabe que na conjugação do verbo *ser* existe um futuro anterior” (STEINER, 1988, p. 326).

A idiossincrasia, remissiva ao pensamento colonial, no domínio da linguagem, dissolve a tensão fragmentada que paira sobre o sujeito que contempla o tempo passado. O homem histórico, referido por Steiner (1988), divide a experiência da percepção da realidade com seus silêncios carnis, articulados com a memória, que lhe aquece o sentido. Assim, o ato de *ser* incita a retirada! Retirar-se para buscar a compreensão e evidenciar aquilo que, aos olhos, não é perceptível. A fala, nesse sentido, emudece o sentido da existência, de modo que o homem santo,

o iniciado, se afasta não apenas das tentações da atividade mundana, mas também da palavra. Sua retirada para a gruta da montanha ou para a cela monástica é a representação exterior do seu silêncio. Mesmo aqueles que são apenas iniciantes nesse árduo caminho aprendem a desconfiar do véu da linguagem (STEINER, 1988, p. 31).

Essa retirada torna-se, ainda, inevitável, pela necessidade do homem de compreender aquilo que as palavras não dão conta de explicar. Corroborando a ideia de Steiner (1988), de que somente rompendo com as barreiras da linguagem, muitas vezes, é que a compreensão acontece, Orlandi (2007) considera o silêncio repleto de sentido; o ato de silenciar-se depreende significados que, no plano da palavra, são inatingíveis.

Voltando o olhar ao plano do romance, já não havia mais certeza nas palavras de Ulume, que buscava refúgio na mudez. E tal qual o homem santo, também o homem-Ulume recorreu à gruta da montanha e à paragem do tempo, algo que lhe

parecia a mais sensata das atividades terrestres. “Também era o único que ia para cima do morro observar o vale e o mundo. [...] O cume do Mundo ficava só para ele. [...] E Ulume fica apenas vazio, numa grande paz tranquila” (PEPETELA, 2005, p. 10).

Assim, no pequeno kimbo, aos pés da montanha, os dias corriam diferentes para Ulume. Aos olhos do homem que enxergava o mundo a sua maneira, a terra lhe era intrigante. A vida só parecia ter sentido quando, ao final da tarde, subia ao cume do morro para ver a lenta passagem de um velho cágado que lhe trazia paz. Fazia isso desde muito criança, na expectativa de encontrar, envolto no seu silêncio, respostas para a sua inquietação. É um momento especial,

a meio da tarde em que tudo parece parar. O vento não agita as palmas, as aves suspendem seus cantos, o sol brilha num azul profundo sem fulgurações. Até o restolhar dos insectos deixa de ser ouvido. Como se a vida ficasse em suspenso, só na luminosidade dum céu enxuto. Um instante apenas. E nem sempre acontece. O tempo precisa estar limpo, de preferência depois de uma chuvada, a lua tem de aparecer apesar do Sol, e no peito deve ter a angústia da espera (PEPETELA, 2005, p. 9).

Sujeito suspenso e refém dessa angústia da espera, Ulume, na sua condição fronteira de existência, deposita em Munakazi a esperança reinante de um tempo posterior àquele em que nada era passível de sentido. A subida ao monte e, principalmente, a paragem do tempo – suspensão do sujeito – repercute, na obra *Parábola do Cágado Velho*, a busca por “reaquilatar os conflitos da realidade angolana, cujas identidades, em grande parte, se diluíram, tendo em vista a perda da memória cultural por tantas lutas e contradições que deixaram no esquecimento a sabedoria dos mais velhos” (SECCO, 2009, p. 161). A cena da granada é essa representação, aos olhos de Ulume, da sabedoria ancestral, de “um tempo anterior a tudo” (PEPETELA, 2005, p. 11).

Desse modo, tendo ele confidenciado a sua esposa a *necessidade* de Munakazi, de se reconectar ao sonho e a uma liquidez do discurso fundador – voltando à ancestralidade – Ulume, apoiado pela primeira esposa, lança-se ao encontro da jovem, o que parece lhe trazer certo alento para a alma em conflito.

Ulume combinou uma conversa com o pai de Munakazi a sós, na sua residência. Este recebeu o pedido de casamento com benevolência, se conheciam a muitos anos. E uma vitela era um bom alembamento, nos tempos de miséria e insegurança que corriam. Sobretudo se acompanhada de cinco cabritos, a pagar quando o pretendente reconstituísse o rebanho. Também o maluvo que Ulume levava tinha muito boa qualidade, aquecia os corações e tornava-os mais receptivos a pedidos do género (PEPETELA,

2005, p. 38).

A ruptura do momento de euforia, causado pelo encontro de dois amigos que agora também seriam família, veio com a negação nitidamente imposta pela mãe de Munakazi. Defendendo a sua posição, afirmou não concordar com a proposta de casamento, pois Ulume já era casado e tinha filhos, diferentemente de Munakazi, que “era um ufeko, rapariga virgem, podia garantir” (PEPETELA, 2005, p. 38). A menina – futura noiva – também foi convocada a opinar, embora, dentro da tradição africana, isso não fosse necessário, uma vez que o casamento era arranjado pelos pais da noiva em troca, é claro, do alembamento<sup>17</sup>. Ulume insistiu em obter a resposta e Munakazi prontamente respondeu: “Não quero casar” (PEPETELA, 2005, p. 40).

Assim, mesmo após uma derradeira conversa, Ulume, convencido com a mensagem clara recebida pelo estouro da granada, deixou o tempo agir, seguir a corrida dos inquietos. A negação de Munakazi muito diz sobre a tessitura palpável da própria história, em que a tradição africana se vê confrontada com a modernidade, com ideais que destoam do tradicional, o que fica evidente na conversa que Ulume e Munakazi tiveram:

- Queres que eu mande embora a Muari? Para tu seres a única?
- Não, não quero nada.
- Então?
- Não dá para explicar muito bem. Mas os soldados dizem que isso de um homem ter várias mulheres acabou. Agora somos iguais aos homens. Por isso, só aceito um marido que não tenha ninguém. E não quero que mande embora Muari, coitada, ela vai viver como? Não seria correcto. Nem o senhor mandaria, pois não? (PEPETELA, 2005, p. 43).

Para Ulume, embevecido pela jovem, não existia a possibilidade de pensar em se casar com outra mulher que não fosse ela. Algo de místico a envolvia, a ponto de lhe causar desespero e desorientação. Muari, a primeira esposa, também foi conversar com Munakazi, mas voltou sem ter sucesso, somente com uma constatação: “os jovens agora têm outras ideias, ideias da cidade, também não podemos censurar” (PEPETELA, 2005, p. 46). Com a breve saída de sua primeira esposa – que tinha ido ao encontro de Munakazi –, Ulume, enfraquecido pela angústia de não fazer cumprir o destino “imposto” pela granada, busca na Munda seu alento. O homem ficou em aflição,

---

<sup>17</sup> Pagamento feito aos pais da noiva.

sem ter vontade de trabalhar, sem vontade de conversar com njango. Resolveu subir ao morro, embora não fosse a hora, espiando a gruta do cágado velho. Este não aparecia, só a tarde ia beber água no regato. Ulume olhava o seu mundo, tão pacífico na aparência, com as falas das mulheres em trabalho nas nakas, um ou outro movimento dum homem entrando ou saindo da aldeia, mas que se tornara um mundo cruel, cheio de surpresas desagradáveis. Ao ver lá de cima a ordem e a tranquilidade do verde casando com o amarelo, não podia crer que de repente tudo podia se transformar em fogo e gritos (PEPETELA, 2005, p. 45).

Embora soubesse que, naquele instante, não encontraria as repostas buscadas, o monte era para Ulume o seu manto protetor, onde a cissura do verbo não lhe alcançava. E, muito além de pensar na própria situação com Munakazi, os ruídos da guerra acompanhavam seu pensamento. O silêncio era ali, naquele espaço sagrado, a única forma encontrada de não estremecer diante do medo da existência. A penumbra, que muitas vezes encobria o monte, pairava sobre a sua percepção antagônica da vida no kimbo. As subidas ao monte, como um elo furtivo de retirada da existência humana, representam, pois, uma metalinguagem agonística do que as muitas guerras incitaram na identidade do velho homem e da própria nação angolana. Era ali, no alto do morro, que existia “a gruta de onde todos os dias sai um enorme cágado para ir beber a água da fonte” (PEPETELA, 2005, p. 9).

Esse cágado, destaca-se, representa a ancestralidade e a sabedoria dos mais velhos, a que Ulume recorre no alto do monte, para onde o homem que olha o mundo se retira. O tempo presente perdura na percepção avessa de Ulume, como um espaço do não dito, de não se reconhecer em meio a um plano suspenso e descontextualizado. A sua humanidade não lhe era tangível, uma vez que os processos históricos que lhe afligiam encontram-se em um plano não linear de compreensão. Para Steiner (1988), pensando na condição desse sujeito histórico que experiencia o constante devir no espaço-tempo, só será possível

formular perguntas precisas sobre a condição do homem liberado e humanizado, quando e se tal condição estiver historicamente próxima, quando o horizonte tiver parado de recuar – uma situação tão nova, tão radical que requer uma completa reorientação da nossa consciência e das metáforas lineares em torno das quais organizamos nosso senso de tempo (STEINER, 1988, p. 326).

Seguindo, ainda, a ideia de Steiner (1988), percebe-se que o horizonte intangível isola Ulume em seu silêncio e prende-o a uma condição historicamente periférica, em que o tempo dissolve a enigmática apreensão de si. No romance de Pepetela, esse tempo aparece como um elo entre os conflitos que assombraram

Angola e a própria constituição dos indivíduos que se erguem sob a égide da (re)significação. Além disso, o tempo figura sob a ideia de perdas e recomeços: a guerra, a fome, a morte por doenças das filhas, a perda dos filhos para ideologias opostas, tudo isso se lança ao olhar de Ulume como uma desavença transversal e dolorosa. A esperança trazida pelo momento de paz (entreguerras), quando tudo parecia resolvido, instigava, por sua vez, os recomeços. Munakazi também era, pois, um recomeço. E, por conta da insistência de Ulume pelo casamento, após novamente visitar, com o amigo Mande, o kimbo da jovem, o curso do tempo parecia anunciar vida nova.

O tempo passou... Houve um tempo posterior, período em que o silêncio ávido pairou sobre o kimbo. Munakazi aceitou, por fim, o casamento proposto. A união de Ulume com a jovem aconteceu às pressas. Uma parte do alembamento foi paga, a outro viria com o tempo. Mas como os ciclos nunca são eternos, outras aflições surgiram.

Somente o casamento já não bastava mais. O anseio mais profundo, agora, tanto de Ulume quanto de Muari, era a chegada de um novo filho. Queriam muito que a jovem Munakasi, a segunda esposa, engravidasse. Por mais que tentativas tivessem sido feitas, o filho não chegou, gerando tristeza e desconforto: ela, Munakazi, era “uma rapariga sã, Ulume ainda estava na força da idade, não havia razão” (PEPETELA, 2005, p. 59). Contudo, “apesar da tristeza de Munakazi não ter engravidado, o ano lhes correu bem. Nenhum exército se aproximou da zona, parecia até que a guerra tinha se esquecido definitivamente deles” (PEPETELA, 2005, p. 63).

Steiner (1988, p. 332) afirma que “o romance é um gênero com bases evidentes e concretas na história e na sociedade”. As evidências históricas permeiam a narrativa de Pepetela. Os conflitos armados que surgiram logo após a independência de Angola figuram na narrativa por meio das tantas invasões sofridas pelos kimbos, dilacerando a corporeidade totêmica da sociedade. Em *Parábola do Cágado Velho*, é notória a referência aos abalos sistêmicos causados pelas rupturas utópicas que surgiram no pós-guerra, gerando um estado de incompletude, engessado nas personagens que atuam como vetores da notoriedade histórica representada. Sobre essa incompletude, Boaventura de Souza Santos (2010, p. 87) afirma que elevá-la “ao máximo de consciência possível abre possibilidades insuspeitadas à comunicação e à cumplicidade. Trata-se de um procedimento difícil, pós-colonial e pós-imperial e, em certo modo, pós-identitário”.

Nessa relação pós-colonial, em que a incompletude consciente está inscrita, o sujeito cunha o desejo de se situar no tempo e no espaço, a fim de libertar-se da institucionalização imposta pelo domínio europeu. Assim, “a África pós-colonial é um encaixe de formas, signos e linguagens. Essas formas, signos e linguagens são a expressão do trabalho de um mundo que busca existir por si mesmo” (MBEMBE, 2019, p. 208). E é sobre esse mundo que Ulume reflete, na busca por compreender as contradições que lhe assombram.

A forma esculpida pelo silêncio, signo refletor do tempo, embala os desencantos do velho Ulume. A guerra, ruído brutal, não tardou em aparecer. Ao passo que os dias foram girando o relógio da vida, Ulume, Muari e Munakazi confrontavam-se com o dilema da partida. O kimbo de sua existência foi tomado pelo fogo da brutalidade e o caminho da esperança levava para outras bandas, onde a vida pudesse encontrar equilíbrio no Vale da Paz. Relutante, Munakazi confrontava Ulume e a própria tradição, negando-se a partir. A jovem “muitas vezes ofendia a tradição e Ulume atribuía isso a marca dos novos tempos” (PEPETELA, 2005, p. 75). Muari, ao contrário, havia deixado de lado a espera pelos filhos, não via mais motivos para ficar. Afinal, “os filhos aparecerão quando a guerra acabar” (PEPETELA, 2005, p. 71).

A partida, embora dolorosa, era necessária. Tal como a guerra destruíra os espaços habitados pelos sujeitos de África, o kimbo de Ulume e Muari ficou na memória. O recomeço era necessário para engendrar uma nova página no curso da vida. O encontro com o Vale da Paz representava uma esperança tácita, mas plausível. Do mesmo modo, o morro foi mais uma vez habitado por Ulume e seu silêncio. A constituição da sua corporeidade ambivalente e imagética desvalesse perante a paragem do tempo. Antes de sua partida, Ulume foi ao morro se despedir do

cágado velho e esperar a paragem do tempo. Quando o cágado se deslocou para beber água e passava à sua frente, o homem perguntou mas cágado velho, podia fazer outra coisa senão te abandonar? E aconteceu mesmo, não foi produto da imaginação, o cágado ficou de perna no ar sem dar o passo seguinte e virou a cabeça para ele. Ficou muito tempo a contemplar Ulume, depois voltou a poisar o pé no chão e continuou o seu caminho para a fonte. Era uma mensagem que o homem não sabia interpretar. Ulume disse prometo, cágado velho, de vez em quando vou vir te visitar, até um dia te dignares falar comigo. Pouco depois lhe deu aquela sensação de que algo ia acontecer, pois reparou a Lua em pleno dia, o silêncio absoluto se impôs, o ar perfeitamente azul parou, o Sol dardejou mais forte os seus tons de lilás e à angústia de outros momentos se juntava agora a antecipada saudade de deixar o lugar bendito (PEPETELA, 2005, p. 76).

Esse tempo que estagna é o tempo da cura, tempo que, pelo silêncio, fala, tempo da guerra, que emudece os sentidos e que traz clareza a Ulume. A contemplação estática do ser mistura-se ao curso do rio que banha a fonte da sabedoria, na qual o cágado, todos os dias, no meio da tarde, vai beber água. Assim, “o cágado é o interlocutor-mudo que apenas tem o poder de despertar-lhe a consciência, por meio da apreensão de um silêncio profundo capaz de inquietar sua subjetividade prenhe de angústias bloqueadoras de desejo” (SECCO, 2009, p. 163). O lugar ocupado por Ulume, de um sujeito que reflete sobre a incompletude do ser, lança, ao plano do questionável, interrogações sobre esse novo “eu” que surge em situações dicotômicas entre o sonho e o conflito.

Em se tratando de Pepetela e a *Parábola do Cágado Velho*, o silêncio aparece como forma de reflexão e resistência. Ulume habita o silêncio para compreender o rumo que a vida tem tomado, mas também para buscar soluções para um futuro, que, até então, se mostra incerto. Pepetela, em sua narrativa, traz à tona uma Angola assombrada pelos ruídos distorpes da guerra. A própria ideia de parábola, utilizada no título da obra, remete a uma alegoria do indizível, a uma necessidade de se encontrar respostas em meio a uma nação que está em vias de (re)construção. As subidas de Ulume ao monte refletem essa necessidade da personagem de se reter ao silêncio, de estarrecer perante a passagem do tempo.

O medo do estranho transveste as memórias que o afligem. A personagem vive em um desequilíbrio que transcende o campo do dizível. Habitar o silêncio torna-se, para Ulume, uma forma de compreender as reticências que são denotadas pela guerra. Na narrativa de Pepetela, tem-se, na personagem Ulume, a representação do sujeito africano que ficou marcado pelo descentramento causado pela política colonial, situando-o em um entre-espço, consoante Bhabha (2003).

Subir ao monte, nesse sentido, permite a Ulume a contemplação de um mundo que, para ele, ficou em algum lugar no passado, mas que, ao mesmo tempo, ainda precisa ser compreendido. A invocação do passado, segundo Edward Said (1995, p. 34),

constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas.

Esse mundo passado, o qual Ulume se lança a compreender, difere daquilo que, na sua constituição como sujeito, produz significação. O passado e o presente entrelaçam-se de forma difusa e incerta. Os preâmbulos de uma terra, outrora violentamente ocupada e no espaço presente habitada por Ulume, misturam-se a uma malha diegética corrosiva em um lugar distópico. Desse modo, invocar esse tempo passado, por meio do silêncio e da contemplação, colocam o velho em uma desfronteira tencionada pelo imaginário. Consoante Daniel Conte (2013, p. 10),

como se percebe na atitude do velho, indo contra todos aqueles que diziam que a paragem do tempo era “imaginação só dele” (PEPETELA, 1996, p. 12), há naturalmente constituído um silêncio total para a contemplação do mundo. Talvez por essa sua capacidade de sentar-se sobre o morro e esperar o momento certo da passagem do cágado e o respeito que ele traz pelo animal e a posição que em diversas vezes aparece na obra, sentado sobre os próprios pés, em uma posição de pensador, de ser histórico pensante dentro dos signos que o compõem, talvez, por isso, seja único.

Conte (2013) afirma, ainda, que “Ulume traz em si a completude totêmica necessária ao homem para que ele habite a significação plena de mundo para que o homem saiba entender os contatos silenciosos e partindo deles, jogar-se ao sonho” (p. 11). De tal modo, ao se jogar ao sonho, a personagem vê-se confrontada com a sabedoria do cágado. Pepetela traz à guisa de discussão questões que, na sociedade, são redirecionadas às tradições africanas, como a sabedoria dos mais velhos, representada pela passagem do cágado, que, ao sair da gruta para tomar água, traz a revelação dos sentidos profundos da existência, os quais Ulume não consegue verbalizar, projetando um rito de passagem do irreal para a lucidez.

Os cágados não trazem perigos e esse era seu conhecido desde sempre. Habitava na gruta perto do sítio onde Ulume todas as tardes se sentava. Passava perto dele para ir beber água onde nascia o regato que dessedentava as suas plantações e os gados e as gentes. Era sempre o primeiro a beber daquela água, a água da criação. Ulume deixava-o beber e voltar para perto da gruta, onde ficava a comer capim tenrinho. Depois Ulume se levantava e ia também beber água. Estavam estreitamente unidos nesse ritual de serem os primeiros a beber daquele regato. Mas sempre Ulume deixava as primícias para o cágado, nunca se perguntara o porquê; era como se cumprisse um cerimonial desconhecido, mas eterno (PEPETELA, 2005, p. 25).

O silêncio como manifestação de signos não tangíveis ao plano do racional

figura, pois, na narrativa de Pepetela como uma nação que não compreende as lacunas espaçadas nas quais a sociedade tem de se erguer. A colonização, para além de ter sido somente um “movimento” de ocupação, transmutou, em Angola, o sentido do verbo *ser*. Nesse contexto, *ser*, *existir* ou *estar* transformaram-se em um cerimonial de transcendência: transcender a dor, as guerras, a identidade estática e fragmentada, transcender a um novo Vale, tal qual Ulume, sem deixar o passado, mas (re)significando-o.

### 3.1.3 O seco silêncio do kimbo – as ressonâncias

O Vale da Paz, aquele que não tinha ruídos, que suscitava encantamento e representava vida nova, era o mesmo vale em que tudo estava por fazer. Tal qual uma nação recém-saída da guerra, o novo kimbo só existia no plano da ideia. Há de se considerar que o Vale da Paz era, também, o vale da utopia, onde o recomeço representava voltar a uma condição de criação da progênie humana, principalmente, se os contextos pós-independência forem levados em consideração. Todos aqueles que se lançaram ao Vale estavam, de fato, renascendo, lutando por viver. Assim,

a luta pela vida – que é a mesma coisa que a luta para fazer eclodir o mundo – consiste em forjar a capacidade de ser si mesmo, de agir por si mesmo e de se erguer por si mesmo que Fanon compara a um *surgimento* – surgimento das profundezas daquela que ele chama “uma região extraordinariamente estéril e árida”, essa zona do não-ser” (MBEMBE, 2019, p. 71).

O mundo de Ulume, com tantas dores, partidas e guerras, de fato, edificou-se nessa zona do não ser. A metafórica luta pela vida que, certamente, foi intensificada com a chegada de Munakazi, fez o universo da personagem ser restituído por um projeto utópico possível. Afinal de contas, “o mundo – e, portanto, essa herança – ainda precisa ser criado” (MBEMBE, 2019, p. 73). A herança diacrônica que projeta Ulume ao espaço do possível (re)conduz o homem a compilar a sua essência com aquilo que ainda está em concepção.

De forma circunstancial, o tracejar da caminhada injeta em Ulume uma pseudoalegria, uma vez que, com o ecoar da partida, os sussurros temporais foram se dissipando pelo ar. Como fio temático que liga a universalidade da narrativa ao compêndio sócio-histórico angolano, a “fuga” para o novo kimbo repercute como um arrombamento das fronteiras impostas pela guerra. Tal como o ressoar da utopia, em

que se caminha ao encontro de um horizonte, mas nunca se faz chegar, deixar a antiga vida para trás, como forma de esquecimento de um tempo de ardor, impõe a dura angústia da espera. O contato com a nova terra, tal qual a utopia, de início, mostra-se sereno, possível e seguro. A angústia de outros tempos cedeu espaço a um hiato simbólico, deixando os raios da esperança perpassarem as frestas das almas em conflito. Seguindo os rastros do tempo, Ulume, Muari e Munakazi chegaram ao novo local antes do pôr do sol.

Quando subiram a última ladeira e de repente a toalha verde se estendeu a seus pés, a Muari lançou exclamações de encantamento. Uma parte do vale já se encontrava na sombra, enquanto a outra ainda era iluminada pelo Sol. E esse contraste fazia realçar a pujança do verde saído dos caniços da borda do rio e das palmeiras que brotavam por todo o lado. As encostas do vale estavam cobertas de florestas, as quais significavam, quase à porta das cubatas, caça, lenha e remédios, além de frutos e tubérculos comestíveis. Tudo isso a Muari percebeu num relance e se apaixonou (PEPETELA, 2005, p. 76).

O que se percebe, nessa passagem, é que aquela terra representava prosperidade. Tudo aquilo que era necessário para a sobrevivência cercava a nova morada. Era, de fato, um Vale de Paz! Embora os primeiros tempos tenham sido difíceis, “chegou um dia em que os trabalhos principais estavam feitos” (PEPETELA, 2005, p. 77). O novo kimbo foi batizado de Olongo, “porque Mande e Ana, ao escolherem o sítio, encontraram no lugar onde se ergue o njango os imponentes chifres do animal de mesmo nome” (PEPETELA, 2005, p. 78). Assim, os dias foram passando, a esperança de vida foi reestabelecida e o curso do tempo, pela lógica da travessia, seguiu um fluxo contínuo de satisfação. “A fome, aquela fome, estava mais uma vez derrotada” (PEPETELA, 2005, p. 79).

A construção do novo espaço habitado é marcada por um constante processo de rememoração: a nova vida é espelho de um outro tempo, balizado por ruídos e memórias dolorosas. Seja pela voz do narrador, seja pelo próprio Ulume, a memória serve como elemento que deflagra os sentidos corrompidos pela ação do tempo. Memória e tempo contrapõem-se diante da fruição dos dias. Sobre a rememoração, Ricoeur (2018, p. 53) afirma que ela

poderá, por sua vez, ser retida na forma do que acabou de ser lembrado, representado, reproduzido. É a essa modalidade da lembrança secundária que se podem aplicar as distinções propostas ademais entre evocação espontânea e evocação laboriosa, bem como entre graus de clareza. O essencial é que o objeto temporal reproduzido não tenha mais, por assim

dizer, pé na percepção.

É essa rememoração que, na narrativa em questão, aparece representada por marcas temporais que acompanham a fluidez das personagens. Por meio de um processo de reflexão sobre aquilo que já passou, essas memórias, que anseiam o esquecimento, não nítidas, aparecem sob forma de signos imagéticos: a fome que não era mais a mesma, a relação do kimbo novo com o velho e a própria visita de Ulume ao cágado denotam essa memória borrada, como uma lembrança secundária. A melancolia apresentada por Munakazi, por sua vez, traz à tona os reflexos desse passado que ainda figura como presente circunstancial.

No início d'*A Parábola do Cágado Velho*, Pepetela traz para o plano da análise e discussão os enfrentamentos sociais vivenciados pelos indivíduos de Angola no que tange à dualidade entre a tradição e a modernidade. Calpe, a cidade dos sonhos, para onde os jovens buscavam se refugiar, ressurgiu em meio aos conflitos que assombram Munakazi, primeiro, porque casou-se sem vontade de fazê-lo, segundo, por ter de abandonar o antigo kimbo, que ainda lhe trazia alguma esperança de, algum dia, ir ter o encontro com a cidade do sonho. Obrigada a enfrentar a realidade, a tristeza a consome. Contudo, entre as esposas de Ulume, a cumplicidade parecia fluir e, como forma de aliviar a melancolia, Munakazi, junto do rio, que lava as almas em conflito, confessava as suas angústias:

A primeira mulher compreendia que ela não queria vir para o Vale da Paz, pois isso a tinha afastado muito de Calpe. Osonho dela e de todos os jovens era conhecer Calpe. A mudança tinha sido uma machada muito forte nesse sonho. E haveria outras razões, próprias da rapariga. A Muari não sabia, nem lhe interessava, tanta gente tinha tantas razões que ficavam escondidas como um estouro (PEPETELA, 2005, p. 79).

A imagem utópica, contudo, reflete-se não apenas no Vale da Paz, que intenta trazer, ao espaço do simbólico, a ruralidade de Angola. Também os kimbos, as chanas, até mesmo a gruta de onde o cágado sai, inscrevem, no lócus imagético, os espaços do campo, nos quais o rural, a agricultura e a tradição erguem-se como fatores sociais. A cidade de Calpe, destaca-se, também é envereda pelo caminho da utopia, mas uma utopia urbana, circunscrita como a proliferação da hegemonia de igualdade e justiça que nunca se fizeram chegar. Calpe representa o desejo ambíguo de reaproximação com um estado social puro, em que a luminosidade da cidade recai sobre a materialidade vívida de uma nação justa e igualitária. No entanto, de forma

metafórica, a representação dessa cidade do sonho é, nada mais, que uma edificação distópica daquilo que a colonização impregnou em África: “os brancos se fixaram em povoações, fundaram Calpe, a cidade do sonho. De Calpe vinha tudo, o bom e o mau. Para Calpe fugiram os jovens, à procura do sonho” (PEPETELA, 2005, p. 14).

E foi para Calpe que Munakazi correu! Não que isso, de início, tivesse ficado claro para Ulume. Assombrada pela guerra, pelos conflitos, que tempos antes haviam rompido a civilidade da própria família – altura em que seus dois irmãos foram com os soldados –, lançou-se ao sonho. A jovem abandonou o marido, rompeu com a tradição e foi em busca das promessas utópicas de revolução: “E um dia, Munakazi desapareceu” (PEPETELA, 2005, p. 84). A constatação do sumiço da segunda esposa deixou Ulume incrédulo; tudo ao seu redor padecia. Foi ter com os pais da esposa, que nada sabiam. O maluvo<sup>18</sup> foi a palavra da vez e serviu para substituir uma dor pela outra.

A ressaca também fazia doer a cabeça de Ulume, mas ele nem notava. Caminhava maquinalmente, quase correndo para a fidelidade da Muari e a tranquilidade do Vale da Paz, todo concentrado na outra dor, a profunda, a que não mais o abandonaria, a dor da perda de Munakazi, aquela saudade tão antecipada que tinha começado quando a granada ainda vinha no ar (PEPETELA, 2005, p. 89).

Ser abandonado pela segunda esposa causou, em Ulume, um abalo catastrófico, regido pela saudade de antes do tempo e de agora. Para Secco (2009, p. 166), “Ulume sofre com a partida de Munakazi, mas essa nova perda o abala mais profundamente, pois o atinge também o em seu achismo. A desorientação que lhe invade o âmago o leva ao desespero existencial”.

A desorientação provocada pela perda não cessou com o tempo. Porém, assim como tantas outras coisas, essa dor foi, também, (re)significada. Ao passo que as incompletudes de Ulume iam sendo fundamentadas pela corrosiva consciência histórica, o tempo – marca fundamental da narrativa – foi passando. “Passaram anos como se de meses se tratassem. Não acontecia nada. Só eles iam envelhecendo. A guerra não chegava ali, embora muitos sinais a anunciassem cada vez mais perto” (PEPETELA, 2005, p. 91).

E, com o passar do tempo, aquele vale não representava mais aquela paz que parecia nunca findar. Ulume seguia inquieto, como um presságio que lhe cruzava o

---

<sup>18</sup>Bebida fermentada, extraída da palmeira.

caminho. O silêncio, necessário para revelar-lhe o mundo, levou a personagem para cima do monte. A distância era-lhe encurtada pela necessidade de ver a paragem do tempo. Levou um

farnel para a viagem, preparado pela Muari, e um saquito camuflado com fuba de milho. Saiu de madrugada. Chegou ao kimbo velho a meio da tarde, pouco antes do momento em que o cágado aparecia para beber. Se sentou no lugar habitual e ficou a ver o kimbo velho, agora abandonado. Parecia que tinha passado uma tempestade. Nenhuma cubata estava de pé e a maior parte carbonizada. O tempo passado era pouco demais para provocar tais estragos. Só podiam ter sido homens (PEPETELA, 2005, p. 80)

Pensar no antigo kimbo, alastrado pelo vazio e pelas chamas, causava em Ulume um ardor na alma. A inquietação e a angústia, assim, atenuavam-se. O Vale da Paz não ficava tão distante de onde o antigo kimbo se localizava, ou seja, a guerra parecia novamente se aproximar, como pressentido pela personagem. No entanto, novamente “passaram-se anos como se de meses se tratasse. Não acontecia nada” (PEPETELA, 2005, p. 90). E, com esse passar dos anos, o tempo corpóreo já cunhava as marcas do envelhecimento. As coisas já não eram como antes e o tempo – levado pela ventania – apurou novos presságios.

Diacronicamente, outras guerras, desconhecidas, passaram a fazer parte da vida do velho Ulume. Guerras internas e cheias de melancolia, que, metamorfoicamente, se alastraram como um mar agitado em dia de tempestade. Assim, no tracejar da narrativa, o lócus enunciativo envereda pelos rumores das lutas pós-independência, que dividiram a sociedade angolana, e, outrora, levaram os filhos de Ulume, os quais, sorrateiramente, como rastros de um passado não nítido, regressam, tal qual a guerra, em forma de ruídos circunstanciais. As sombras dos filhos recaem sobre os pés de Ulume como o mote certo da degradação ideológica em que o espaço-nação angolano está inscrito.

A guerra civil, que se solidificou em Angola no pós-independência, desmantelou todo o projeto de nação livre e unida solidificado com as lutas de libertação. A narrativa, então, “antecipa outro ‘desejo utópico’, porque não se finda no pretérito” (MATA, 2003, p. 61). Esse desejo utópico reluz sobre a posição assumida por Ulume. O fato de a personagem rememorar o tempo anterior “a tudo” na busca por soluções que, para si, não são tangíveis comprova que também a utopia perpassa o lócus enunciativo d’*A Parábola do Cágado Velho*. No entanto, a rememoração não resolve os problemas reais que atingem a vida do velho homem. A utopia buscada, por meio

da memória e do silêncio, é confrontada pelo presente, que transcorre de forma não linear.

Além de trazer para o centro da discussão as ideologias distintas seguidas pelos sujeitos africanos no pós-independência, Kanda e Luzolo metamorfizam o discurso utópico. Na verdade, transfiguram essa utopia para uma disputa de discursos que se projetaram no âmago da nação recém-liberta. É interessante pensar na forma como as lutas de libertação projetaram o pós-guerra, uma vez que, ainda enquanto se lutava pela independência, a distopia ficou mascarada por ideologias. Para Bhabha (2003, p. 210), o que resulta disso tudo é uma

nação dividida no interior dela própria, articulando a heterogeneidade de sua população. A nação barrada Ela/Própria (*it/Self*), alienada a sua eterna autogeração, torna-se um espaço limiar de significação, que é marcado *internamente* pelos discursos de minorias, pelas histórias heterogêneas de povo em disputa, por autoridades antagônicas e por locais tensos de diferença cultural.

Essa nação dividida está representada na narrativa de Pepetela por meio dos filhos de Ulume, que se aliam ao combate, em lados opostos da moeda. A significação interna, distorcida pela guerra, retorna para o plano da narrativa por meio de Zacaria, filho de Mandé, que, depois de muito tempo passado, regressa para obter notícias do pai. É Zacaria que informa a Ulume que Kanda, o filho mais novo, vivia em Calpe, onde era um oficial importante, tendo mulher e dois filhos. Sobre Luzolo, contudo, nada se sabia. Kanda e Luzolo, irmãos de sangue e separados pelo destino, lutavam em guerras opostas, com ideologias distintas, em que não se fazia entender quem eram “nós” e “eles”, “amigos” ou “inimigos”, como muitas vezes foram descritos. A única certeza que Ulume tinha era de que as sombras da guerra e dos soldados seguiam os passos confusos do homem que observava a vida e a paragem do tempo. Por conta da sua certeza sobre as sombras da guerra, Ulume faz uma proposição a Zacaria:

[...] tens de prometer uma coisa à frente dele. Descobriste este sítio onde nos escondemos, muito bem, vieste sem arma. Mas promete, não dizes a ninguém que tenha arma como se chega até aqui. Ninguém que tenha arma pode saber. Se não é a nossa morte. Ou pelo menos a miséria de ter de fugir outra vez (PEPETELA, 2005, p. 92).

A promessa foi feita e, de certa forma, cumprida. Depois do encontro com Zacaria e as breves notícias sobre Kanda, “houve de novo um período com o vazio da

rotina. Meses ou anos. Quem sabe, quem os media?” (PEPETELA, 2005, p. 97). Novamente, como no tempo passado, a guerra tinha dado uma trégua e o curso dos dias seguia o fluxo da normalidade. No entanto, o Vale da Paz passou a ser mais frequentado, “geralmente era gente que vinha de passagem de uns lados para outros” (PEPETELA, 2005, p. 97). Com isso, os rumores de que o sentimento de calma e paz estava ameaçado cresciam dentro de Ulume. Ele sabia que nada se findava quando se tratava de guerras e invasões. Com a chegada de mais pessoas ao kimbo, a nova aldeia tornava-se evidente e o anseio por novas irrupções aumentava cada vez mais. Como, então, estar livre das armas? As páginas da história de Ulume se repetiam, sincronicamente, em um espaço-tempo frágil e opaco. Por mais que a vida parecesse lançar ao horizonte a chegada de tempos prósperos, a realidade utópica vivida pela personagem Ulume escancarava a sua frágil situação periférica, refém de suas memórias e da paragem do tempo.

#### 3.1.4 O cume do mundo – o sol poente

Homi Bhabha, em seu livro *O local da Cultura*, afirma que “é o tropo dos nossos tempos colocar a questão da cultura na esfera do *além*. [...] O “além” não é nem um novo horizonte, nem um abandono do passado...” (BHABHA, 2003, p. 19). Para o filósofo, a marca temporal mais evidente é a necessidade de sobreviver dentro das “fronteiras do presente”. Corroborando a ideia de Bhabha (2003), Franz Fanon, no livro *Pele negra, máscaras brancas*, acentua que “todo o problema humano exige ser considerado a partir do tempo” (FANON, 2008, p. 29). O estar além reflete, nas marcas do tempo presente, a situação de fronteira cunhada pela descentralização do sujeito. Estar além remete à ideia de não pertença ao “agora”, ou seja, viver em uma temporalidade não tangível, em que

inícios e fins podem ser os mitos de sustentação dos anos no meio século, mas neste *fin de siècle*, encontramos-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão. Isso porque há uma sensação de desorientação, um distúrbio de direção, no “além”: um movimento exploratório incessante [...] (BHABHA, 2003, p. 19).

O estar “além” pensado por Bhabha (2003) entoa o sentido d’A *Parábola do Cágado Velho*; a passagem do tempo na narrativa sustenta essa afirmação. Ao se analisar a personagem Ulume e todos os caminhos por ela percorridos, é notável a

contínua transição entre passado, presente e futuro. Nada é tangível, nada se resolve ou se finda. Toda a situação vivida por Ulume encontra-se em suspenso, em conflito, primeiro, com o interior do sujeito que para, observa o mundo, busca respostas, no silêncio e nas memórias, e, segundo, no exterior bagunçado e cheio de desorientação, marcado pelo distúrbio causado pelo estar “além”. A trajetória trilhada por Ulume é marcada por uma onda sísmica de atropelos e, consoante Bhabha (2003), “inícios e fins”.

Desde criança, a Munda era, para Ulume, o topo do universo, onde o tempo ditava uma realidade distinta, era o lugar sagrado de reflexão, de compreensão e recolhimento de si, onde o silêncio era habitado. No cume, junto da gruta e do cágado ancestral, Munakazi, por exemplo, foi compreendida e desmistificada. Existia, naquele espaço, uma sabedoria não encontrada em outro ponto. O cágado, por sua vez, era a ancestralidade, a vida sem angústias e o ponto de (re)conexão. Foi dali, também, que as tantas guerras que afligiram e destruíram o kimbo foram testemunhadas. E era para lá que Ulume sempre corria e se isolava, durante o passar dos anos, da sua vida – junto ao envelhecimento – em um ciclo que nunca se fechava, como uma porta sempre entreaberta...

Os ciclos infinitos que marcam a identidade de Ulume elevam-se a uma duplicidade diacrônica representada pelos movimentos sazonais inscritos na narrativa de Pepetela. Primeiro, entra-se em contato com a disparidade entre Ulume e sua relação com o tempo não compreendido, o que o levava constantemente ao cume, em busca de silêncio. Segundo, por conta da sua relação com a tradição, em que a cena da explosão da granada fez o homem enxergar a vida sob outra perspectiva, ao lhe revelar Munakazi, que, anos depois, o abandonou, indo em busca da profetização do sonho, rompendo com a tradição. Em seguida, tem-se a dualidade ideológica representada pela briga e partida dos filhos. Por último, e talvez o ponto central da narrativa, Ulume vê-se confrontado consigo mesmo, com a sua angústia e não compreensão da própria vida, dos ruídos deixados pelas tantas guerras e que, de tempos em tempos, eram abafados por uma felicidade clandestina. Assim, seguindo o pensamento de Bhabha (1998, p. 201), pode-se afirmar que

o espaço do povo-nação moderno nunca é simplesmente horizontal. Seu movimento metafórico requer um tipo de “duplicidade” de escrita, uma temporalidade de representação que se move entre formações culturais e processos sociais sem uma lógica causal centrada.

Os processos sociais referidos por Bhabha (2003) encontram-se no âmago da escrita de Pepetela, representados por personagens, como Ulume, que carregam em si as marcas temporais da história e da divisão totêmica desse povo-nação. A realidade histórica é revisitada constantemente, a fim de produzir novas instâncias de significação. O romance de Pepetela, no qual Ulume figura mantendo-se refém das circunstâncias impostas pelas guerras cunhadas ao longo de toda sua vida, estratifica as miudezas talhadas nos entrelugares habitados, em um constante processo de devir social. A identidade do povo-nação, inserida no contexto entreguerras figurado na narrativa, encontrou-se, por muito tempo, de forma estática e fragilizada. Os silêncios impostos pela dura realidade da guerra e da ditadura colonial fizeram com que a memória servisse como um adendo da dor do deslocamento. Essa memória, destaca-se, afluava a melancolia e trazia, ao centro do pensamento humano, tempos outros, que não representavam a retaliação imagética. Sobre isso, Paul Ricoeur (2018, p. 94), ao pensar sobre a relação do tempo com a memória, esclarece que

como causa primeira da fragilidade da identidade é preciso mencionar sua relação difícil com o tempo; dificuldade primária que, precisamente, justifica o recurso à memória, enquanto componente temporal da identidade, juntamente com a avaliação do presente e a projeção do futuro.

E foi assim, por meio de um fluxo temporal não linear, que Ulume se viu preso a um ciclo infinito de partidas, ruídos e reticências que romperam a barreira do sentido, quando, novamente, após o fervoroso tempo da utópica felicidade, a guerra alastrou-se pelo kimbo Olongo:

E o que temiam um dia aconteceu. Homens de verde e arma na mão desceram a encosta ocidental, com todos os cuidados da desconfiança. Revisitaram os quatro kimbos do vale, não encontraram inimigos, nem uma pistola, reuniram a população, falaram eram amigos, os nossos, queriam apenas comida e saber se não tinham visto movimentações de outros soldados, o inimigo, e as pessoas disseram que ultimamente havia indícios de que grupos armados que andavam ali perto, mas talvez fossem eles que tinham chegado, os nossos, não sabiam distinguir (PEPETELA, 2005, p. 98).

E o discurso pacífico dos soldados logo se transformou em conflito armado e confusão, luta que se perdeu na sua insignificância. Com isso, o desespero novamente se alastrou pelo kimbo, assim como a mudança do espaço, então habitado. Embora tivessem encontrado, nas divisas do kimbo, um lugar considerado tranquilo, “o lago da última esperança”, Ulume e Muari ficaram onde estavam, tomados pelo cansaço da idade. Contudo, o lugar ficou praticamente abandonado. “O

kimbo do Olongo estava reduzido a dois casais de velhos, o de Ulume e o de Mario, o gago” (PEPETELA, 2005, p. 102). A essa altura, todos os males que assombram a alma do homem Ulume projetavam-se como um nevoeiro tóxico que entorpece os sentidos. Ao andar da narrativa, percebe-se o quanto os confrontos identitários permeiam o espaço-ser da nação angolana. O fato de novamente Ulume e Muari verem-se afrontados pelas chegadas e partidas representa exatamente a questão do deslocamento, da agonística do pensamento ritualizado no entrelugar. Para Inocência Mata (2009, p. 193), ao refletir sobre a escrita de Pepetela, coloca que o contexto discursivo

destas ficções historiográficas aponta, para possibilidades de outras leituras do passado – que designo como releituras –, de suas reinterpretações para moldar as exigências da compreensão do presente – um presente cuja complexidade o tem tornado colectivamente trágico.

Nesse sentido, o presente edifica-se em sua complexidade justamente pelos ruídos deixados de outros tempos e das muitas guerras. Pelas tantas mudanças colocadas em curso, pela objetificação dos sujeitos e um silenciamento mútuo e doloroso, os indivíduos africanos ficaram submersos no tempo e no espaço. O espaço ocupado pela situação de fronteira é projetado a partir da ideia de não pertença e, principalmente, da cisão de um eu-passado com um eu-futuro, ou seja, um sujeito em construção dentro de um artifício tragicamente complexo no espaço presente. De tal modo, Pepetela projeta, em Ulume, essa (des)construção identitária do povo-nação. Como já se percebeu até aqui, a desarticulação das ideias utópicas atreladas ao devaneio social transmutado ao plano da ação narrativa projeta a reflexão sobre “a intolerância e a cultura de exclusão como um dos males que minam a terra angolana e gangrenam o espírito dos homens” (PEPETELA, 2005, p. 193). Isso se confirma, no plano da narrativa, através do vazio que pairou sobre o kimbo onde Ulume decidiu ficar, uma vez que

o vale tinha se despovoado, pois não foi só para o Lago que muitos fugiram, mas para pontos à toa. Famílias se deslocavam pela Munda central, sem encontrar sítio favorável para se fixarem, vivendo da caça eventual e de raízes. Algumas até encontravam lugares calmos onde dava para viver, mas pensavam, me fixo aqui, construo e lavro, e depois tudo é destruído. Então, antes andar, andar, caçando, colhendo ou roubando (PEPETELA, 2005, p. 102).

O constante andar, descrito nessa passagem, representa as travessias

desordenadas colocadas em curso pelos sujeitos históricos durante o período de pós-independência de Angola. Situados em pontos “à toa”, no âmago da história da nação, os indivíduos de África fixaram raízes na eventualidade da espera. Trilhando uma história cheia de “inícios” e “fins”, o povo angolano precisou, tal qual os moradores do kimbo de Ulume, andar e viver às margens da história até, de alguma forma, encontrar sossego para as almas entorpecidas pelo silêncio e pela dor. Ulume, retirando-se da temporalidade em que estava inscrito, questionava a relativização dos seus dias e do tempo, que não tardava em lhe passar rasteira.

Muitas vezes Ulume se interrogava nessas ocasiões mas que sentido tem tudo isso? Sabia ninguém ia responder, o Mário pela sua limitação que o impedia de grandes explicações ou discussões, a mulher muda por estado natural, e a Muari porque há muito deixara de procurar um sentido ao sofrimento. Ulume ia falando, falando, muitas vezes interrogando, sabendo perfeitamente que era o cágado que devia ser o questionado, mas substituía o cágado velho pelo círculo de fantasmas com quem convivia (PEPETELA, 2005, p. 104).

As interrogações de Ulume não cessaram, nem mesmo, durante os tempos em que a bonança era vivenciada. O sofrimento que a falta de respostas causava era enaltecido pelos fantasmas que rondavam a vida do velho homem e se presentificaram como sombras de um passado que voltava a assombrar. Depois de longa lacuna temporal, os abismos existenciais fizeram Ulume se reencontrar com o passado, por meio de reencontros furtivos e pálidos.

O primeiro reencontro foi com Luzolo, o filho mais velho, que, depois de ficar escondido na mata por um breve período, apareceu no kimbo para (re)começar a vida, com sua mulher e os filhos. O encontro com Kanda, o filho mais novo, foi aos tropeços. Kanda vivenciava, ainda, a guerra – fora tomado por ela e não sabia se desvencilhar. Ulume procurou-o com a prerrogativa da reconexão. Encontro infeliz! Além de perceber que o filho mais novo era oficial superior e não abandonaria a arma de fogo tão cedo, o velho viu-se envolto em mais angústias, pois não sabia mais o que pensar, em quem acreditar. As desavenças ideológicas fizeram Kanda e Luzolo inimigos, para além do sentido humano. Ulume, o homem silenciado pelos fantasmas que o tempo lhe incumbiu de aceitar, demonstra toda a sua aflição e desilusão ao questionar o filho Kanda, de forma até irônica, sobre a guerra:

– Tu sempre foste esperto, por isso podes me explicar. Quem ganhou com esta guerra? Tu talvez tenha ganho, pelo menos parece pelo aspecto. O teu irmão não tem nada. Quem ganhou, eu não sei. Quem perdeu, isso eu sei,

fomos nós todos (PEPETELA, 2005, p. 113)

Ao fazer esse questionamento, Ulume interroga a moralidade do sujeito, desarticulado pelas tantas guerras que se perderam nos rastros do tempo. Esse questionamento sobre o sentido da guerra, cunhada por disputas de exclusão, evidencia um movimento de recondução das interrogações que afligem Ulume, ao plano imagético do social, da própria nação. Achille Mbembe (2019, p. 211) afirma que com “essas disputas surgiram novos imaginários do Estado e da Nação”, ou seja, a estratificação da sociedade resultou em um desequilíbrio étnico e identitário irreversível.

Indubitavelmente, o romance de Pepetela discorre justamente sobre esse desequilíbrio causado para que, com isso, seja possível compreender os caminhos percorridos pelo povo-nação até o momento atual. Assim, o sujeito, por meio da “quebra” dos silêncios, (re)conduz e (re)significa os entrecruzamentos em que está inserido.

Por meio dessa reflexão, chega-se ao terceiro (re)encontro de Ulume, embate que, sorrateiramente, desconstrói de vez a personagem. Em meio a escuras sombras e raios de sol, (re)surge Munakazi.

E esse sol que nasceu voltou a bater no rochedo em cima do kimbo, transformando a sombra da véspera num vulto de mulher. Esse vulto se colara atrás de Ulume e com ele descera a encosta, mas parara no último rochedo da entrada do kimbo. Aí se ensarilhara para passar a noite, ouvindo as vozes distantes à volta da fogueira, sem ousar aproximar. Mas agora era dia, os galos cantaram num kimbo e depois noutro, o vale despertava quase em sobressalto, como sempre tinha sucedido depois do último combate que o despovoara, e o vulto de mulher abandonou para sempre a forma de sombra [...] (PEPETELA, 2005, p. 116).

A sombra-mulher volta, de forma desastrosa, do seu estado de sonho. A estadia em Calpe fizera de Munakazi mais uma vítima do tempo. A sua volta fez Ulume entrar, novamente, em um estado de inconsciência: como ele, homem da tradição, poderia aceitar tamanha afronta? A segunda esposa o abandonara, debochara da tradição e envergonhara Ulume e sua família. A insanidade, representada pela volta da sombra-mulher, incita uma profunda reflexão sobre a posição fronteiriça na qual as personagens d'*A Parábola do Cágado Velho* vivem. A conclusão sobre o sofrimento, os ruídos alastrados pelo tempo e a silenciosa vividez dos dias ficam evidentes quando a estória de Munakazi é comparada à vida de todos que a cercam.

A estória de Munakazi era fácil de contar, embora provocasse muitos soluços contidos e muitas hesitações, pois era a estória deles todos, desde o momento em que Munakazi nela entrou, uma estória de tropeços e desesperos, só diferente por Munakazi ter tido também um sonho, diferente dos deles, o sonho de conhecer Calpe, a cidade de sonho, mas que afinal não era nada [...] (PEPETELA, 2005, p. 118).

Munakazi representa o dismantelar da utopia e a reprojeção de um ciclo. Tal qual a vida dos sujeitos de África, o ciclo que se iniciou com o estouro da granada não é eterno, mas passa a ser (re)significado. O sonho, a necessidade de vida que se firmara durante as lutas de libertação, foi abalado pelas intrínsecas guerras do fogo e da alma. Ulume, por conta desse sonho e da não compreensão do espaço presente, novamente, lança-se ao silêncio do cume. O dilema de aceitar ou não o retorno de Munakazi à sua vida mistura-se às inconstâncias de ser sujeito em uma terra habitada pelos entrelugares, deixados como ressonâncias da história. Desse modo, para que novas possibilidades possam projetar o espaço futuro, é necessário que o sujeito histórico volte seu olhar para o que é novo. Pensando em África, “ela deve encenar e realizar pela primeira vez aquilo que outrora jamais foi possível. Será preciso que ela o faça tendo consciência de abrir tempos novos para si própria e para a humanidade” (MBEMBE, 2019, p. 247).

Como último suspiro da alma, Ulume recorre ao velho cágado, que, após toda uma vida, pela primeira vez, olha para ele, o que representava muito! No momento da nudez, com a paragem do tempo e o silêncio rompendo a barreira da razão, o homem e o cágado comunicam-se, por olhares e silêncios. Tentando encontrar respostas para os confrontos da sua vida – a briga dos filhos, retorno afrontoso da segunda esposa e as suas inconstâncias –, Ulume depara-se com a resposta silenciosa do cágado.

O animal continuava parado, olhando para ele, enquanto lá fora, lá à volta deles, o Sol dardejou amarelo-violetas de maneira especial para a Lua e o silêncio absoluto se instalou. Ulume sentiu a angústia muito menor que das outras vezes, mas ela existia para ele perceber que se tratava mesmo do fim do tempo. E tudo parou, os ruídos, o mundo, havendo só a luz do azul. E o cágado velho à sua frente, que baixou e levantou a cabeça três vezes, num sinal inconfundível de afirmação. De repente, tudo voltou ao normal e o cágado recomeçou a sua marcha a caminho da fonte. O tempo retomara o seu poder (PEPETELA, 2005, p. 125).

O tempo retomou o seu curso anterior a tudo, projetou um novo ciclo na vida da personagem, assim como o faz a literatura de Pepetela, que projeta vida nova, longe dos silêncios impostos pela dureza do colonialismo. Assim o faz, também, cada indivíduo africano que se ergue nos interstícios dos entre-espacos habitados. Não se

pode resolver os problemas do mundo, mas, tal qual o sol poente, que tende a brilhar com a chegada de um novo amanhecer, o horizonte de Ulume pode ser visto para além das montanhas da utopia. A vida, agora, parecia ter sentido de novo. Afinal, os ciclos nunca são eternos, eles só mudam a alma de lugar!

### **3.2 Não deixar morrer ou de quando o tempo se eternizou: *a Biografia do Língua, de Mário Lúcio Sousa***

“Mas é também do chão que a gente olha para cima. E olhar para cima dá-nos a dimensão” (SOUSA, 2015, p. 52).

A história de uma vida pode ser contada de muitas maneiras. Nos passos dados durante a caminhada diária, por meio de marcas, rostos e experiências, a vida humana vai se completando e, a cada passo, uma nova marca se registra nas linhas do tempo. O homem que age, nesse caso, faz do verbo SER o seu maior companheiro de jornada.

Em 26 de dezembro de 1860, em uma plantação de cana-de-açúcar em Cuba, nasceu Esteban Mesa Montejo<sup>19</sup>, um negro escravizado que fugiu para as montanhas cubanas antes do término da escravidão. A história de vida desse sujeito histórico serviu de base para outra narrativa, a de Língua — nome adotado, embora ele tenha sido batizado com o nome de Esteban —, cuja capacidade de fala tornou-o digno de uma biografia. A história contada em *Biografia do Língua* tem como plano de fundo — ou até inspiração — a trajetória desse homem, que lutou pela independência de Cuba. No entanto, o que torna a narrativa instigante é o fato de que as histórias se entrelaçam e remetem ao compêndio imagético africano, especialmente o caso de Cabo Verde, que, assim como Cuba, também é um país constituído por ilhas e falésias.

A partir daí, adentrando o espaço narrativo, a destreza de se integrar ao mundo narrado e de, a partir dele, estabelecer as relações necessárias de compreensão do mundo imaginado esboça o que, mais tarde, será compreendido como o terceiro-

---

<sup>19</sup> Mário Lúcio Sousa inicia seu livro relatando a história de Esteban Montejo e de como ela o inspirou a criar a narrativa *Biografia do Língua*. O nome da personagem é, de fato, igual ao do homem que viveu em Cuba, no entanto, como o próprio autor afirma, nem tudo é verdadeiro e a narrativa remete à história de África, por meio de um discurso bem-elaborado e metafórico, que faz o leitor mergulhar na vida do protagonista.

tempo, que, pertinentemente, traz o sentido da narrativa para o plano do concreto. Dito isso, recorre-se ao signo literário para perceber as nuances que marcaram o surgimento de uma nação livre, a qual foi sonhada e planejada pelos sujeitos históricos que colocaram em curso o projeto de nação. E, por isso, as histórias de vida tornam-se fundamentais para a compreensão da própria história de África. Lançar o olhar sobre elas é inscrever uma nova visão de mundo, com vistas a uma compreensão intrínseca e esclarecedora sobre aquilo que a história dita oficial ainda defende e, portanto, desarticular o imaginário construído com base no olhar eurocêntrico.

A personagem Língua é representante desse movimento não perpendicular que evidencia a essência do ser na sua totalidade, pois, como sagaz peregrino que se alia às marcas temporais do dia, Esteban Montejo foi um recrutador de verbos. Pelo menos, viu-se refém de muitos daqueles verbos do princípio de tudo, de quando tempo e destino se unem em uma dança coreografada de sobrevivência. Quando a narrativa de sua vida começou a ser escrita, Esteban já se via cheio de atribuições e fez do verbo *nascer* uma consequência do tempo. O verbo *sobreviver*, por sua vez, passou a ser usado com maior intensidade à medida que suas linhas de existência aumentavam e se solidificavam.

Mais adiante, já com a maturidade estabelecida, deparou-se com o verbo *sofrer*, que talvez o tenha acompanhado durante quase toda a sua jornada. Outras foram as formas verbais presentes em sua história e foi assim que Esteban fez uso, com maestria, do verbo *resistir*. Resistir, aliás, transformou-se no verbo de sua vida. Resistir ao caos social, à crueldade do homem, às dores causadas pelo tempo. Resistir transformou-se, também, em um ato político e identitário, perpassou as memórias e fez a sua história, como homem-língua, solidificar-se e entremear muitas outras histórias. Foi Esteban, então, um representante de vidas? Muito provavelmente sim.

Para além desses, outros verbos se fizeram presentes nas andanças de Língua. *Entender* a sua posição como negro, escravo e órfão foi fundamental para que o curso de sua vida pudesse seguir. *Questionar* ele também aprendeu. Afinal, por que seria tão difícil mudar os ventos que o assombravam? E, por fim, o constante *caminhar*. Aquele caminhar que não cessa, que não finda e que traz em si não só a história de Esteban Montejo – o Língua – mas a história de toda a África.

As margens nas quais muitos africanos tiveram que construir as suas histórias são, também, as margens em que Esteban Montejo – o Língua – precisou viver. São

histórias entremeadas pelo tempo, pela guerra e pelo silêncio. E é justamente essa história que figura na narrativa de Mário Lúcio Sousa, escritor cabo-verdiano. Narrada por um condenado à morte, a *Biografia do Língua*, escrita em 2015, apresenta duas vidas que nunca se encontraram, mas que passaram a coexistir no mesmo espaço. Uma é representada pelo próprio Língua, “um preto, tão preto, que quando se estrear a brincar com as outras crianças poderá esconder-se à sombra e não será visto” (SOUSA, 2015, p. 19). Embora tivesse nome de batismo, foi a alcunha de Língua que o fez existir para o mundo. As façanhas de sua vida, que atravessam o tempo perceptível, são contadas pela outra personagem, o Senhor Condenado, que, diante de um pelotão de fuzilamento e do padre, faz seu último pedido: contar uma história! É assim que tem início a aventura do Senhor Condenado e de Esteban Montejo, duas histórias que se cruzam, relatadas em uma biografia de sobrevivência.

Nessa perspectiva, o tempo passa a agir sobre as ações do homem que conta e do homem que vive. As memórias do Senhor Condenado regem as ações de Língua. Todo o processo de construção da narrativa acontece em uma teia de significação, na qual as memórias do narrador - o Senhor Condenado - se estreitam com as vivências do menino-homem que, aos sete meses de vida, já falava, mas que ninguém, de fato, nunca escutou.

### 3.2.1 Um sussurro que transcende: eu, condenado, quero contar uma história!

“Sou o cotidiano e a história não pode parar” (SOUSA, 2015, p. 233).

Paul Ricoeur, em seu livro *A memória, a história e o esquecimento*, traz como discussão inicial a fenomenologia da memória, estruturada com base em duas perguntas: do que se tem lembrança e de quem é a memória? Para tanto, Ricoeur (2018, p. 23) aponta que “privilegiou-se, nessa herança, a indagação colocada sob o adágio bem conhecido segundo o qual toda a consciência é consciência de alguma coisa”. Desse modo, pensar na memória é, também, referir-se a um ato consciente e interativo, por meio do qual a perspectiva humana se relaciona às ações próprias e às redes afetivas que vão moldando a sua existência.

Concomitantemente a essa relação entre ações e experiências e seguindo um pensamento aristotélico, Ricoeur (2018, p. 40) teoriza, ainda, sobre o fato de a memória ser um esboço do passado:

em última análise, o que justifica essa preferência pela memória “certa” é a convicção de não termos outro recurso a respeito da referência ao passado, senão a própria memória. [...] Uma ambição, uma pretensão está vinculada à memória: a de ser fiel ao passado; desse ponto de vista, as deficiências procedentes do esquecimento, e que evocaremos longamente no momento oportuno, não devem ser tratadas de imediato como formas patológicas, como disfunções, mas como o avesso de sombra da região iluminada da memória, que nos liga ao que se passou antes que o transformássemos em memória.

Desse modo, em primeira instância, as palavras de Ricoeur atentam para o fato de que o processo que envolve a memória atinge as esferas do pensamento coletivo, uma vez que se voltam às ações passadas como forma de entendimento do processo dinâmico e aprofundado no qual a memória se enquadra. Assim, reconhecendo a existência entre a memória-tempo, o presente passa a ser compreendido em estágios distintos de consciência. Em outra instância, são colocadas no centro as dimensões que elevam a reconexão com o passado em um nível sistêmico de certeza. A fidelidade para com o passado, como pondera Ricoeur (2018), abre a discussão sobre como o esquecimento e, por que não, o próprio silêncio, projeta a existencialidade de uma nação.

No centro de toda a materialidade constituinte do SER, está o tempo. Arelado às discussões infundáveis sobre como a memória se presentifica por meio das lembranças, o tempo orchestra as atividades humanas e as mantém reféns de uma simbiose de sentidos e significados. Para Ricoeur (2018, p. 364), “existem três tempos: o passado, o presente e o futuro. O presente do passado é a memória, o presente do presente é a visão. O presente do futuro é a expectativa”. Memória, visão e expectativa enveredam-se por meio dos rastros temporais deixados por aqueles que vivem, que agem e elucidam o passar dos dias. É por essa elucidação ou clareza de sentidos que o Senhor Condenado vai contar a história de Língua, uma história sensível e atemporal, que transcende o espaço imagético. Trata-se de uma memória primária, que, para o homem que narra,

começou assim naquele dia: fui chamado ao gabinete do Governador da Província e disseram-me, como numa charada: um preto de sete meses, tão preto, que quando se estrear a brincar com as outras crianças poderá esconder-se à sombra e não será visto, está a dar que falar. Tu, soldado, vais investigar e escrever sobre a vida desse preto invisível. (SOUSA, 2015, p. 19).

Por meio de um processo rememorativo, em que o tempo passado contorna os espaços da narrativa, a elucidação dos fatos que se seguiram, a partir do nascimento

de Língua, acontece por intermédio de uma memória anterior a tudo, de alguém que vive em um entre-espço não tangível, uma vez que o próprio narrador afirma que as memórias não são suas, já que aquilo que é contado não lhe passou pela experiência vivida: “e eis o que tenho a contar, porque me contaram” (SOUSA, 2015, p. 19). É assim que a vida do condenado à morte passa a ser ressignificada, por meio de uma narração biográfica sobre um indivíduo intangível, silenciado, mas que carrega todas as memórias do mundo, as quais se entrelaçam no tempo fictício e que projetam a história de África em um contexto não linear.

Os meandros do tempo-espço conferem ao narrador-condenado o traço perpendicular do sonho. A realidade na qual ele passa a viver já não lhe é mais tangível. A partir do momento em que ele se vê condenado à morte, em um espço que não lhe é sensível aos olhos, sua morada começa a passar pela esfera do devaneio. O Senhor Condenado já não habita mais o sentido puro da vida, a condenação à morte o desconstrói. E essa desconstrução leva-o a ressignificar seu estado de errante contador. Viver na Falésia, narrar a história de vida de Língua para todas as pessoas que ali se presentificavam diariamente fez surgir um espço outro, uma imagem elucidativa do devaneio: a Falésia era, pois, a nova casa. Bachelard (1996, p. 165), nesse sentido, afirma que,

quando um sonhador de devaneios afastou todas as "preocupações" que atravancavam a vida cotidiana, quando se apartou da inquietação que lhe advém da inquietação alheia, quando é realmente o autor da sua solidão, quando, enfim, pode contemplar, sem contar as horas, um belo aspecto do universo, sente, esse sonhador, um ser que se abre nele. De repente ele se faz sonhador do mundo. Abre-se para o mundo e o mundo se abre para ele. Nunca teremos visto bem o mundo se não tivermos sonhado aquilo que víamos.

Assim, o narrador-condenado já não mais se atém ao tempo, pelo menos não ao tempo cronológico, ao qual o homem terreno vive preso. Como mencionado por Bachelard (1996), é por aceitar a sua solidão e o seu silêncio que ele se eleva ao espço do sonho e, só assim, consegue enxergar esse mundo novo que se descortina. A nova morada traz significância, sentido e, principalmente, serenidade para contemplar, para narrar e rememorar, para *Ser*, a seu modo, no seu próprio espço-tempo. Além disso, essa personagem tem em mãos “uma história sem meio, só com princípio e fim” (SOUSA, 2015, p. 25), o que lhe permite preencher as lacunas

deixadas por esse “meio”, mediante um entrecruzamento de histórias e ideias, nascidas na (des)fronteira, haja vista que

a vida ativa, a vida animada pela função do real, é uma vida fragmentada, fragmentadora fora de nós e em nós. Ela nos atira para fora de todas as coisas. Então, estamos sempre fora. Sempre em face das coisas, em face do mundo, em face dos homens de humanidade variegada (BACHELARD, 1996, p. 156).

O homem que narra encontra-se nesse “lado de fora das coisas”; ele é, pois, resultado dessa vida fragmentada, imposta e edificada no silenciamento. Para tanto, o ato de narrar fez desse homem que conta um sonhador do mundo, uma vez que, pela graça da palavra, esse mundo passou a ser contemplado e (re)escrito. Ao se lançar ao sonho, ao universo da contemplação de alguém que “vê” de fora, o novo espaço, conforme Bachelard (1996, p. 200), passou a “trazer a essência da noção de casa”. E é por meio dessa essência, dentro do mundo da palavra, que o tempo e a memória são trazidos ao plano da significação. O ato de narrar não era só uma forma de manter-se vivo. Para o Senhor Condenado, por meio da palavra e do universo que se abriu, a Falésia se transformou em signo. Da imagem isolada - de condenação - abriu-se a possibilidade de *ser no mundo*. As memórias do narrador dissolvem-se nesse tempo-espaço habitado pela palavra. Ademais, é ainda nesse mesmo plano que se entra em contato, por vezes, com uma memória imaginada, como é possível perceber na passagem que segue:

O tempo passou e eu seguia escrevendo o que me contavam. Mas ninguém sabia mais do que até os sete meses do menino. Eu, contudo, ficava a imaginar. Imaginava que, então, para o espanto de todo mundo, o urso, em vez de levantar-se e pôr-se de pé como um bebê cambaleante, pois gostam de fazer isso os ursos adultos, dobrava os joelhos, fazendo quatro patas, adicionara as mãos como mais duas patas dianteiras e caminhara do quarto até a sala (SOUSA, 2015, p. 47).

A narração detalhada, em que as lacunas territoriais são preenchidas pelo ato de imaginar, integra a ideia de que, embora a narrativa traga ao centro de discussão o tempo vivido pela personagem Língua, são as memórias vivas do narrador que projetam essa narrativa para um terceiro-tempo. Para Ricoeur (2010, p. 417), “a *atividade mimética* da narrativa pode ser esquematicamente caracterizada pela invenção de um terceiro-tempo construído sobre a própria linha de fratura cujo traçado a aporética identificou”. Esse terceiro-tempo pode ser compreendido como um “entrecruzamento entre a história e a narrativa de ficção” (RICOEUR, 2010, p. 417),

ou seja, espaço no qual o Senhor Condenado e o Língua passam a coexistir de forma onírica. A história de África também é inserida nesse terceiro-tempo, ora imaginada, ora rememorada, mas que figura no plano do existir.

Pensando especificamente na personagem Senhor Condenado, é notória a movimentação circundada desse narrador para trazer ao traçado concreto a figura do Língua e toda a sua bagagem mimética. É, ainda, por conta desse movimento que o narrador-condenado passa a redizer o tempo - ao passo que o tempo cósmico é apresentado pela personagem biografada - o Língua -, o Senhor Condenado, por habitar um espaço-tempo não linear, passou a envolver os acontecimentos narrados em um pêndulo imagético, no qual os dias, as horas e a própria ideia de existência são reformuladas. Essa ideia é defendida por ele próprio, ao refletir sobre suas primeiras experiências de vida na Falésia: “Lembro-me perfeitamente do meu primeiro susto quando cá cheguei, já se passaram cento e noventa e dois anos” (SOUSA, 2015, p. 256).

Desse modo, a refiguração temporal acontece sob a égide de signos que são revelados ao leitor por meio da rememoração, como se o próprio narrador estivesse conectado ao Língua durante toda a sua trajetória de vida, o que confirma a ideia de que a obra *Biografia do Língua* é fruto da dualidade. Na obra, a passagem dos dias acontece por meio de rastros temporais dilucidados pelo condenado e apresentados ao povo falesiano, que, por sua vez, respira a história.

Faz-se necessário pontuar, ainda, que a voz que fala na obra é sempre a desse narrador, que, da Falésia, orchestra os acontecimentos da narrativa e quase personifica aquilo que é contado. Ora são narradas as vivências de Língua, seu nascimento, os primeiros passos, a adolescência e a vida adulta, ora é a vida do condenado que entra em cena. Narrador em primeira pessoa, ele conta, também, sua própria história, o que, aos olhos de quem lê o romance, causa a sensação de unicidade - duas histórias de vida que se ligam e se completam em suas dores, tormentas e vivências diárias. Trata-se de uma história que tinha necessidade de se fazer ouvir para o mundo e que não tem fim, pelo menos não para aqueles que a sentiram e a ressignificaram.

Pensando com os meu botões, tenho orgulho do pedido que fiz. Podia ter rogado que meu deixassem viver um pouco mais, ou me permitissem escrever à minha família, confessar ante o capelão ou o bispo, ou pedir que me indultassem. Mas não. Em vez disso, pedi como meu último desejo para contar uma história, verdadeira ou falsa, não importa. E cá estou, e aqueles

que vieram para pôr fim a minha história estão sentados a escutar-me como crianças. Vejo-os: esqueceram as armas, enxugam o suor e abanam as moscas com o bivaque, bocejam, exclamam e cochilam na maior inocência desta vida (SOUSA, 2015, p. 69).

Essa passagem explicita o estado de contemplação engendrado pela história de Língua; pela palavra do Senhor Condenado, as armas foram esquecidas e, pelo silêncio de Língua, contraste ou não, a história foi recontada. São, pois, dois mundos que convergem nos traços miméticos do tempo não linear, que, por vezes, destoa da razão, mas que existe no plano do sentido.

Assim, evidencia-se o surgimento desse terceiro-tempo ao qual Ricoeur (2010) se refere. A narrativa constrói e desconstrói, a todo o momento, o leque temporal no qual as personagens estão inseridas, uma vez que a existência está projetada em um tempo-terceiro, para alguém que não sabe, mas imagina, e que, com isso, reflete a relação agonística existente entre o homem condenado e o Língua.

O tempo já não tem ontem nem amanhã. O tempo é submergido na dupla profundidade do sonhador e do mundo. O Mundo é tão majestoso que nele não ocorre mais nada: o Mundo repousa em sua tranqüilidade (sic). O sonhador está tranqüilo (sic) diante de uma Água tranqüila (sic) (BACHELARD, 1996, p. 166).

Pelo fato de o tempo na narrativa apresentar uma perspectiva não linear, na qual a submersão do homem que sonha se direciona à tranquilidade da contemplação, o mundo almejado passa pela instância da resistência. Assim sendo, é nesse plano que o silenciamento que aflige o narrador se transforma em arma. Por meio das longas histórias contadas e da passagem dos dias, em que o tempo cósmico dita a existencialidade humana, o condenado narrador encena os passos dados não só por ele, mas por todos aqueles que, ao longo dos anos, fizeram a história de África ser escrita. Como já visto, é por meio da narração que as armas são silenciadas; a guerra é emudecida pelas palavras de um homem que faz pensar.

O silêncio, antes imposto, arbitrário e cruel, diante das instâncias da ressignificação histórica, transforma-se em luta. É o Senhor Condenado que emudece o pelotão. É ele que conta e que causa perplexidade e comoção. E, assim, o silêncio delimita a sua força, faz-se signo de transformação, veste-se de resistência e faz ressoar as vozes e as dores de toda uma nação. Com todos os movimentos criados, para dar fim ao sistema opressor, foram as histórias edificadas como fortalezas de

sentido e metaforizadas pelo Senhor Condenado que colocaram as forças armadas, destinadas a matar, de joelhos.

Olhem-me para este cenário: tudo muito caricato. Afinal estou contra um pelotão de fuzilamento. Bem, qual pelotão, qual situação! Não deixa de ser cómico o que estou a ver. Olhem-me para isto: as armas que para mim estavam apontadas estão agora todas estiradas no chão, os soldados estão todos sentados, uns já dormiram e já acordaram, outros estão a dormir, alguns estão na madorna, muitos risonham, o padre já se foi embora, o comandante do pelotão cabeceia e resiste (SOUSA, 2015, p. 63).

Assim, segundo Bachelard (1996, p. 141), chega-se mais próximo da existencialidade e do “encontrar-se”, o que só é possível por “meio da distância percorrida desde as margens do Nada, desse Nada que nós fomos até esse alguém, por ridículo que seja, que reencontra o seu ser para além do sonho”. O fato de estar diante dos últimos suspiros de vida leva o narrador-condenado a refletir sobre sua condição de sujeito no mundo. E ele vai além!

A sua posição como condenado — sujeito que foi ali deixado para morrer sem razão aparente, haja vista que o motivo da condenação não foi revelado— faz com que todo o processo rememorativo engendre a reflexão sobre os tantos indivíduos que foram condenados África afora. A perspectiva do narrador condenado, desse transgressor do tempo, contorna os confins metafóricos da alma humana, silenciada durante a guerra, da vida que foi esvaziada de sentido, mas que, por meio da palavra, encontrou o caminho contra a dominação e contra as armas e fez a história de África ser ouvida.

Durante décadas, a África viu-se presa às margens desse *Nada* citado por Bachelard (1996), quase como sendo um espaço não ocupável. Mesmo depois da independência e do surgimento dos primeiros traços de nação, a existencialidade não se tornava possível, uma vez que os discursos dominantes eram avassaladoramente cruéis e penetravam as raízes da sociedade. Desse modo, só foi possível “ser para além do sonho”, por meio de resistência. As vozes silenciadas foram resilientes e resistiram, por meio do silêncio, da luta e da literatura. Analisados por esse viés, os discursos proferidos pelo Senhor Condenado representam a (des)fronteira habitada pelo indivíduo que luta, que transformou o “nada” em fonte primária de vida. Assim, as histórias são contadas dia após dia, como ato de sobrevivência, porque precisam ser contadas.

Toda a gente aqui já compreendeu que o condenado não está a contar a história apenas para sustentar os dias, como fez Xerazade [...]. A história que eu tenho de contar é para salvar o próprio Língua [...]. Estou contra o tempo. Tampouco estou aqui a tentar renascer das minhas desventuras, como a ave Fénix, essa que ressurgia das suas próprias cinzas. Não, eu quero simplesmente contar a verdade que não se conhece. Até tenho pressa em contar e temo que a minha vida não chegue para tanto (SOUSA, 2015, p. 91).

A necessidade de contar, como se percebe nessa passagem, é uma travessia que contorna o tempo cronológico, consistindo, pois, em um ato de resistência a esse tempo que tanto tirou daqueles que, assim como Língua, escreveram a história, sofrendo na pele as marcas deixadas pela dominação. As palavras proferidas pelo condenado transformam a história de Língua na própria história de África. A personagem Língua é, assim, a representação de África.

Desse modo, o Senhor Condenado, esse narrador onírico, lança-se ao sonho toda vez que rememora os processos que o fizeram ser para o mundo, principalmente quando rememora as vivências da personagem biografada - Língua. São duas histórias justapostas, que se interligam por meio da palavra, destoando do silêncio que lhes foi imposto, seja pela condenação à morte, representando a doutrina do silenciamento do indivíduo diante da crueldade da colonização, seja pelo fato de se passarem anos sem que se tenha ouvido uma única palavra proferida por Língua, cujo silêncio se presentifica pelas ações diárias dos sujeitos históricos África afora, os quais construíram suas próprias histórias na singularidade dos dias.

Contudo, chama a atenção a caminhada incessante, que faz, como bem coloca o narrador-condenado, a verdade, que nunca é proferida, figurar no plano da razão. E essa verdade é trazida o tempo todo à tona. Por vezes, de forma literária, quase romantizada, mas, por outras, é apresentada como real e cruel. Para refletir sobre essa narrativa, cujas personagens centrais, tão distintas, se ligam de forma íntima por meio das histórias construídas, é necessário perceber as correlações intrínsecas com a representatividade das vozes de África, que ecoam em cada memória compartilhada. A identidade buscada pelo narrador, que se lança ao sonho para se encontrar, está inscrita nesse plano, assim como os caminhos metaforizados percorridos por Língua. Ser livre quando tudo lhe foi tirado, borrado, consiste em uma luta constante contra o apagamento histórico, mas que as páginas d'*A Biografia do Língua* permitem reverter.

Nas ilhas, só a Bíblia é mais sagrada do que o livro de assentos dos escravos. Por ele sabe-se de faustosos proprietários que são filhos de escravos, de

escravos que foram filhos de homens livres, de gente que trocou de apelido para apagar o passado, gente que comprou apelidos para branquear o futuro e gente que desapareceu inteira e completamente com o nome, apodos, fortunas e tudo, Conta de pessoas que foram esfregadas com um borracha até perderem a tinta, que foram riscadas, emendadas, corrigidas, sobrescritas e marcadas com uma cruz para o resto da vida, e de outras que foram rasgadas, queimadas, mutiladas e deitadas ao mar sem compaixão nenhuma. Sabe-se de famílias completas que se perderam no desaparecimento inexplicável de certas páginas, confidenciou-me Zacarias. E lembrem-se disso, porque a história do Língua vai desvendar-se numa dessas páginas (SOUSA, 2015, p. 92).

Pelo viés narrativo, a obra de Mário Lúcio de Sousa evidencia marcos históricos importantes e necessários para a discussão, presentes como marcas temporais imprescindíveis para a compreensão do jogo de vozes e dos conflitos que cercam as duas personagens centrais. Como já mencionado, a personagem Língua constitui o elo com a história empírica de África, a qual é apresentada por um narrador que tudo vê, a partir de um ponto de vista externo, contemplativo, representando, assim, cada sujeito histórico que escreve a sua história.

Assim sendo, para além da projeção intrínseca para o sonho, existe outro viés, aquele ligado ao tempo cosmológico, que interliga o espaço narrativo e a fenomenologia do *ser* para o tempo, como um átrio de ações concretas da história. Ricoeur (2010, p. 176) afirma que

a história revela uma primeira vez a sua capacidade criadora de refiguração do tempo pela invenção e pelo uso de certos instrumentos de pensamento tais como o calendário, a ideia de sequência das gerações e aquela, conexas, do tríptico reino dos contemporâneos, dos predecessores e dos sucessores e, por fim e sobretudo, pelo recurso a arquivos, documentos e vestígios. O que esses instrumentos de pensamento têm de notável é que desempenham o papel de conectores entre o tempo vivido e o tempo universal. Nesse sentido, demonstram a função *poética* da história e trabalham para a solução das aporias do tempo.

Esse átrio, em que os vestígios do passado se entrelaçam com o tempo vivido, instaura a significância requerida para a compreensão do tempo universal, no qual o narrador - Senhor Condenado - esboça o itinerário de uma (trans)vivência<sup>20</sup>, uma vez que sua jornada como narrador da vida de Língua instaura a reflexão sobre a vida, para além do real imaginado. E, assim, “quando já vivemos muito, quando já vivemos umas 20 mil noites, nunca sabemos em que noite antiga, muito antiga, começamos a

---

<sup>20</sup> Usa-se, aqui, a expressão (trans)vivência no sentido de uma vivência que transita entre o real e o imagético, ser que sobrevive às marcas temporais e as transcende, vivências transitórias, para além do concreto.

sonhar. A noite não tem futuro” (BACHELARD, 1996, p. 139). Ou seja, toda a história contada pelo narrador, a sua jornada na Falésia, a relação com o povo e com o próprio Língua dissolveram o tempo nas suas memórias. O próprio narrador coloca-se na posição de observador do tempo e explica a sua relação com os acontecimentos que atizam a sua alma.

Tento calcular há quanto tempo estou aqui e não consigo. Não por fraca memória ou estupidez, mas porque abolimos a noção do tempo e só temos lembranças das nossas lembranças das nossas lembranças. As nossas referências são acontecimentos, e não as datas dos acontecimentos. Por exemplo: quando um cometa passa, tenho referência para a minha idade, quando há um eclipse, quando as baleias encalham, quando o vulcão explode, o calendário se faz. Mas já vi tantos eclipses e tantos cometas que os tempos parecem siameses (SOUSA, 2015, p. 271).

Desse modo, o tempo referido, marcador indispensável para a compreensão de vida do condenado, já não mais era contabilizado por meio da linha translúcida dos dias. O sentir temporal, que fazia um dia ser sempre outro dia, projeta-se instintivamente no terceiro-tempo instaurado pelo narrador, o que justifica a correlação entre as memórias do Senhor Condenado e as da personagem Língua. Para alcançar o sentido na esfera do devaneio, o tempo precisou ser ressignificado, permitindo a (re)projeção da história para além do concreto. Logo, a ideia de *Ser para o mundo* tornou-se possível.

A narrativa de vida da personagem Língua precisava ser elucidada, apresentada ao mundo concreto pelos olhos daquele que já não mais se via preso à esfera da oficialidade histórica, à qual a sociedade está ligada; África está representada em cada novo acontecimento narrado. E, ao fim da sua trajetória como narrador de vidas, o Senhor Condenado já não mais se apercebe da mudança do tempo, pois as suas memórias, as suas lembranças e as próprias vivências já se dissolveram no tempo da sua própria história, como o rio que corre e purifica a alma. Para além do ato de sonhar, a imaginação do seu mundo modifica-o, ressignifica-o, criando outras possibilidades. E faz mais! Muito mais do que prender a atenção de seus célebres ouvintes, ele instiga-os a criarem novas oportunidades de vida, ao reformularem as ações diárias e transformarem antigas práticas em modos de vida mais humanos e transformadores, motivados por um novo contexto de vida.

Em Falésia, as novas gerações já trazem nos genes toda a informação necessária para viver neste lugar. Saber história aqui em Falésia é como mamar ou gatinhar, o que significa em termos de seleção natural que,

certamente, somos uma nova espécie. Aqui os meninos nascem a ouvir história, tomam leitinho ao som das passagens, ninam o sono ao ritmo dos dramas, ouvem e fazem as suas próprias conexões para encontrar no fundo da memória as veias e as teias. [...] E o mais bonito: por mais que nasçam aprendidos, eles têm uma atracção natal pela história, coisa que supera a própria história (SOUSA, 2015, p. 239).

O imaginário construído em torno da nação africana é reflexo de uma verdade impugnada, disseminada por vozes que não representavam a realidade vivida. E, nesse contexto, a narrativa de Mário Lúcio de Sousa externa a real necessidade de (re)dizer a história, pois, como bem coloca o Senhor Condenado, é preciso que um novo mundo seja descoberto e que as vozes sejam ouvidas. Por isso, a história de Língua carece de ser ouvida urgentemente, para que a (des)construção desse imaginário seja efetiva. Assim, o Senhor Condenado lança-se ao sonho, para reter o seu mundo, a sua África, que, embora não apareça de forma explícita, está representada em cada parte da Falésia e, também, em cada pegada deixada pelo homem sem voz, mas que, no seu silêncio, se fez resistência, na sua jornada, se faz fortaleza. E vive!

Nesse sentido, pensar no homem que narra é inferir que seu novo mundo narrativo é, também, uma nova África em formação. Assim dizendo,

a correlação do sonhador ao seu mundo é uma correlação forte. É esse mundo vivido pelo devaneio que remete mais diretamente ao ser do homem solitário. O homem solitário possui diretamente os mundos por ele sonhados. Para duvidar dos mundos do devaneio, seria preciso não sonhar, seria preciso sair do devaneio. O homem do devaneio e o mundo do seu devaneio estão muito próximos, tocam-se, compenetraram-se. Estão no mesmo plano de ser; se for necessário ligar o ser do homem ao ser do mundo, o cogito do devaneio há de enunciar-se assim: eu sonho o mundo; logo, o mundo existe tal como eu o sonho (BACHELARD, 1996, p. 152).

É, pois, para *Ser* no mundo que o narrador-condenado se projeta ao sonho e, desse modo, o seu mundo ideal se torna possível. As ideias de casa, de morada e de construção identitária são consolidadas, do que se infere que a narrativa se constrói e se reconstrói em torno dos meandros do espaço não linear que ali na Falésia foi criado. Assim sendo, o pêndulo imagético que se constitui durante a sua vida, como um condenado de guerra, foi sendo elucidado como um livro em branco, que precisa ser preenchido para existir para o mundo, ser contemplado e, principalmente, ser compreendido. É por esse viés que a personagem Língua entra na história para validar o novo-mundo. As dores, ocasionadas no tempo cronológico e que agem sobre a vida

de Língua, edificam a sua vida no plano do real imaginado. Ao pensar sobre sua nova morada, por permitir se lançar ao sonho, o Senhor Condenado afirma que

ser falesiano é ter alguém para contar e alguém para ouvir. A única condição para o nosso gentílico é que sejamos capazes de imaginar e de ter fantasias. A relação entre os homens começa sempre com uma pequena história. É essa a essência que tem feito deste lugar um novo lugar mundo (SOUSA, 2015, p. 268).

O novo lugar mundo torna-se, pois, possível, uma vez que as vozes que ali se encontram podem ser ouvidas. O silêncio, embora ainda exista, inscreve-se no ato da contemplação do novo horizonte almejado.

### 3.2.2 Todos os verbos do princípio - o lugar-mundo de Língua

“Não basta ser homem, é preciso ser vertical!” (SOUSA, 2015, p. 55).

Compreender a história de vida de um povo requer atenção e cuidado, especialmente, se essa história foi escrita a passos largos e turvos, em que apenas uma tênue linha separa o homem que caminha da crueldade dos dias. Esteban Montejo, o Língua, desde cedo aprendeu a viver enfrentando diariamente essa linha tênue, sempre almejando o horizonte, mas encarando a vida de forma vertical.

Sua jornada de vida inicia de forma particular! Nasceu como qualquer criança, chorou, calou-se e adormeceu “em um trapo branco que a parteira lhe concedeu por berço e enxoval. A partir desse trapo simbolicamente branco, de negro passaria a ser para sempre chamado” (SOUSA, 2015, p. 20). Aprendeu, desde cedo, que o mundo é cruel e que a sua posição na sociedade seria sempre colocada à prova. E foi aos sete meses de vida que ele recebeu a alcunha de Língua. Se tinha de fato um nome, pouco importava, mas a façanha de falar com tão pouca idade o fez, de fato, existir para o mundo. O interesse por trás disso, certamente, não foi dos pais, que, abismados com tal atitude, não entendiam como era possível. O interesse era daqueles que detinham o poder de impor autoridade, visto que a notícia saiu,

correu e chegou com todos os pormenores e certezas ao Governador que, sem saber o que fazer o facto inédito na história, submeteu de imediato o incrível caso ao Rei de Portugal, na circunstância também infante como o menino papiador. Pois é, Majestade, um negro que fala aos sete meses de idade, em bom e não ultra-mal português, Majestade, não é tesouro a menosprezar. Assim temos de os capturar, domesticar e ensinar-lhes durante anos a nossa língua, veja que este preto já nasce falando como um gramático,

Majestade. Só pode ser graça de Deus ao nosso querido Portugal (SOUSA, 2015, p. 22).

O jovem negro, filho de escravos e falante de bom português logo foi colocado a prêmio da coroa portuguesa, haja vista que a sua habilidade de falar como *gente grande* seria muito útil para os interesses do colonizador. A *Biografia do Língua*, como já explicitado, é narrada pelo Senhor Condenado, um mártir da guerra que deu conta de inscrever no plano do concreto as diretrizes de uma história remodelada, preenchida com memórias íntimas e projetadas para além do tempo cósmico. O narrador, nesse sentido, apropria-se de uma história real, conhecida pela sociedade e impõe novo curso aos acontecimentos. Não há de se esquecer que se está falando de uma biografia, terminologia que remete a algo verídico, concreto. No caso da personagem Língua, não o deixa de ser, uma vez que a visão mimética detalhada com a qual os fatos são narrados traz à guisa de discussão os discursos discriminatórios e inquisidores que eram proferidos e defendidos à época da colonização e, no caso da narrativa, da escravidão. Isso posto, faz-se necessário refletir, ainda, sobre a forma compulsiva e excludente como os negros, africanos eram tratados. Língua, por ser considerado raridade entre os nascidos, passou a ser tratado como objeto da coroa e, por isso, recebeu a alcunha que carregou ao longo de sua vida.

Começou a especular-se que o menino podia ser nomeado de repente a joia, digo, o carvão, da Coroa, ou Infante qualquer coisa, ou qualquer infante, ou algo assim. [...] Inesperadamente, diante da tremura e da atenção geral, souo a mais inverossímil de todas as ordens que majestade alguma jamais emitiria. Era uma ordem real e pomposa, tudo bem fundamentado selado, transposta na missa para uma única e retumbante frase, assim em voz alta dita: *Mando que me escrevam, pois, a biografia desse Língua*. Palavra de rei, leia-se lei, portanto, cumpra-se. Assim, em cumprimento da ordem real, a partir daquele momento, o menino, preto ao nascer, passou a chamar-se oficialmente *Língua*, mas, nas circunstâncias de então, *Língua* era mais profissão do que apelido (SOUSA, 2015, p. 23).

Foi com poucos meses de vida que Língua passou a viver sob a égide da reclusão e do silêncio. Aos olhos da coroa portuguesa, a sua capacidade de fala foi requerida e logo se tornou ofício. Seus pais eram escravos, logo, ele também era. Por conta disso, “o proprietário dos pais de Esteban, dono também deste, começou a receber ofertas em moedas de ouro e promessas de porcentagem nos negócios de escravos” (SOUSA, 2015, p. 85). O menino, de fato, foi vendido e entregue para o Governador, que, por sua vez, recebeu

o Língua, teceu-lhe elogios por causa das suas capacidades inatas para os artifícios da língua, deu-lhe biscoitos e, finalmente, explicou-lhe porque estavam ali. O menino perguntou ao Governador: o que é que eu sou a partir de hoje, senhor? Um Língua, menino, contestou o Governador. E o que é isso?, quis saber Esteban. Língua é aquele que vai na proa dos barcos e traduz a língua do branco para o dialeto dos negros. E também, com génio e disciplina, vai pôr na linguagem dos brancos as falas dos negros, percebeste? E Esteban, feliz e contente, com uma alegria insuperável de menino brincando, disse tranquilo ao Governador: Não vou (SOUSA, 2015, p. 86).

Embora a profissão que lhe fora atribuída tivesse por requisito usar o dom da fala, não seriam as suas palavras que seriam ouvidas, muito menos as suas ideias, suas opiniões. Ele serviria apenas de interlocutor de outrem. E já com poucos anos de vida, recusou a oferta recebida, mostrando com isso que o seu caminho seria trilhado de modo diferente. A recusa lhe rendeu punições; era escravo e como tal não tinha muitas escolhas. À época da escravidão, a chamada profissão de Língua era mais uma das imposições sofridas pelos africanos, uma vez que “surgiu na época em que a língua portuguesa era considerada uma língua franca para conquistas marítimas e tráfico de escravos” (SILVA-REIS, 2018, p. 6). Desse modo, o escravo que, além de falar bem o português, aparentasse ser mais robusto com as palavras era escolhido para exercer a tal função.

No caso de Língua, percebe-se que ele usa o seu lugar de fala para se impor. Desde novo, ele traça o próprio destino. A escravidão assombrou-o até a vida adulta, contudo, escreveu a sua história refletindo sempre sobre as memórias deixadas pelos antepassados e que lhe deram a coragem necessária para caminhar na vertical em direção ao horizonte. Ademais, ainda nesse sentido, é que se faz pensar a narrativa como uma reinvenção do passado, a fim de suscitar uma nova história, o que se dá

através do despertar de vozes e memórias que na utopia político-social não tinham lugar. Pelo processo de vigília dessas vozes salientes e marginais resgatadas da História, descobrem-se as suas sombras, intervém-se na paisagem da cidadania e nação começa a emergir colorida (MATA, 2003, p. 59).

A personagem Língua, como já visto, é apresentada ao leitor por um narrador que tem o poder da fala, mas que não tem nome. Já *Língua* não é representado por sua voz, mas pelo nome e, principalmente, por suas ações circunscritas no fazer narrativo e que representam a história da nação africana. Nesse sentido, pondera-se que a dinâmica envolvendo as duas personagens da narrativa gira em torno de uma retórica do silêncio, uma vez que existem nuances que se encontram nos entre-

-espaços do dizer e, para além de uma dinâmica de vozes e conflitos, elas precisam ser elucidadas dentro do terceiro-tempo, no qual o plano narrativo é construído. Ou seja, o fazer narrativo que envolve a personagem Língua perpassa as modulações do silêncio, interpostas pela retórica, sendo visto como algo a ser interpretado e que impõe significância. Dessa forma, essa dinâmica - que se mantém sólida no âmbito do imaginário social - corrobora para que o movimento feito pelo narrador, de solidificar o entre-espaço no qual Língua vive, evidencie os não ditos que o silenciamento impôs.

Vale ressaltar, ainda, que, como marca de resistência, o silêncio é lugar de ruptura entre o passado-presente e a nova visão de mundo construída de modo singular pelas duas personagens centrais da obra de Mário Lúcio de Sousa. Essa construção, por seu turno, gera um elo entre a própria história narrada e a ressignificação da identidade coletiva em África Contemporânea. A personagem Língua representa essa história e, por meio das suas vivências, dá voz aos que não puderam falar, evidenciando as facetas que marcaram a vida do escravo diante das intempéries da existência nos barracões e nas plantações comandadas pelos europeus.

Nessa perspectiva, a leitura que se faz dessa personagem é que tudo lhe foi precoce. Língua foi da orfandade ao conhecimento de mundo necessário para a sobrevivência; tudo construído no silêncio, na mudeza de suas ações e, para além disso, para ressignificação de si. Metaforicamente circunscrita, a história de Língua traz à tona a história precoce de dor, sofrimento e apagamento de África. Traz, também, para o campo narrativo, uma realidade que ficou enraizada na memória e que precisou ser reescrita por aqueles que vivem diariamente o processo de reconstrução identitária.

No caso de Língua, “ele assumiu a sua condição de escravo com uma altivez inédita na plantação” (SOUSA, 2015, p. 98), o que determina a sua postura de sujeito histórico que se desconstruiu – como forma de sobrevivência –, aceitando uma condição que não era a sua, para se reconstruir em meio ao caos. É, pois, o entre-espaço que o fez existir para o mundo e, a partir disso, reconhecer o seu lugar de fala. Posto isso, delimita-se a ideia de que, assim como o Senhor Condenado, também Língua passou a se reconhecer como sujeito transformador, elevando o grau subjetivo de sua vida a uma nova realidade, mais concreta e humana.

Ademais, pensar na história de vida dessa personagem, que de tão intrigante inspirou uma biografia, retrata, de forma singular, a necessidade de fala de toda uma sociedade. Como já explicitado, a biografia aqui apresentada serve como metáfora para as histórias únicas que formam o compêndio imagético da contemporaneidade africana. Língua não é, pois, apenas um mero representante de almas que foram entregues a uma distopia convalescente, mas reflete a imagem social do sujeito histórico que, por meio do caminho buscado, o leva para o lugar da essência do indivíduo. E é justamente essa perspectiva de sujeito que é apresentada na narrativa, ao expor essa realidade de forma eloquente e extemporânea, evidenciando os processos históricos que marcaram a vida dos indivíduos de África e lhes possibilitaram se libertar das amarras de um passado que lhes tirou o tempo e a voz.

Esse tempo, contudo, também fez surgir os traços necessários de resistência e de perspectiva movidos pela memória e pela necessidade de vida. E o lugar-mundo de Língua foi sendo construído à sua maneira, nas *entrelinhas* de um tempo turvo e, por vezes, desconexo. Por conta disso, para que o seu lugar pudesse ser contemplado de forma íntegra, foi-lhe necessário enveredar por um tracejado de escolhas que o iam conduzindo, não pela mais sensata das estradas; a articulação das ideias durante os dias no barracão dos escravos fê-lo acordar para o mundo e enxergar as possibilidades para fora daquele lugar. Importante destacar, ainda, que

antes de completar seis anos de idade, o Língua foi enviado para os barracões, onde todos os escravos, à exceção dos domésticos, vivam. Ali moravam outras crianças de cinco, seis anos de idade, mas com seus pais. O caso de Língua era raro. Os pais, Emília e Nazário, tinham morrido de morte natural. Morte natural era uma expressão que se colocava à frente do nome do escravo para dar baixa no livro de registros. Desconhecia-se o destino dos que morriam de morte artificial, de que não se falava e não era escrita. Nazário morreu primeiro e, três anos depois, Emília foi ter com ele. De modo que Língua chegou sozinho com Deus à plantação (SOUSA, 2015, p. 93).

E foi nessa plantação que ele cresceu, sendo apadrinhado por um casal de escravos que o acompanhou até a vida adulta. Ele tinha pouco conhecimento sobre a sua origem e, além disso, por ser órfão, embora tivesse um padrinho que o aconselhasse, teve que lidar com os dilemas da vida nos barracões de forma quase solitária. O trabalho árduo e diário calejou-lhe as mãos e endureceu suas ideias e “tudo se tornou mecânico para o Língua [...]. Os homens pareciam um só trabalhando, pareciam um só rezando perante um único Deus, embora tivessem os seus deuses” (SOUSA, 2015, p.123).

Apesar de ser árdua a vida nos barracões, a permanência naquele local fez Língua amadurecer e criar a consciência necessária para se distanciar das negações impostas pela escravidão e, com isso, resistir ao tempo e ao espaço que agiam sobre si. Foi naquele espaço que Língua aprendeu a se conhecer, a olhar para dentro de si e a observar tudo que o cercava. Ali, também, aprendeu a arte do jogo e da trapaça: “foi Língua que deu o alerta: os patrões estavam a praticar deliberadamente algumas operações fraudulentas nas cadernetas dos escravos” (SOUSA, 2015, p.149). Entre os barracões, cercado pelas plantações, o jovem conheceu o amor e o dilema de não poder amar, pois o padrinho, que representa na narrativa a sabedoria dos ancestrais, alerta-o e diz-lhe uma verdade:

Chegou a hora da verdade, meu filho, tu és um menino acordado, tu vês onde os outros não vêem, tu cheiras onde os outros não metem o nariz, tu ouves o que os outros não escutam. Por isso, tu deves saber que tu não és um crioulo de raça, desses que custam saco de moedas na América, tu és crioulo fraco, menino, portanto, nunca serás selecionado para cobrires as negras em idade de parir. Come com tua colher (SOUSA, 2015, p. 173).

Diante da franqueza do padrinho, Língua entregou-se ao desalento e emudeceu. Silenciou-se! E, em seus limites internos, por meio de um processo construtivo e evolutivo de ações, fez do silêncio a ferramenta necessária para a construção da sua história entre os meio-espacos em que foi sentenciado a viver. Até porque, até aquele momento, nada lhe era inteiramente possível. E, com isso, chega-se a um ponto importante e necessário da narrativa, pois os meio-espacos em África jamais puderam ser preenchidos; os indivíduos africanos passaram a existir dentro de espacos nos quais não se podia existir na sua totalidade.

Os indivíduos, por meio da ruptura identitária, deslocados, foram obrigados a viver um tempo-quase. Nada era concreto, nada era absoluto. A escravidão, além de toda violência física, obrigou os indivíduos a viverem a imensidão dos dias de forma desestabilizadora. Não era permitido *SER*. Isso se evidencia quando, na passagem supracitada, a personagem é confrontada com um choque de realidade dada pelo padrinho. A partir daí, “Língua sentiu que os anos, que ele quis que não passassem, já não eram os mesmos desde então. Não foi só a voz que tornou. As mãos ficaram rudes, as canelas ficaram a nu” (SOUSA, 2015, p. 135).

O tempo agiu à sua maneira, os dias foram mostrando que a escravidão não tirara somente a liberdade dos homens, tirara, também, a vividez dos sonhos, a esperança dos dias e a lucidez das ações. Tirara vidas, transformara almas. E Língua,

diante do íterim dos dias, com os anos que começaram a agir sobre si, pôs-se em fuga, planejou e agiu com base na certeza daquilo que os olhos já não podiam mais aceitar. Com a escravidão, milhares de vidas foram tiradas. E a fuga, nesse sentido, pode ser interpretada como a transformação daqueles meio-espacos em que já tão habituado estava de viver, em uma busca por aquilo que de mais íntimo Língua tinha em si: a vividez necessária para caminhar contra a correnteza do rio; sair da margem.

A história do suicídio e da morte aos magotes impressionou Língua. Então, quando se tornasse totalmente obscuro, tudo se tornou luz. Aquele primeiro sentimento, o tal que ele queria confessar ao padrinho no poial, mas que nunca haveria de contar, por decisão própria, ganhou corpo. Fuga. Era este o segredo. Sentimento de liberdade, estranho sentimento, contra todas as razões e circunstâncias, mas o primeiro que lhe batera, mesmo antes do amor (SOUSA, 2015, p. 195).

A liberdade mencionada nesse trecho não poderia ser mais significativa. A fuga planejada estava intimamente ligada à Língua, que a viveu diariamente, a sentiu em seu âmago e soube ser paciente. Língua sofreu o que, naquele momento, era a única possibilidade de se manter vivo e se distanciou da margem, rompeu uma barreira quase inquebrável e foi ter a sua travessia. Sim, de fato, a partir da fuga, a vida da personagem transformou-se em uma travessia não só de sobrevivência, mas, principalmente, em uma apoteose de sentido. Em sua solidão, andou sozinho pela mata e, nas andanças, “avistou uma gruta, que é o que um desamparado precisa para sentar arraias” (SOUSA, 2015, p. 210). O lugar sombrio serviu de refúgio, ou talvez como templo de ressignificação durante cinco anos. Importante considerar que pensar no tempo, aqui, é uma reflexão profunda sobre a relação do homem com as suas circunstâncias de vida. O “parar para pensar” ganha significado extenuado, ainda mais se analisados forem os dilemas que envolvem a representatividade do tempo para o continente africano.

A fuga colocada em curso pela personagem Língua tem expressiva significância dentro da narrativa, pois representa uma liberdade carregada de signos que empoderam o indivíduo. O ato de deixar para trás uma parte da vida que foi amarga e desconstrutora evidencia as lutas travadas pelos sujeitos históricos que se solidificaram na sua essência africana e colocaram força e voz às travessias projetadas para além da utopia. Por outro lado, é importante pensar, ainda, que a fuga colocada em curso pela personagem Língua representa o ato de se retirar do seu

íntimo, da sua zona de conforto - mesmo ela sendo dolorosa -, para entregar-se ao novo lugar-mundo em construção.

A fugacidade que tomou conta de Língua o fez imergir em um profundo silêncio, o que foi necessário para que a sua essência de homem pudesse lhe trazer a clareza dos dias. A sua retirada, deixando o passado para trás, foi tão significativa que ele, para alcançar a razão, entregou-se à solidão de viver em uma gruta. Nesse sentido, o silenciar-se para o mundo fê-lo criar uma reconexão consigo mesmo. O momento de pausa e de contemplação foram-lhe necessários para enxergar que os meio-espços poderiam, de fato, a partir dali, ser preenchidos.

Havia anos que o Língua não dirigia uma única palavra a outra pessoa fora a si mesmo. Porém, estava feliz porque o silêncio para quem escuta é uma multidão sábia. Alguns escravos que fugiram a dois, ou três, viram-se depois presos das suas próprias companhias, ou pelas suas próprias bocas. O Língua estava só. Às vezes avistava escravos longínquos na lavagem dominical, alguns a catarem ervas na fronteira do mato, outros a darem um vento à cabeça, como diziam. Olhava-os de longe, matava por instantes a saudade e ia-se embora para o seu matomundo (SOUSA, 2015, p. 223).

Como constatado pela própria personagem, naquele momento da vida, o seu lugar era na mata, local sagrado no qual os seus sentidos se tornavam claros; era o momento de relaxamento da alma. Contudo, as dores, as angústias e as tormentas não haviam sumido para que ele pudesse se encontrar na sua magnitude do ser para o mundo; retirar-se era o mais sábio a fazer.

Como a simbologia do privilégio absoluto, a forma como o indivíduo estabelece as relações para a partir disso se tornar um sujeito de transformação social sempre teve a história das ideias no centro das discussões. O que não é levado em consideração, no entanto, é que essa mesma história sempre gira em torno dos discursos formados a partir do centro. Logo, como já foi visto anteriormente, os entre-espços formados na margem da civilidade humana erguem-se a partir de uma fenomenologia do ser.

Concomitantemente a essa ideia, surge o fato de que, em África, os entre-espços que foram formados se tornam ainda mais significantes, uma vez que o sujeito histórico precisou se reconstruir e dentro do novo espaço-mundo encontrar o seu lugar de fala. A leitura que se faz das vivências de Língua é justamente essa. De um sujeito - ou da própria África - que precisou, a partir da margem, encontrar-se em sua (des)fronteira e colocar em curso a travessia necessária para o reconhecimento

de si. Somente a partir disso é que se tornou possível existir para o mundo e tornar presença o novo lugar-mundo! Assim, a gruta já não era mais necessária e “depois de cinco anos de abrigo, o Língua pensou em abandonar a sua sabática morada. Cansara-se da gruta e dos morcegos” (SOUSA, 2015, p. 219). A jornada, a partir da saída da gruta, foi instigante, para pensar nas novas travessias que seriam possíveis de se trilhar, e esclarecedora, pois, com a saída do seu templo, Língua recebera a notícia de que a escravidão havia sido abolida, surgindo as incertezas sobre ser ou não livre. O que era de fato estar livre para alguém que a vida toda foi escravo? Existiria a tal liberdade? Com os questionamentos de alguém que se viu perdido, *Língua*

tentava encontrar o seu dúbido lugar entre os brancos, que mandavam, os negros, que obedeciam, os estrangeiros, que vendiam, os marinheiros, que passavam, e os crioulos, que, dia por dia, cresciam por aí. No meio disso tudo, ele, como muitos, era um homem perdido. Um homem se perde quando o valor do mais sagrado lhe parece pequeno. E o Língua não queria achar isso, mas infelizmente, era o que sentia (SOUSA, 2015, p. 264).

As respostas que ele buscava foram encontradas durante sua caminhada entre esse novo tempo que se instaurou. Estar perdido, na concepção da personagem, ia muito além de não saber para onde direcionar a atenção. A sua procura era mais profunda que a dimensão dos seus sentidos, uma vez que, desde que nascera, não tinha a real consciência de qual era a sua posição no mundo; a sua vida sempre foi regida por estranhos que impunham regras, castigos e o situavam como alguém sem voz. Diante disso, evidencia-se aqui o fato de que o “estar perdido” representa as rupturas causadas pelo processo colonizado e que se intensificaram com a escravidão.

Assim sendo, o fato de encontrar o valor daquilo que lhe era mais sagrado – a liberdade - e ter em mãos o controle da própria vida – fê-lo encarar a nova realidade que se projetou diante de si e se fez caminhar novamente. De forma mais leve e serena, encarou o desafio de pensar em si como sujeito livre e, principalmente, de inscrever no plano do concreto uma nova projeção de futuro. A sua jornada permitiu-lhe viver, procurou trabalho e encontrou o amor, embora tenha se aventurado pelos bailes da vida primeiro. Relíquia, uma mulher negra, forte e sagaz, fez Língua sorrir para o mundo diante de uma constatação: o novo amor, na verdade, era uma antiga paixão. A primeira! Aquela que, ainda escravo, o fez suspirar e, de forma dura, receber as lições do padrinho. A menina “da fila do outro lado” era a sua Relíquia. “Língua

estava bem-aventurado e em sossego com sua Relíquia. Parecia alguém que tinha alcançado para iluminação” (SOUSA, 2015, p. 298). No tocante ao encontro, arrefeceu-se a alma de um jovem que se eternizou. A vida da personagem, diante das tantas inconstâncias que lhe atravancaram o caminho, transformou-se em luz; Relíquia apareceu-lhe como o frescor em dias cinzas e, junto a ele, se fez esperança e renovação.

O menino-homem testemunhou as mais difíceis batalhas que podem ser travadas. O período primeiro da sua experiência de vida foi como escravo, sujeito preso, que usava do dom da fala, mas que não era ouvido. E viveu grande parte da vida assim: fazendo do silêncio a arte da espera. Esperar era necessário, pois só diante da espera seria possível contemplar o que o horizonte, lá adiante, lhe reservava. Outros períodos seguiram-se. Passou grande parte de sua existência preso à escravidão. Depois, como homem livre, viu a estranheza de tal posição lhe correr pelos olhos e reaprendeu a caminhar! Os passos que eram dados certamente pareciam tímidos diante do mundo de incertezas que a liberdade instaurara. Ele, contudo, escapou para a liberdade e se redescobriu no mundo.

Diante da leveza do poder SER, infere-se que a personagem Língua representa os indivíduos de África e toda a sua destreza em se ressignificar e reformular uma história que fora contada às avessas. Por meio das vivências e relações estabelecidas com a terra e com o povo, Língua, representante de vidas, fez repercutir a sua voz e a sua força em meio aos meio-espacos que jamais poderiam ser ressignificados se não fossem as diretrizes humanas que fizeram ser lei. Os indivíduos de África, tal qual Língua, foram silenciados, viveram as crueldades da colonização, período no qual a identidade individual e coletiva foi marginalizada e os sujeitos viram-se envoltos ao deslocamento cultural e identitário em dimensões significativas.

De forma a compreender os ruídos deixados pela guerra, a personagem Língua transcorre a sua jornada no mundo dos homens por meio de pequenos entre-espacos, que lhe trouxeram sabedoria para resistir ao tempo e compreender a sua posição diante da imensidão dos dias.

### 3.2.3 “BEM, PARECE QUE TERMINEI”: o sonhador-mundo

“O tempo já não tem ontem nem amanhã. O tempo é submergido na dupla profundidade do sonhador e do mundo. O Mundo é tão majestoso que nele não ocorre mais nada: o Mundo repousa em sua tranqüilidade (sic). O sonhador

está tranqüilo (sic) diante de uma Água tranqüila (sic)” (BACHELARD, 1996, p. 166).

As dimensões contempladas pelo tempo tornam-se absolutas quando trazidas para a perspectiva de um mundo imaginado. Assim, o sonhador emerge por meio da confluência de vozes que habitam o seu espaço-nação e dialoga com as raízes periféricas situadas no entre-lugar, na intersecção dessas dimensões.

De modo pendular, essas dimensões são habitadas, muitas vezes, por espaços vazios de sentido e sem que haja a contemplação da racionalidade subjacente ao indivíduo. Diante de uma solidão justificada pela não observância da integralidade dos dias, o sujeito-sonhador dispõe de lacunas em sua jornada que só podem ser preenchidas se a inteireza do ser para o mundo puder ser remetida ao plano do sentido absoluto, transformando o mundo imaginado em algo sólido e plausível.

Algo de transcendente existe nesse processo, uma vez que a relação do homem com o tempo precisou, também, ser compreendida. As muitas realidades existentes e o próprio fato de a história da humanidade impor os limites da existência humana na sociedade fazem com que o sujeito-sonhador se questione o tempo inteiro da sua relação com o espaço em que vive. Logo, diante das tantas incumbências que o sujeito histórico carrega, o tempo das coisas distanciou-se do tempo das ideias, ou seja, espaços foram criados onde o indivíduo passou a viver para se encontrar, labirintos foram abertos e, de certa forma, fizeram a própria solidão se fazer necessária para que a dimensão da existência, e por que não da vividez, pudessem ser compreendidas. O lócus do espaço-tempo, assim, abrange a dimensão dos dias dentro dos labirintos constituídos pelo silêncio, onde a palavra - liberdade do homem – encontra-se em suspenso.

As desinências que se ligam à compilação que envolve a solidão são, na perspectiva de Octavio Paz<sup>21</sup>, um elo entre passado, presente e futuro, em uma linha temporal que desmistifica o tempo cronológico ao qual o homem vive preso, descentralizando-o. Ainda de acordo com Paz (2006, p. 188),

fomos expulsos do centro do mundo e estamos condenados a procurá-lo por selvas e desertos e subterrâneos do Labirinto. Além disso, houve um tempo em que o tempo não era sucessão e trânsito, e sim um minar contínuo de um presente fixo, no qual estavam contidos todos os tempos, o passado e o

---

<sup>21</sup> Labirinto da Solidão.

futuro. O homem arrancado dessa eternidade na qual todos os tempos são um, caiu no tempo cronométrico e se transformou em prisioneiro do relógio, do calendário e da sucessão.

Dialogando com tal perspectiva, recorre-se à teoria de Octavio Paz para entender que a solidão, como sentimento mais profundo e transformador do indivíduo, traz em si, de forma inerente, a passagem por encruzilhadas, as quais nos levam ao que pode ser chamado de labirinto da compreensão mútua. Nessa perspectiva, todo e qualquer caminho percorrido baseia-se nas relações estabelecidas, nas memórias adquiridas e nos desdobramentos que elevam o ser para a compreensão de si.

Passam por esse labirinto, ainda, todos aqueles sentimentos despertados pelo processo diante da solitude. Assim sendo, “a plenitude, a reunião, que é repouso e felicidade, e a concordância com o mundo, nos esperam no fim do Labirinto da Solidão (PAZ, 1996, p.175). É, pois, a concordância com o mundo imaginado que faz do sonhador-homem um transgressor do tempo e, por isso, a dialética do espaço torna-se raiz para a compreensão do ato de ser para o mundo.

Diante de tal circunstância, passa-se a olhar para as duas personagens centrais da obra *Biografia do Língua* por um viés unissônico, pois, embora tragam perspectivas distintas da compreensão que têm da vida, os dois unem-se nos espaços formados dentro dos labirintos da solidão, que são trazidos ao centro de discussão por Paz (2006).

Assim, a confluência de vozes que se atenuam na obra de Mário Lúcio de Sousa traz ao plano do real as incursões feitas pelas duas personagens para refigurar o plano imagético constituído durante os anos nos quais a supremacia europeia dominou o espaço africano. Além disso, pelo viés narratológico, são esboçadas as raízes que fizeram o indivíduo africano voltar os olhares para dentro de si a fim de compreender quais os signos que fizeram a África se projetar como nação. Pensando nisso, o que passa a vigorar é o entre-lugar surgido com toda a dinâmica de exclusão colocada em prática pelo colonialismo europeu.

O entre-espaço surgido trouxe consigo, ainda, a mútua sensação de quase pertencimento. É, pois, a partir desse sentimento que os conflitos identitários passam a ser resignificados por meio de vozes que ecoam a reformulação da história e do próprio tempo. Para que haja novas perspectivas de futuro, faz-se necessário, primeiro, repensar os próprios espaços nos quais o sujeito histórico passou a viver. Partindo dessas premissas, passa-se a refletir sobre o romance de Mário Lúcio de

Sousa a partir de três instâncias - o indivíduo, o tempo e o espaço -, haja vista que são justamente esses “novos” espaços que estão representados e que são revisitados pelo Senhor Condenado e por Língua.

Como primeira instância, avivam-se os laços de proximidade e intimidade que unem as duas personagens por meio da representatividade das desfronteiras imagéticas que esboçam uma realidade onde o homem, que observa, que contempla é, também, aquele que vive e se lança ao desconhecido para desarticular o que as fronteiras encadearam: um hiato histórico-temporal que desalinhou a civilidade humana. Diante de tal articulação de ideias, atribui-se o fato de a narrativa evidenciar a História de África de forma holística<sup>22</sup>, contemplando, dessa forma, a integridade e a particularidade de cada indivíduo, de cada comunidade, de forma clara, objetiva e humana. O Senhor Condenado e o Língua trazem isso à tona de forma muito evidente.

Os espaços habitados por eles, embora se encontrem, na narrativa, em desalinho com a dimensão temporal na qual cada um vive, entrecruzam-se por meio das diretrizes imagéticas por eles estabelecidas. Pela descrição fidedigna, o narrador mostra-se íntimo de Língua, embora não o tenha acompanhado de forma presente. A intimidade, surgida de forma cosmológica, possibilita ao narrador-condenado um lugar de espectador privilegiado, pois tem conhecimento de coisas bem sutis da vida de *Língua*, como o primeiro choro, os primeiros passos dados e até mesmo as primeiras sílabas proferidas, ou seja, algo que só alguém muito próximo saberia.

A biografia foi construída, assim, por relatos e uma coletânea infinita de ações que foram sendo apresentadas por outrem e que se mostravam, aos olhos do narrador, um tanto quanto embaralhadas, ou seja, foi criada para além daquilo que os olhos podiam ver. Dessa forma, trouxe ao centro de discussão a biografia de uma nação, que, em seu âmago, presenciou aquilo que o Língua trouxe à tona com as suas vivências, de jovem peregrino no mundo das incertezas e das descobertas.

A profundidade da relação estabelecida entre as duas personagens evidencia-se não só pelo intermêdio das ações de Língua, que são relatadas de forma íntima, mas, também, pelo fato de o Senhor Condenado conhecer seus gostos particulares e subjetivos a ponto de descrever também os seus sentimentos. Cita-se como exemplo o episódio em que o jovem Língua joga com alguns rapazes o jogo da paleta, que, segundo o narrador, ele adorava (Sousa, 2015, p. 130). E, não obstante a linha-tempo

---

<sup>22</sup> Termo usado no sentido de integral - contrário a algo reducionista.

que os fazia enveredar pelo mesmo plano narratológico, também o silêncio, igualmente, lhes era íntimo: um condenado, o outro injuriado - os dois com o silenciamento vívido em suas relações humanas.

O narrador-condenado referia-se a Língua como alguém que o compreendia, com quem dividia as suas dores e, diante disso, explicitava as nuances que atravancam o caminho do jovem e aquelas que lhe eram necessárias para compreender a dimensão maior das coisas. Conforme o narrador, “havia anos que o Língua não dirigia uma única palavra a outra pessoa, fora a si mesmo. Porém, estava feliz porque o silêncio para quem escuta é uma multidão sábia” (SOUSA, 2015, p. 223).

A narração detalhada, em que formulações sobre o próprio estado de ser são descritas, como o frio e o calor sentidos por Língua, além das suas alucinações na floresta (SOUSA, 2015, p. 236), faz emergir uma ligação entre dois seres agonísticos, que se distanciaram no tempo das coisas para transpor as suas inquietudes diante do mundo. E é nessa narração cheia de detalhes que os espaços entreabertos pela corrosão das guerras que lhes são impostas passam a ser preenchidos pelas memórias e vivências intrínsecas aos silêncios estabelecidos às personagens. Com efeito, é, pois, o

irracional que impõe a sua perspectiva através do canal extra-sensorial desse “silêncio” sugerindo a instalação de uma engrenagem que escapa ao controle da vontade humana - “destino, cruzar das fatais providências” (ABDALA JÚNIOR, 2003, p. 233).

Esse escape gera ressonâncias para além do espaço habitado na sua individualidade. Assim, o hiato temporal que desarmou as vicissitudes históricas projetadas em desalinho com a humanidade articulou o raciocínio humano para a reorganização das formas de se enxergar e propriamente pensar o projeto de nação. Não se trata, contudo, daquele projeto entregue à utopia dos signos contraditórios de esperança e liberdade e que se desmantelou quando as guerras travadas foram historicamente derrotadas pela ambição e desesperança<sup>23</sup>.

O projeto de nação aqui referido atém-se, outrossim, aos espaços ocupados que se projetam para fora dos muros da intolerância e da ambiguidade, constituídos

---

<sup>23</sup> Refere-se aqui aos movimentos pós-independência, articulados na Geração da Utopia e que culminaram na divisão de grupos formados por antigos revolucionários. MPLA, FRELIMO e UNITA são exemplos de grupos que se formaram e geraram conflitos cruéis e dividiram o povo africano.

durante os longos anos de dominação europeia. Por fazer um movimento circunscrito de dentro para fora das margens da caverna, como o próprio Língua fez durante longo período, o narrado, para desarticular a sua condição de condenado, de alguém deslocado e, para além disso, entremear o íntimo da sua nova morada, acaba por inserir, no contexto narrativo, a dialética do tempo, usando para isso a relação estabelecida com Língua quando lhe foi dada a ordem de oficializar a *Biografia*.

Assim como o menino nasceu com a façanha de falar, nasceu com ele um narrador. E o tempo, a partir daquele momento, já não era mais um marcador cronológico da passagem dos dias; o tempo também passou a ser reformulado. Cada novo dia da vida de Língua era também uma nova forma de vida para o narrador, de modo que, assim como Língua ia se desenvolvendo, tomando corpo e consciência, também o Senhor Condenado ia criando raízes na Falésia. Desse modo, evidencia-se o fato de que a materialidade histórica que circunda a obra transpõe para o mesmo plano a dinâmica na qual as duas personagens se abrem para o momento sólido e se permitem articular as ressonâncias identitárias que as unem.

A segunda instância interposta pelas figuras centrais da obra, assim sendo, gira em torno do tempo. Como um signo pragmático que se fortalece a cada cruzamento sólido estabelecido, a temporalidade passa a inscrever as ações diárias das duas personagens na simbiose narrativa que marca a obra de Mário Lúcio de Sousa, de forma extratextual. As duas personagens passam a coabitar os espaços projetados por meio de marcas temporais que delimitam as margens desconstruídas por ambos, embora apresentem ascendências de vida distintas.

Diante de tal afirmação, o que mais chama a atenção é o fato de que as duas histórias que figuram a narrativa envolvem-se em um manto de profunda reconexão com a terra, por meio da passagem dos dias. Esse envolvimento, perpendicular e assimétrico, por sua vez, rege a forma como a própria narrativa passa a ser construída. Ainda se está a falar de uma Biografia, contudo, se tem no tempo a dimensão holística do que as duas personagens representam para a construção diegética e, acima de tudo, para aquilo que define a obra como força representativa de unicidade histórica.

Já foi visto anteriormente que o narrador-condenado se lança ao sonho a fim de reprojeter o seu novo ímpeto de casa. Foi dito também que, para Língua, o seu não entendimento de casa, de pertencimento o fizeram voltar os olhos para um futuro que se abria por meio da passagem dos dias, pelos quais ele passou a tecer um caminho

não assimétrico. Dessa forma, passou a envolver a sua história, o seu passado em um tapete imagético que o levou para fora da sua zona de conforto e o fez seguir os trilhos da individualidade, calcados pelo silêncio e pela desconstrução de si.

Marca fundante para a compreensão da narrativa e da própria dinâmica das personagens, o tempo resplandece, aos olhos do leitor, de forma onírica, pois a oscilação entre o real e o imaginado é dinamizada por meio das personagens, que se projetam para além dos fatos narrados. Incapazes de recondicionar o tempo cronológico a sua maneira de viver, a razão - elo necessário de sobrevivência - fica enuviada pelas memórias e recorrências da ação do tempo não linear, motivo que os leva - Senhor Condenado e Língua - a se aperceberem, como já visto, das instâncias surgidas no terceiro-tempo. Essa construção dá-se por meio “do ato aumentativo pelo qual a imaginação ultrapassa a realidade. Aqui a imaginação opera, não somente sobre dimensões geométricas, mas ainda sobre forças, sobre velocidades — não mais num espaço aumentado, mas num tempo acelerado” (BACHELARD, 1998, p. 270). Esse tempo, cabe considerar, acelerado diante das circunstâncias históricas, transparece a conexão perpendicular existente entre Senhor Condenado e Língua.

Assim, de um lado, vê-se representada uma vida cheia de obstáculos e circunstâncias desafiadoras para a sobrevivência, nas quais a escravidão e a condenação à morte instauram a concretude dos processos históricos que delimitaram ao homem africano a condição de sujeito suspenso, de outro, o devaneio das ações do narrador, que se lança ao sonho em busca da compreensão da nova morada. A resposta dada por Língua a um silêncio imposto circunscreve o novo tempo histórico a ser buscado, permitindo, assim, a fuga da margem, transcendendo os limites temporais impostos pelos entre-lugares que figuram como um hiato na história de vida de cada indivíduo.

A respeito disso, estabelece-se que o sentido existente por trás da passagem temporal faz as personagens centrais da obra, ao longo da narrativa, evoluírem e se conectarem com o mundo no qual o existir para o tempo e para a vida é possível. Diante disso, a contínua evolução das personagens e da sua dinâmica com a territorialidade na qual vivem fá-los reinscrever a própria identidade dentro do novo processo epistemológico de reconhecimento de si e do coletivo de nação.

Para Benedict Anderson (1991), a força trazida ao centro para efetivar um espaço ou comunidade refere-se à consciência nacional, cujo resultado pragmático é a formação da nação. Na concepção do estudioso, comunidades imaginadas não se

referem a algo inventado e, portanto, inverossímil. De acordo com o autor, a ideia de comunidades surgidas com base na imaginação reforça o paradigma de que os movimentos sociais, baseados na voz e ação do povo, do sujeito histórico, se tornam cruciais para que o tempo tangencie o nacionalismo presente em todos os movimentos direcionados em favor da liberdade e da humanização dos indivíduos. Nesse sentido,

A ideia de um organismo sociológico atravessando cronologicamente um tempo vazio e homogêneo é uma analogia exata da ideia de nação, que também é concebida como uma comunidade sólida percorrendo constantemente a história, seja em sentido ascendente ou descendente (ANDERSON, 2008, p. 56).

Parte daí a ideia de que a relação com o novo espaço precisa ser compreendida como um fator de deslocamento identitário a fim de subsidiar novos pressupostos no reflexo das experiências humanas que confirmam ao homem a (trans)vivência necessária para a construção de um novo espaço-nação. Benedict Anderson (2008) teoriza, ainda, sobre o fato de os territórios externarem a força de certos “cruzamentos” de distintas forças históricas que ensejam a culturalidade e sua dimensão imagética voltada aos indivíduos que nela estão inscritos. Ou seja, faz pensar nos pressupostos históricos que se tornam evidência na obra de Mário Lúcio de Sousa, uma vez que são marcas elucidativas e necessárias no processo de construção identitária do espaço que é habitado pelas personagens de *Biografia do Língua*. O ser para o tempo abre-se, também, para a discussão do ser para o espaço, uma vez que “no limiar de nosso espaço, antes da era do nosso tempo, existem simultaneamente tomadas de ser e perdas do ser. E toda realidade da lembrança se torna fantasmagórica” (BACHELARD, 1998, p. 235).

De tal modo, é condizente afirmar que, na obra, as palavras do narrador refletem as ações de Língua; o seu tempo é a missão de vida de Língua. Ir contra o tempo das coisas e reprojeter o tempo-presente significa, para o narrador, instaurar novas diretrizes para que a desfronteira não mais se limite ao espaço em negação. E é justamente por meio do não se limitar que se evidencia a terceira e última instância de análise significativa da relação dialógica das personagens: o espaço.

Para Gaston Bachelard, é fato que o “sujeito falante está inteiramente contido na imagem poética, pois, se ele não se entregar a ela sem reservas, não entrará no espaço poético da imagem” (BACHELARD, 1996, p. 191). Logo, o fato de o campo de

consciência narrativa das personagens existir de tal modo faz o lócus narrativo d'A *Biografia do Língua* centralizar o lugar ocupado pelas personagens de forma a integrar o espaço poético da imagem referido por Bachelard dentro das circunstâncias discursivas do imaginário. Diante de tal perspectiva, adere-se ao fato de que o *modus operandi* dessa dialética gira em torno dos valores humanos que, no caso da narrativa, são a razão máxima de construção do tempo-espaço e sua significação. A esse respeito, vale enfatizar que a construção do espaço imagético aqui discutida visa a

determinar o valor humano dos espaços de posse, espaços proibidos a forças adversas, espaços amados. Por razões muitas vezes bem diversas e com as diferenças que comportam os vários matizes poéticos, são espaços louvados. A seu valor de proteção, que pode ser positivo, ligam-se também valores imaginados, e esses valores são, em pouco tempo, valores dominantes. O espaço compreendido pela imaginação não pode ficar sendo o espaço indiferente abandonado à medida e reflexão do geômetra. É vivido. E é vivido não em sua positividade, mas com todas as parcialidades da imaginação (BACHELARD, 1998, p. 196).

São justamente esses espaços que conferem à narrativa em questão a vividez representativa da nação africana. A reprojeção dos espaços habitados pelas duas personagens delimita as novas fronteiras de pensamento que se atravessam pelo território narrativo e circunscrevem o silêncio na malha imagética da ressignificação identitária a partir da compreensão do novo tempo-espaço, que se constituiu com base na força desse espaço do devaneio. Assim sendo, para analisar a

hierarquia de uma ontologia, para psicanalisar nosso inconsciente entrincheirado nas moradias primitivas, é preciso, à margem da psicanálise normal, dessocializar nossas grandes lembranças e atingir o plano dos devaneios que trazíamos conosco nos espaços de nossas solidões. Para tais indagações, os devaneios são mais úteis que os sonhos (BACHELARD, 1998, p. 203).

Foi, pois, por meio do devaneio do espaço que o narrador foi sendo constituído dentro de uma biografia não convencional e que levou ao plano do concreto a metodologia narrativa necessária para a convenção liquefeita do espaço como solitude. Isso se comprova com as ações sólidas das duas personagens que, mesmo estando em planos narrativos diferentes, se encontram na mesma sinergia.

O espaço, como plano de ação concreta e existencial, passou a ser explorado no momento em que Língua se tornou vertical para o mundo, ao se deparar com as suas possibilidades como sujeito no mundo, pois “quando nos movimentamos, movimentamos as coisas. Agora é que ia ser” (SOUSA, 2015, p. 45), ou seja, com a

postura se formando e a tamanha vontade de "existir", "adoptou duas pernas como duas aspas de tipografia, arranjou uma coluna erecta por si só e ficou com duas patas livres para aplaudir" (SOUSA, 2018, p. 46). A partir daí, passa-se a acompanhar o espaço por meio de duas vertentes, que, de forma quase simultânea, são apresentadas ao leitor.

Na obra, ao passo que Língua se coloca de pé e passa a explorar o novo ambiente, visto agora de cima, o narrador - já na Falésia - passa a contemplar a passagem do tempo por meio dos espaços percorridos e habitados não só por ele, mas, também, pelo povo falesiano e pelo próprio Língua. Assim, dentro da narrativa, a construção desse espaço dá-se por meio de um cruzamento não linear de circunstâncias.

O narrador, sujeito onisciente, acompanha tudo. Como sujeito contador de histórias, ao mesmo tempo em que elabora a biografia de Língua, também pontua as mudanças ocorridas na Falésia, as pessoas que ali vão criando raízes e as próprias mudanças e, de certo modo, passa a reformular a própria história. O Senhor Condenado reflete sobre isso ao afirmar que "estamos aqui a conviver como uns habitantes de um livro. Já nos conhecemos todos e nos tratamos como família" (SOUSA, 2015, p.78)

À medida que Língua vai se descobrindo como ser vertical e que tem muito a explorar, o narrador passa a narrar não só a vida de Língua mas, também, a evidenciar o seu estado de Ser no tempo-espaço. A sua posição diante do batalhão, como já mencionado anteriormente, é descrita com entusiasmo, assim como a descrição da sua nova morada - a Falésia -, a qual, embora ainda estivesse sendo construída dentro do seu imaginário, apresenta concretos detalhes de uma narração simultânea, em que a bifurcação histórica que separa as duas personagens é delineada pelo tempo e concretizada dentro do espaço habitado por ambas. A descrição detalhada traz Língua se estabelecendo no mundo, na sua realidade e descobrindo como o caminhar e o falar podem ser complicados, principalmente em um espaço marcado por injustiça, por guerras e confrontos identitários.

A obra de Mário Lúcio de Sousa converge, assim, por dois caminhos instintivos, diante dos quais a amplitude pragmática da narração esboça o tracejado de ações que justapõem duas histórias de vida necessárias de atenção: a do povo africano, que no espaço habitado com o pós-guerra se vê diante do dilema de recomeçar a

escrever a sua história e, nesse mesmo viés, a própria África que, como nação liberta, se vê diante da discussão acerca do espaço, aqui entendido como território-nação.

Destaca-se, nesse sentido, mais uma vez, Bhabha (2003), que teoriza sobre o surgimento dos entre-lugares, formados durante a dominação europeia e que culminaram em sujeitos densos, pendulares e híbridos. O fato de o Senhor Condenado estabelecer uma profunda relação com a Falésia e todo o povo que circula por lá comprova a ideia de que, a partir desse hibridismo, novos lugares de fala passaram a ser estabelecidos e o silêncio se fez voz. Essa perspectiva é apresentada pelo narrador, ao dizer que ele vai

percebendo pequenos câmbios. Os soldados, os graduados e o comandante já criaram os seus próprios métodos de ouvir. Não perguntam, não pedem esclarecimentos aos colegas, não se distraem. Posso dizer que, todos juntos, o condenado e os seus verdugos, estamos a criar a nossa própria harmonia, a nossa própria humanidade, se assim se pode dizer (SOUSA, 2015, p. 71).

Nada mais significativo pensar que a Falésia e a própria condenação do narrador evidenciam a necessidade de reconexão da harmonia do espaço habitado e a humanidade de cada indivíduo. Os câmbios sentidos pelo narrador foram incorporados nesse espaço, que, significativamente, colocou em curso uma visão multissistêmica do que a história, a partir dali, poderia significar. Por esse viés, faz-se pensar nas pequenas narrativas diárias que são contadas por aqueles que fazem essa história acontecer na sua inteireza e que reconduzem o espaço habitado a uma consolidação identitária significativa e representativa de vida. Língua, na obra de Mário Lúcio de Sousa, representa todas essas histórias. Ele ressignificou o espaço no qual “aprendeu a caminhar”. E os espaços por ele percorridos são muitos: primeiro, o espaço materno, o ventre da mãe, que lhe foi abrigo e proteção; em seguida, aprendeu a entender que o chão serviria de base para a sua existência humana; nos barracões, junto dos escravos, percebeu quão cruel o homem pode ser, mas também conheceu a amizade e a generosidade; nas plantações, criou a convicção de que é preciso muito trabalho para que a liberdade seja uma constante; e, na solidão da gruta, anos mais tarde, reconectou-se, por meio do silêncio, com o espaço interno, quase como o colo de mãe, que lhe abriu os caminhos do mundo.

Para o Senhor Condenado, não foi muito diferente. Não se sabe como foram os primeiros anos de sua vida, mas que, por algum motivo, o destino o levou para aquela Falésia como um condenado de guerra. E, nessa condição, ficou conhecido e

passou a habituar-se com o único espaço que lhe era cabível. Nas muitas reflexões que fez ao longo dos quase cento e noventa e cinco anos em que foi um condenado-narrador, deu-se conta de que

tudo indica que o mundo já sabe de mim para além da fronteira desta ilha. Pela quantidade de gente que aqui vejo, lá embaixo não deve ter ficado ninguém. Esta Falésia já virou um povoado e a cada hora que passa chega mais gente: vejo alguns portugueses reformados acompanhados de seus amigos espanhóis e de outros mercadores de lugares distantes, vejo gente estranha com os seus mais insubstituíveis animais de estimação, desde javalis, araras, até macaquinhos. É um cenário incrível: vejo gente antiga a receber gente nova, gente sentada a dar lugar aos que já não podem manter-se de pé, vejo gente incrédula, gente manifestamente apanhada pela magia da história, todos fundidos como se estivessem a viver dentro de uma mesma casa há um século. Confesso que estou a assistir ao nascimento de alguma coisa que nunca antes existiu na face da terra. Sinto o brotar de uma comunidade da mais encantadora façanha histórica. Assisto à vida no seu pulsar mais renovador. Que paradoxo, exactamente aqui neste lugar, que devia ser de morte (SOUSA, 2015, p. 80).

E o espaço é significativo, pois, como bem coloca o narrador, a vida ali pulsava, era renovada. E foi pelas travessias colocadas em curso pela personagem *Língua* que o sentido passou a existir na vida de cada novo sujeito que naquela Falésia aparecia. A vida fez-se verbo por meio da narrativa de percurso inscrita por Língua. O espaço, nesse sentido, seja pelos caminhos percorridos ao longo da história - representados por Língua –, seja pelo único lugar ocupado, de consciência e voz – representado pelo Senhor Condenado –, constitui a reconstrução de toda uma nação. E a resignificação transformou vidas e construiu pontes, tão necessárias para que as travessias novamente fossem possíveis. Assim, é possível afirmar que, na narrativa *Biografia do Língua*,

o espaço é tudo. porque o tempo não mais anima a memória. A memória — coisa estranha! — não registra a duração concreta, a duração no sentido bergsoniano. Não se podem reviver as durações abolidas. Só se pode pensá-las na linha de um tempo abstrato privado de toda densidade. É pelo espaço, é no espaço que encontramos os belos fósseis de uma duração concretizados em longos estágios. O inconsciente estagia. As lembranças são imóveis e tanto mais sólidas quanto mais bem espacializadas (BACHELARD, 1998, p. 203).

A narrativa reflete a história de África, por meio de uma consciência metafórica traduzida pelo narrador-condenado dentro do novo espaço-nação que foi sendo formado. Ao mesmo tempo, a personagem Língua figura essa consciência metafórica por meio daquele que ganhou vida. Trata-se de caminhos que foram sendo trilhados

e que carregam consigo, nos passos dados, nas travessias feitas, as dores da guerra, o silêncio imposto, a palavra retida, o verbo que não se fez agir. Nas palavras do narrador - condenado à morte - a África viveu, andou, ergueu-se pelo verbo da resistência. O silêncio, embora ainda presente, alcançou outro sentido: silêncio de quem contempla, de quem respira e, a cada novo passo, de quem escreve uma nova história.

A *Biografia do Língua* transcende o tempo e incorpora um novo espaço de existência, conferindo à existencialidade temporal novas dimensões espaciais! E, assim, a África, viva, que reluz e caminha sempre, vive um pouco em cada um daqueles que junto dela caminham. Tal qual o povo da Falésia, a contemplar a nova casa, a humanidade também aprendeu. E, ao não tardar, relações foram criadas e uma só biografia, de fato, foi construída: a dos indivíduos de África, que se ressignificam e inscrevem uma nova história de modo que o narrador e Língua remetem a uma única caminhada.

### **3.3 Entre buganvílias e gatos, onde mar e silêncio prosperam: *O Requiem para o Navegador Solitário*, de Luís Cardoso**

As constantes travessias colocadas em curso ao longo da história foram, muitas vezes, sinônimo de um obscuro devaneio na busca pelo desconhecido. Essas travessias, por vezes impostas, em outras necessárias, tornaram-se responsáveis por grandes revoluções. Por volta de 1512, as primeiras embarcações portuguesas cruzaram os espaços da remota ilha de Timor, atraídas, principalmente, pelo sândalo, mas visando à instalação de missões religiosas. A travessia colocada em curso, nesse caso, refletia-se na busca incessante por novos territórios e poder.

A chegada à ilha, figurando uma travessia seca e sem grandes perspectivas, transformou aquele espaço em um ponto estratégico de paragem para diferentes embarcações durante a migração. Timor-Leste, vale destacar, ocupa a parte oriental da ilha de Timor, no Sudeste Asiático, e sua única fronteira terrestre é a Indonésia. Assim sendo, sem demonstrar grandes interesses políticos pela ilha, os portugueses usaram-na como ponto de refúgio e trocas comerciais.

No curso da história, espaços como o Timor-Leste – lugar distante e, de certa forma, considerado místico – foram sendo estudados e descritos por pesquisadores e viajantes que se lançavam ao chamado “desconhecido”. Assim como no continente

africano, em que os espaços foram sendo, ao longo do tempo, ocupados, o Oriente passou por processo semelhante. Com algumas ressalvas, contudo.

Visto como um lugar inóspito, sem referências, o europeu foi se “aventurando” por aquelas terras desconhecidas, descrevendo, a seu modo, as impressões acerca daqueles espaços. Como resultado, surge uma grande onda de textos e relatos que se transformaram em um verdadeiro mar de ideias difusas e, de certa forma, equivocadas. O Oriente era praticamente uma invenção europeia e fora, desde a Antiguidade, um lugar de episódios romanescos, seres exóticos, lembranças e paisagens encantadas, experiências extraordinárias (SAID, 2013, p. 27). Essa invenção transformou o Oriente em uma espécie de espaço “habitável”, onde a exploração se fazia necessária. Essa ocupação foi consolidada e levou inúmeros escritores e estudiosos a buscarem no Oriente recursos para uma ascensão da demagogia ocidental. Por meio de discursos escalonados e reducionistas, o lugar do “outro” foi sendo dissolvido no curso da história como o (des)conhecido, intangível e, sobretudo, inferior. Said (2013, p. 27) destaca, nesse sentido:

Os americanos não sentirão exatamente o mesmo sobre o Oriente, que mais provavelmente associarão ao Extremo Oriente (principalmente à China e ao Japão). Ao contrário dos americanos, os franceses e os britânicos – e em menor medida os alemães, os russos, os espanhóis, os portugueses, os italianos e os suíços – tiveram uma longa tradição do que vou chamar de Orientalismo, um modo de abordar o Oriente que tem como fundamento o lugar especial do Oriente na experiência ocidental europeia. O Oriente não é apenas adjacente à Europa; é também o lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias europeias, a fonte de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma de suas imagens mais profundas e mais recorrentes do Outro.

O Orientalismo, portanto, longe de ser uma simples ideia ou teoria, torna-se uma “instituição” dinâmica e articulada que faz uso dos recursos exploratórios para, de forma justificada, no ponto de vista ocidental, impor-se sobre o outro. Said (2013, p. 74) afirma, nesse sentido, que

o orientalismo reforçava o conhecimento indiscutível de que o Europa ou o Ocidente comandava realmente a maior parte da superfície da Terra, e esse conhecimento o reforçava. O período de imenso progresso nas instituições e no conteúdo do Orientalismo coincide exatamente com o período de expansão europeia sem paralelo.

Nesse contexto de expansão, a ilha de Timor passa a ser uma sagaz linha de transposição de soberania. “O oriental é irracional, depravado, infantil, ‘diferente’; o europeu é racional, virtuoso, maduro, ‘normal’” (SAID, 2013, p. 73). Por conta disso,

principalmente, a partir da chegada dos portugueses, a ininterrupta movimentação e o desmonte da organização social que ali existia fizeram com que a ilha se transformasse em um pêndulo cultural e político em que a centralidade da existência humana se esvaiu. A religião católica instaurou-se com força e a língua portuguesa passou a substituir – embora não totalmente – o *tétum*, língua local, o que fez resultar, assim como em outros territórios dominados pela colonização portuguesa, sujeitos suspensos.

Aquele espaço, isolado e pouco atrativo, foi abandonado ao acaso pelos portugueses. Após quase cinco séculos de ocupação territorial, sua exploração já não era mais lucrativa e o interesse no desenvolvimento econômico era inexistente, transformando-se, por conta disso, em uma terra de ninguém, em que deportados e ex-combatentes eram deixados para viver à própria sorte, ou seja, “um depósito de esquecidos, uma ilha-prisão cercada pelo mar infestado de tubarões e de piratas em busca de pérolas, pedras preciosas e de gatas, donde ninguém podia fugir.” (CARDOSO, 2009, contracapa).

Não bastasse a colonização portuguesa causar uma grande ruptura no âmago do espaço asiático, transformando a terra ocupada em um depósito de gente, o pós-independência, que ocorreu em meados de 1975, após a Revolução dos Cravos em Portugal, trouxe consigo a cruel realidade de um país esquecido no tempo e no espaço. Logo após a conquista da independência, Timor-Leste foi invadido pela Indonésia, que, por sua vez, instalou um duro regime militar, marcado pela violência. A fome instaurou-se. A guerra também! Milhares de pessoas foram mortas e a terra tornou-se estéril. Divisão, supressão e negação do outro foram ideias impingidas que fizeram de Timor um ponto quase cego no meio de um mar sem fim. Nesse sentido, a ocupação de Timor remete ao que aconteceu com os países africanos, em que a colonização, sob o discurso de civilizar e conquistar, interrompeu, de forma catastrófica, o curso natural do tempo e da vida. Por conta disso, pensando em toda a ideia negativa lançada sobre o Oriente,

dizer simplesmente que o Orientalismo foi uma racionalização do regime colonial é ignorar até que ponto o regime colonial foi justificado de antemão pelo Orientalismo. Os homens sempre dividiram o mundo em regiões que possuem diferenças reais ou imaginadas entre si (SAID, 2013, p. 72).

As diferenças imaginadas estabelecidas, assim como a divisão sistêmica colocada em curso por uma cultura dita superior e autêntica fizeram com que as

guerras se mesclassem com a história do sujeito timorense. Servindo como um trampolim para australianos, japoneses e portugueses, em meio a guerras e disputas de poder, a ilha passou a ser um ponto de fuga, sombras e silêncios atenuados. Certamente, a ilha tem sua história para contar; passou pela revolta de Manufahí, pela Segunda Guerra Mundial, pela ditadura e o caos. Toda essa história serviu de pano de fundo para um ilustre morador ou nativo ou, então, sujeito que nasceu entre fronteiras, em uma terra híbrida, marcada pelas travessias colocadas em curso. É “nesse sentido que a fronteira se torna o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente em um movimento não dissimilar ao da articulação ambulante, ambivalente” (BHABHA, 2003, p. 24).

De um ponto excepcional, como alguém que vive fora do lugar, vivendo na diáspora, tendo deixado Timor para conduzir seus estudos em Lisboa, Luís Cardoso, ao lançar *Requiem para o Navegador Solitário*, esculpe, nas linhas embevecidas de seu livro, as fronteiras dialógicas da história de sua terra. A ilha de Timor ressurge na obra de Cardoso por meio de uma mistura sutil entre os discursos ficcional e histórico em que ele mesmo se constituiu.

Em *Requiem para o Navegador Solitário*, lançado em 2007, como em um hiato no tempo, a história de Timor entrelaça-se às muitas travessias feitas pelos sujeitos que ali figuram, os quais usam dos seus silêncios e de suas memórias para compor uma narrativa recente, de angústia e ruptura social. É em meio a esse contexto que entram em cena as travessias da personagem Catarina.

### 3.3.1 Bons olhos a vejam – flores para Catarina

O monte Manumera! A escalada do mais alto monte pode se revelar um tanto quanto árdua quando o peso carregado nas costas é o de uma alma em conflito. A subida íngreme e sinuosa é acalentada pela expectativa da chegada. O desconhecido serve como impulso, afinal, “nem tudo o que se pode ver está descoberto. A névoa e a sombra ainda pairam sobre as pedras que enfeitam o cabeço das montanhas” (CARDOSO, 2009, p. 15). O monte Manumera, na ilha do príncipe encantado, fez de Catarina uma aprendiz do tempo. Foi no monte, na obscura fuga de si, que ela contrariou um destino que já lhe tinha sido imposto. A subida ao monte tornou clara a sua visão sobre a vida e o que a ilha, tão bagunçada e colocada em seu caminho de forma clandestina, representava. Catarina, resiliente em suas memórias, apresenta o

seu mundo por uma perspectiva icônica. Em *Requiem para o Navegador Solitário*, é por meio das memórias da personagem Catarina que o campo imagético se envereda, que o real e o imaginário se misturam à ideia de uma veracidade líquida e transcendente, em cujo contexto história, ficção e tempo se irradiam.

Menina inocente, instigada pela literatura e fã de Alain Gerbault, acredita na chegada de seu príncipe encantado. Criada sob os preceitos de uma família que preza pelo sucesso e prosperidade do lar, Catarina sofre a imposição da dura realidade do deslocamento. Em suas palavras:

Todas sonhamos que os nossos príncipes encantados vêm de muito longe. Foi esse o enredo que os meus pais, comerciantes de Batávia, me fizeram acreditar e com o que teceram minha vida. O fato de me prepararem para fazer alguém feliz arrepiava-me, dado que a felicidade é uma procura constante, como quando alguém me diz que nada é definitivo (CARDOSO, 2009, p. 16).

A jovem provém de uma família que traz em seu cerne a existência fronteiriça, haja vista que o pai, chinês, amante dos negócios, “para baralhar o enredo optou por ser cristão quando casou” (CARDOSO, 2009, p. 18). A mãe, por sua vez, seguindo os vetores que compreendem a materialidade histórica, traz em sua progênie a desconstrução identitária colocada em curso pela colonização. Para Catarina, a mãe era “uma bela mulher, fruto de uma relação entre uma crioula e um governador colonial” (CARDOSO, 2009, p. 18). Cabe destacar que a narrativa perpassa as facetas periféricas instituídas pela colonização, atendo-se ao período em que Salazar imperava em Portugal: primeiro, com a expansão marítima, em seguida, pela ditadura salazarista e o contexto da Segunda Guerra Mundial. A ilha sempre esteve, pois, à deriva na história, assim como, por longo tempo, Catarina também.

A jovem é inicialmente confrontada com Alberto Sacramento Monteiro, capitão do porto de Díli<sup>24</sup> e fazendeiro de café, que coloca em curso um negócio com os pais da moça. O homem, de postura elegante e poucas palavras, sela a empreitada, elogiando a “gata de jade”, entregando-lhe um estimado felino. Após esse ato e firmada a parceria, Alberto Sacramento esvanece. A essa altura, como forma de selar a sociedade entre os pais e o estranho capitão, a jovem sonhadora é colocada na jogada, de forma velada. De acordo com o narrador,

Há um costume tailandês de oferecer aos noivos no dia do casamento, um

---

<sup>24</sup> Capital de Timor-Leste, situada na costa norte.

gato Korat, cujo nome significa “Boa Sorte”. Apressou-se a justificar o seu gesto como sendo uma formalidade, na medida em que se ia realizar naquela casa um casamento entre duas firmas (CARDOSO, 2009, p. 21).

A clandestinidade do casamento anunciado envolvendo a empresa-mulher dissolve a eloquência do próprio ato de existir. A entrega de um gato, como uma alegoria concreta dessa união, embora simbólica, dentro dos parâmetros da cultura, mostrar-se-á seladora de um destino cruel, de violação e ocupação do ser. Que boa sorte há de haver na união muda de sentido? A vida de Catarina, a partir daquele momento, transforma-se em um redemoinho. As suas paixões, vontades e opiniões são obscurecidas e ignoradas, assim como a sua inocência. De forma sutil, quase ingênua, ela é silenciada, o que coloca em curso uma demorada e dolorosa travessia.

A partir daí, toda uma questão identitária passa a ser considerada. De família cristã, que valoriza a boa conduta e os bons costumes, Catarina foi criada seguindo uma educação europeia. A referência à Europa apresenta, pois, o curso da história discutido na narrativa, de forma que os preceitos europeus são considerados superiores, quase como idolatrias a serem seguidas. O Oriental, representado pela família de Catarina, incute a alcunha de uma nação que cresceu na sombra de uma supremacia europeia. A notoriedade orientalista, com toda a sua cultura milenar, parece se encolher diante daquilo que o poderio europeu, figurado na obra de Cardoso por meio de Alberto Sacramento, representa (ou fez representar). A visão de si mesma traz a personagem Catarina ao centro da discussão acerca dos aspectos socioculturais que envolvem o Oriente, simbolizando um requiem às avessas. Nas palavras de Catarina:

Saber línguas estrangeiras, ler os clássicos, tocar piano e admirar Debussy, um sortido de extravagâncias para ornamentar uma excelente carta de apresentação. No fim, seria a perfeita união entre duas culturas. A asiática representada pela minha pele de seda, os olhos rasgados, os cabelos pretos e a minha postura como deusa ou a de uma gata, e a europeia entendida na forma sedutora como poetas, pintores e músicos a representam, uma bailarina dançando ao sabor da cadência das palavras sussuradas (CARDOSO, 2009, p. 17).

Assumindo essa dicotomia já estabelecida entre o “nós” e o “eles”, “como um retrato ideológico” (SAID, 2013, p. 399), a história de vida de Catarina começa a ser (re)significada já naquele momento. Isso, destaca-se, não se dá por opção, mas por uma demagogia ilícita que representa a sistemática da ocupação, em que se observa

uma identidade forjada, corrompida pela contradição. Para Eni Puccinelli Orlandi (2007, p. 55), a

identidade – que exige coerência, unicidade, heterogeneidade disciplinada – produzida por nossa relação à linguagem nos torna visíveis e intercambiáveis, como sujeitos. Ao contrário, por sua relação com o silêncio, o homem se remete à continuidade, à contradição, à diferença, às rupturas, ao absoluto e à indistinção.

A noção de sujeito suspenso, em que a fluidez da história se mescla à passagem do tempo, mostra-se com força à medida que Catarina vai trazendo à tona as suas memórias, as quais habitam o campo da significação. É em suas memórias, aliás, que, seguindo a ideia de sujeito em ruptura colocada por Orlandi (2007), se percebe o silenciamento. A partir do primeiro encontro com o capitão do porto, o silêncio já se faz presente na vida de Catarina, uma vez que ela é emudecida diante dos olhares insistentes que lhe são lançados e começa a se deparar com rupturas que a perseguirão durante toda a sua trajetória. Na narrativa de Cardoso, circunscrita em um triângulo imagético - Catarina, o mar e a Ilha - acompanha-se a transição identitária de Catarina, por meio das contradições com as quais a personagem se depara. Em conformidade com a própria situação criada pelo pai, Catarina é lançada ao mar para ir ao encontro da ilha de Timor. O espaço-passado, nesse contexto, é involuntariamente exposto de forma irrisória.

Ao receber um gato do capitão do porto, “como sendo uma formalidade, na medida em que se ia realizar naquela casa um casamento entre duas firmas”, (CARDOSO, 2009, p. 21), Catarina viu-se noiva de um sujeito estranho que nunca mais lhe procurou. A dualidade desse casamento escancara ainda mais o silenciamento incutido à jovem Catarina. A parceria estava firmada, o capitão do porto, que se fez presente no lar da moça e de sua família por poucos momentos, já se sentia dono do que para ele era uma alegoria, um objeto de sua proeza. Nos processos colonizadores colocados em curso por Portugal, destaca-se, a objetificação dos sujeitos foi uma das práticas mais cruéis já perpetradas. A ideia de que o “outro”, o “descoberto”, é inferior foi disseminada pelas potências europeias mundo afora. O viajante “perguntou pelo nome da peça que meu pai disse chamar-se Catarina” (CARDOSO, 2009, p. 21). Aos olhos do próprio pai, a personagem é, também, naquele momento, um objeto decorativo, tal qual a peça de jade que ele, orgulhosamente, empunhava. O pai, aliás, como já ficou evidente, era um homem de negócios, o que,

naquele momento, mais lhe interessava, de modo que Catarina é objetificada, silenciada em meio à empreitada duvidosa.

De início, aquela parceria parecia funcionar, embora nenhuma notícia sobre a real situação tivesse chegado. Com o passar do tempo, os negócios na fazenda Sacramento começaram a andar à marcha lenta; o capitão havia sumido e as plantações de café foram afetadas de forma a comprometer a sociedade firmada. A jovem, sem que tivesse escolha, foi, então, enviada à cidade de Díli, na remota ilha de Timor, para apurar a situação da fazenda e verificar se o acordo feito entre o pai e o capitão do porto estava de fato selado. Foi, pois, assim, que

o velho chinês, na ausência de notícias do parceiro, resolveu fazer-lhe uma surpresa. [...] Em segredo foi preparando minha viagem para Díli. Quis certificar-se do verdadeiro estado da calamidade. Ver para crer foi sempre seu lema. Nada melhor que os bonitos olhos da filha. Depositou em mim uma confiança absoluta como se esta fosse a prova da minha vida (CARDOSO, 2009, p. 24).

Antes ainda da “apresentação oficial como noiva de Alberto Sacramento” (CARDOSO, 2009, p. 22), Catarina vai para Díli na esperança de resolver os problemas da família, vislumbrando, também, o encontro com o seu príncipe prometido: “Na altura não adivinhava o que o futuro me reservava. Nunca me ensinaram a gerir um negócio. Nem eu estava talhada para isso. Mas a possibilidade de me encontrar com o meu noivo levou-me a aceitar a tarefa” (CARDOSO, 2009, p. 24).

A chegada a essa terra desconhecida não se assemelhava em nada com o que ela antes havia vislumbrado. Catarina não dispunha de informações sobre o novo espaço a ser habitado. Ela foi irradiada por sentimentos aventureiros – e encantados – que, de forma furtiva, a levaram a certo devaneio temporal. Tal um rastro no tempo, Catarina lançou-se ao mar em busca do desconhecido, como forma de satisfazer as angústias do pai e, de certa forma, as suas também. Com a alma em conflito, prostrou-se em sua real travessia, cruzando o horizonte e o mar, tal qual uma utopia, que, por mais que se busque, nunca se alcança, e aportou em Díli,

uma terra cheia de pântanos e de crocodilos, infestada de mosquitos e de malária, para onde os portugueses destacavam os seus funcionários caídos em desgraça, com a incumbência de tomarem conta de outros conterrâneos, ainda mais desgraçados, para lá enviados em degredo após terem sido considerados desordeiros públicos (CARDOSO, 2009, p. 19).

Como mais uma em meio a tantos deixados por aquelas bandas, a personagem compreendeu, naquele momento, que a viagem colocada em curso por uma vontade não sua perpassava o campo da razão. Deparou-se, então, com a brutalidade do desencontro: a fazenda estava praticamente abandonada e o esperado noivo não estava lá. Cercada de incertezas e servindo como depósito de gatos, a realidade, criada sob o escopo de uma tessitura palpável, mas fantasiosa, cai-lhe com o amargor da perda:

O primeiro gato trouxe-me o estrangeiro que julguei ser o meu príncipe encantado – todas sonhamos que os nossos príncipes vêm de muito longe. Foi esse o enredo que os meus pais, comerciantes de Batávia, me fizeram acreditar e com que teceram a minha vida (CARDOSO, 2009, p. 16).

Como uma gata de jade lançada ao vento, já nas primeiras impressões, Catarina depara-se com o cruel destino que a esperava. Nascida e criada em Batávia<sup>25</sup>, a jovem sonhadora chegara cheia de expectativas ao porto de Díli, na remota ilha de Timor. Contudo, a vida da menina ganhava, ali, novos rumos...

### 3.3.2 Solitária travessia – nada acontece de novo pelas bandas do mar

A bordo de um cargueiro, o navegador solitário desvenda o mundo. Por meio da correnteza, sem rumo certo, vai sendo envolvido pela imensidão das ondas. A travessia é certa. O destino, contudo, vai sendo traçado. O mar impõe o ritmo e, em silêncio, o solitário navegador vislumbra o horizonte. Alcançá-lo não é o objetivo maior. Transcendê-lo, talvez. Mas, no final das contas, é a travessia, e só ela, que importa.

O constante navegar fez-se presente, desde muito cedo, na vida dos moradores da pequena cidade de Díli. Catarina foi se apercebendo disso a cada novo rosto que via, a cada olhar desconfiado que recebia. Antes mesmo de colocar o pé na ilha, a moça já era esperada, comentada, como se a sua alma já tivesse sido ocupada:

Cheguei à cidade de Díli a bordo de um cargueiro holandês, num entardecer explosivo, numa mistura de cores entre o amarelo e o vermelho, que me parecia anunciar uma catástrofe bíblica. O chefe da alfândega deu pela minha chegada mesmo antes de ter lhe perguntado pela sede da firma Seda Pura e Prosperidade. Ouvi uns murmúrios sobre a minha beleza ou qualidades de grande sedutor do capitão porto (CARDOSO, 2009, p. 25).

---

<sup>25</sup> Atual Jacarta, capital das Índias orientais.

A chegada não foi glamorosa, muito menos receptiva. Olhares furtivos e especulações baratas prosperaram o caminho de Catarina até a sua, enfim, chegada à suposta sede da firma Seda Pura e Prosperidade. O desapontamento de chegar ao destino e deparar-se com um casamento distópico “sem vestido de noiva de seda pura e branca, grinalda e damas de companhia” (CARDOSO, 2009, p. 28) adentra o espaço do simbólico, uma vez que, embora a varanda lhe pareça bela, a casa não tinha sentido de existência. Nela não havia móveis, nem gente, nem vida, muito menos o esperado príncipe encantado. Tal qual a casa, estava Catarina, em recusa de “existir”. No decorrer da obra de Cardoso, o leitor adentra os aspectos miméticos da narrativa, na qual a personagem se transveste de sentido para compor a reescrita de sua vida. É na casa, na chegada à ilha, que Catarina deixa o seu “existir” para trás. É nesse momento que os seus conflitos – ainda adolescentes – misturam-se com os da própria ilha. As duas – ilha/mulher – perdem sua liberdade de ser; são ocupadas!

Para Carmen Lucia Tindó Secco (2011, p. 52),

Quando alguém sofre um abalo profundo, perde um parente ou a liberdade, há, em geral, um descentramento, um “estar à margem”, situação geradora, no âmago do ser abalado, de profundas indagações existenciais ou de outras ordens. De acordo com a teoria dos afetos, a liberdade é análoga aos desejos humanos. A perda dela quase sempre desencadeia a manifestação de afetos que vão levar o sujeito que os sente a repensar a sociedade e a vida.

O descentramento faz com que o indivíduo não se reconheça como pertencente a determinado grupo ou espaço. No caso de Catarina, como se verá mais adiante, ela não se encaixava mais em seu antigo lugar, que passou a ser (re)significado. É, nesse sentido, por meio do descentrar-se que o sujeito se (re)constrói, empecido pelo abalo identitário. Nessa lógica, para se compreender a travessia de Catarina, faz-se necessário referir um conceito-chave: o lugar fronteiriço ocupado pela personagem. Isso se deve tanto pelo choque cultural colocado em curso, com a saída de Batávia e a chegada à ilha, como pela ocupação de um não lugar, habitado de sentido, mas também de silêncio - sentido, por usar a nova situação vivida como uma chance de se reconstruir; silêncio, por se deslocar no tempo e no espaço sem amparo e com a consciência de estar só. Consoante Bhabha (2003, p. 27),

o trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado refigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do

presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver.

Com a chegada à ilha, o passado da jovem ficou para trás, compilando o espaço-passado à zona do “não dito”, corroborando a fronteira do silêncio e do esquecimento (POLLAK, 1989). Assim, a liberdade da personagem Catarina foi perdida, de forma sinuosa e velada: primeiro, com uma jogada clandestina que a colocou como moeda de troca; depois, pela travessia dilatada por águas turvas que a levaram a uma ilha que não lhe trazia perspectivas. Porém, a sua situação fronteiriça, o embate ideológico e o confronto com a ilha incutiram na personagem a necessidade de fazer viver, ou seja, o passado não era mais opção; a dura realidade a sua frente, sim. Dessa forma, por meio de memórias, silêncios e lembranças, o carrossel de Catarina manteve-se a girar. De acordo com Bhabha (2003, p. 24), “É nesse sentido que a fronteira se torna o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente em um movimento não dissimilar ao da articulação ambulante, ambivalente.”.

O espaço-presente passou a ser habitado por Catarina, seguindo a premissa do exílio, marca registrada da ilha. A representação do local de fala da personagem - como moradora da ilha Timor-Leste - configura o vetor de partida para as percepções antagônicas dispostas na narrativa de Cardoso. A obra traz à tona não somente a história de Timor em si, mas, fundamentalmente, a “coexistência” naquele espaço. Como já visto anteriormente, no processo de ocupação colocado em curso pelos portugueses, a ilha, por ser um local de paragem, acabou por se tornar um pêndulo de sujeitos em suspenso. Por ser longe, geograficamente, da metrópole portuguesa, essa suspensão do sujeito tornou-se significativamente rígida. Ali foram passando indivíduos, por vontade ou por obrigação, que foram sendo deixados, esquecidos, mesclando uma tertúlia paramentada por injúrias e distopias com a rigidez do exílio. Catarina aportou “numa ilha que mais parecia um navio ancorado no fim do mundo, onde nada havia para fazer e tudo estava por fazer, doce encanto dos territórios do além-mar” (CARDOSO, 2009, p. 43).

Presas como uma âncora, as longas tertúlias no Hotel Salazar possibilitaram a Catarina adentrar, de fato, na vida dos moradores da ilha timorense. Foi já na sua chegada, após a sua calamitosa visita ao “escritório” da empresa do noivo, que a moça foi desvendar os mistérios que rondavam a sua imaginação. O Hotel Salazar, então, passou a fazer parte da rotina da personagem. Ali, por meio de conversas com o

gerente e outros ilustres moradores, Catarina ficava a par das notícias que circulavam pela cidade.

Junto dessa figuração de personagens, entra-se, também, em contato com processos históricos recorrentes na obra de Luiz Cardoso. Inicialmente, destaca-se o nome do principal hotel ali existente - Hotel Salazar -, fazendo referência ao ditador português que comandou a pior e mais cruel fase da colonização. Além de Sir Lawrence, “um próspero comerciante, natural de Bengala, estabelecido em Timor há vários anos, com negócios de madeiras preciosas e uma farmácia, que também exercia as funções de dentista” (CARDOSO, 2009, p. 30) e Rodolfo Marques da Costa, “natural de Algarve, de uma pequena cidade chamada Silves” (CARDOSO, 2009, p. 36), três outras personagens também engendram a relativização do espaço-ser de Catarina: Indian Jones, José António Lavadinho e Malisera.

Indian Jones - também conhecido como Busa Metan - é o capacho do capitão do porto, aquele que persegue Catarina por ordens de Alberto Sacromonte:

Indian Jones dispunha de uma frota de viaturas de todo o terreno que alugava aos comerciantes de café que queriam deslocar-se aos sítios mais distantes, onde mesmo os pequenos garranos autóctones só iam obrigados pelos respectivos donos. O homem, fazendo gala do seu sobrenome, aceitava todo o tipo de serviço (CARDOSO, 2009, p. 34).

A autoridade portuguesa, na figura de um ordenado de Salazar, é representada por José António Lavadinho, que representa a personificação homogênea da colonização. Como de praxe, não podendo fiscalizar por conta própria os espaços dominados, o governo salazarista impunha a tarefa a homens como Lavadinho - importunos e intoleráveis - para inspecionar os negócios e a “civildade” dos sujeitos. Por fim, o misterioso administrador, morador de Manumera, uma das figuras representativas do que se pode chamar de raiz timorense, ainda que o “elemento nativo pouco é [seja] representado, a não ser por Malisera, líder de um grupo organizado de resistência escondido no monte Manumera” (PERROT; CONTE; KUNZ, 2018, p. 287).

O hotel, portanto, serve de refúgio para que a personagem compile a ambivalência que habita a ilha-mulher. É no hotel, ainda, que Catarina se apercebe das máculas dialéticas que conferem à ilha o *locus* fantasmagórico e fronteiro. Em sua espontânea observação, a personagem reflete sobre a tamanha confusão de gente e línguas que paira sobre aquele espaço longínquo:

Tal confusão de línguas parecia ser uma pequena amostra do que seria uma babel. Ou talvez um bordel, como antros escuros dos portos de uma grande metrópole onde se cruzam marinheiros provenientes de vários continentes. Mas, o fato de acontecer numa pequena cidade do fim do mundo, um lugar de gente condenada a morrer de tédio ou de uma doença invulgar que provoca a morte lenta, causou-me alguma estranheza (CARDOSO, 2009, p. 30).

Em meio à babel relativizada, ocorre o (re)encontro com Alberto, o noivo e capitão daquele porto. Embora existisse certa ironia em muitas das suas reflexões sobre a situação em que ela, Catarina, se encontrava, a inocência projetada sobre um príncipe ainda estava circunscrita no âmago de sua existência: “Reparei novamente no brilho dos olhos que me seduziram desde o primeiro dia. Tinha um ar de príncipe árabe, com pele morena, os olhos verdes úmidos, o cabelo escuro e forte, o bigode retorcido” (CARDOSO, 2009, p. 45). Assim, ela alucinava, debruçada a uma sedução às avessas, uma alegoria do não dito. A boa impressão causada aos pais pelo simpático capitão transvestido de príncipe e a cultura de boa moça casamenteira colocaram em conflito, de forma involuntária, a identidade da jovem. O local de fala da personagem até o reencontro com o seu noivo é de alguém que vive em uma identidade estática e forjada; não eram as suas vontades que importavam, a sua felicidade era almejada, lançada ao mar para, quem sabe um dia, ser alcançada.

Parei junto da ponte-cais para dar uma vista de olhos ao horizonte, com a ilha de Ataúro pairando lá longe. Também vultos de outras ilhas mais pequenas formando uma cadeia que alguém disse ser de fogo na altura das queimadas. Uma encantou-me especialmente pelo fato de ter como nome Lira. Assaltou-me o desejo de algum dia me retirar para esse lugar, depois de ter satisfeito a vontade dos meus pais fazendo um príncipe feliz (CARDOSO, 2009, p. 29).

O horizonte aqui remete a um sentido utópico de existência. Os vultos de outras ilhas figuram o sorrateiro gatilho para o devaneio de libertação. Estando à deriva em um rastro temporal imagético, Catarina habita um entre-lugar de dualidades cingidas dentro do espaço-ser; o ser mulher, oriental e jovem, ocupando uma morada introspectiva, ou seja, Ser Catarina no espaço Ilha. A utopia aqui, portanto, é transmutada para além-mar, haja vista que a alegoria do não dito representa a não verbalização – o espaço não verbal que figura nas margens do silêncio. Isso não significa que não haja o que ser falado, mas “a linguagem só pode lidar, de modo significativo, com um segmento especial e restrito de realidade. O resto, e é provável que seja a parte maior, é silêncio” (STEINER, 1988, p. 40). Ainda segundo Steiner (1988, p. 66),

apesar de ultrapassarem a língua, deixando a comunicação verbal para trás, tanto a tradução para a luz como a metamorfose para a música são atos espirituais positivos. Ao cessar ou sofrer mudança radical, a palavra presta testemunho de uma realidade inexprimível ou de uma sintaxe mais flexível, mais penetrante do que a sua própria.

Dessa forma, na narrativa de Luiz Cardoso, os não ditos representam essa realidade que não cabe ser expressa por palavras, em que o silêncio, a “mudez” falam por si só. A colonização portuguesa, tal qual impetrou em África, provocou esse silenciamento do sujeito histórico timorense. Na transcendência, a “linguagem simplesmente cessa, e o movimento do espírito não produz nenhuma manifestação exterior de sua existência” (STEINER, 1988, p. 66). É justamente essa não manifestação que rompe com a fronteira do suportável e adentra, de forma visceral, o corpo e a mente de Catarina; sua linguagem cessa, seu espírito jovial e inocente rompe e é violado por aquele que deveria protegê-lo: o noivo.

Tal como a colonização violou a terra, a cultura e a identidade dos espaços ocupados, Alberto Sacramento Monteiro bruscamente ocupou Catarina. A sua gata de jade estava ali a sua frente para satisfazer seus desejos mais insanos. A carruagem do até então príncipe, conduzida por Indian Jones, levou os dois - Catarina e Alberto - do Hotel Salazar direto para a moradia oficial. Sem ao menos conseguir entender os motivos certos, Catarina foi arrastada até o quarto pelo capitão do porto, que usou da sua força física. Para a jovem, aquilo ainda fazia parte da concretização do casamento, em que o noivo, como de praxe, carrega a noiva até o “altar”. O que aconteceu depois, contudo, foi bem diferente:

Quando me colocou na cama, tirou-me a roupa com tal brusquidão que perdi momentaneamente a respiração. Depois atirou-se para cima de mim como um lobo-marinho. E, num ritmo frenético e ofegante penetrou nas minhas entranhas até dar o seu grito final, um berro, um uivo, um latido, e desfazendo-se em gotas de suor que empastavam na minha pele (CARDOSO, 2009, p. 48).

E foi assim que, sorratamente, o conto de fadas de Catarina transformou-se em pó. A jovem, entorpecida pelo ato esquizofrênico de ocupação despida de vida e de roupas, busca reconectar os estilhaços de sua alma perdida, deixada à deriva por um lobo em pele de cordeiro. A metáfora que reluz da narrativa de Cardoso remonta às muitas ocupações colocadas em curso pelas tropas portuguesas. Alberto Sacramento, nesse contexto, representa a própria figura do colonizador, uma vez que ele invade, ocupa e destrói o espaço-ser de Catarina, assim como o sujeito histórico

foi marginalizado pelos processos colonizadores, colocado ao lugar de minoria e obrigado a ocupar as fronteiras periféricas do entre-lugar. Ademais, o Timor-Leste representado em *Requiem para o Navegador Solitário* está envolto em um discurso sobre as minorias e seus processos históricos, ou seja, os sujeitos que habitam Timor encontram-se em conflito entre a realidade e o imaginário social, uma vez que o *locus* da diferença tensionado pelos processos de ocupação gerou o confronto entre as barreiras culturais ali existentes. Bhabha (2003, p. 21) afirma, nesse sentido, que

a articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica. [...] Os embates da fronteira acerca da diferença cultural têm tanta possibilidade de serem consensuais quanto conflituosos; podem confundir nossas definições de tradição e modernidade, realinhar as fronteiras habituais entre o público e o privado, o alto e o baixo, assim como desafiar expectativas normativas de desenvolvimento e progresso.

Dessa forma, o confronto com uma nova realidade, que faz questionar a própria condição de sujeito dentro do processo histórico, faz surgir um sistema cultural híbrido, em que, mesmo com situações de conflito e de dor, algo novo passa a ser criado com base no espaço passado. O embate fronteiro trazido à tona por Luís Cardoso em sua narrativa faz pensar sobre a visão ocidental lançada ao Oriente. Como já apresentado no capítulo quatro deste estudo, uma das grandes discussões levantadas por Edward Said é justamente a de como o Ocidente se lançou a explorar e redefinir o Oriente. Para Said (2013, p. 32),

as ideias, as culturas e as histórias não podem ser seriamente compreendidas ou estudadas sem que sua força ou, mais precisamente, suas configurações de poder também sejam estudadas. Seria incorreto acreditar que o Oriente foi criado - ou, como digo, "orientalizado" - e acreditar que tais coisas acontecem simplesmente como uma necessidade da imaginação. A relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa.

A ideia do "nós", forte e dono da verdade, representada pelo Ocidente, assim como a do "eles", referindo-se ao Oriente e a toda a sua misticidade como cultura inferior, fazem refletir sobre os binarismos impostos pela colonização. Em *Requiem para o Navegador Solitário*, esses binarismos estão representados, mas são (re)significados. A ilha contrasta-se com as tantas guerras que por ali passaram, enquanto Catarina, frágil, é confrontada com um respeitado capitão do porto, ou seja, a verdadeira representação do que a colonização significou: ocupação da terra,

dizimação do sujeito. Contudo, o elo entre Catarina e a ilha é, sem dúvida, o mar, que banha as encostas, lava e purifica as almas e engendra a desfronreira.

Rompendo a muralha da dor e tensionada por sua condição periférica, a jovem lança-se ao mar. Em um hiato simbólico, em que a paragem do tempo se projeta sobre a ilha, a personagem corre em busca de alento. A sua inocência havia sido perdida e o mar, certamente, seria a sua purificação e trar-lhe-ia vida nova. A travessia de Catarina, misturada às travessias vivenciadas pela própria ilha, era (re)significada pelo mar. Nesse contexto, as ondas, que traziam capitães do porto, barcos à vela, guerras e tormentos, representavam, também, salvação, conforme demonstram as palavras de Catarina:

[...] corri em direção ao mar, e ouvi vozes de uma multidão a gritar, delirante com um espetáculo inédito. Uma jovem mulher a correr para o mar em pleno dia, e sem nada. [...] lancei-me contra as vagas para me salvar. Na altura não me ocorreu pensar sequer nas consequências do meu ato. Era o mar que me esperava de braços abertos (CARDOSO, 2013, p. 49).

Após o ocorrido, e sendo “purificada” pelas águas que cercavam a ilha, Catarina foi “salva” por Indian Jones. Acordou no hospital. A sua frente, o agressor, segurando flores vermelhas. Por um breve momento, a jovem até cogitou o arrependimento do noivo-agressor, contudo, aos poucos, durante a visita recebida, ela foi se apercebendo de que as flores vermelhas eram, na verdade, a representação do seu próprio sangue. Por conta disso, ela concluiu que o capitão

destruiu a última réstia de esperança que porventura pudesse acalantar acerca do seu caráter. pelo contrário, criou em mim uma vontade de vingança. Comecei a desenhar os mais terríveis cenários. Nunca se sabe até que ponto podemos gerar maldade dentro de nós, quando a humilhação nos retira a lucidez (CARDOSO, 2013, p. 51).

A humilhação sofrida, a violência e toda a sua angústia colocaram em curso uma jornada conflituosa na busca de si. As rosas foram aceitas, como forma de educação, afinal, “que outra coisa podia se esperar de uma menina chinesa?” (CARDOSO, 2013, p. 54). E toda empreitada iniciada em Batávia, o primeiro encontro com o príncipe e o casamento fictício colocaram em curso a dolorosa travessia da personagem, fizeram-na refém de suas assombrações. O capitão não seria mais responsável por aquele porto; estava de saída!

Trata-se de uma saída cingida pela mácula “descolonizadora”, situando o espaço narrativo de Cardoso na ossatura do próprio discurso histórico. Mas, antes,

sem perder a sua essência tirana, jogou uma vez mais, no regaço de Catarina, a culpa e a obrigação de permanecer naquela terra, cumprindo, a rigor, o trato feito, tal qual um barco ancorado e esquecido no mar. Novamente, tem-se o simbolismo retratado na obra de Cardoso, isto é, assim como os portugueses não “quiseram” mais estar em Timor, Alberto Sacramento Monteiro também ocupou Catarina - e a ilha – e, como dono de si e da razão, retirou-se, não se importando com todo o estrago causado. Na realidade, a ideia de ocupação não se atém aos estragos causados, pois existe a imposição do forte, representado pelo português (Ocidental), sobre o fraco, sendo este o Oriental. De acordo com Said (2007, p. 94), “Uma linha é traçada entre dois continentes. A Europa é poderosa e articulada; a Ásia é derrotada e distante. [...] É a Europa que articula o ocidente”.

Catarina aceitou a “condição de refém de um negócio” (CARDOSO, 2013, p. 55) e, partindo de um ponto cego, sem perspectivas e nem misericórdia, pôs-se a refletir sobre o tempo, suas memórias e, principalmente, sobre o que fora desfeito. A busca por suas certezas foi sendo tecida pela utópica espera do “solitário viajante dos mares.” (CARDOSO, 2013, p. 57). Estar com sua existência em conflito prostrou Catarina a desprender-se de uma univocidade latente, que a deixou sob o jugo da espera, figurada pelos sujeitos históricos que foram abandonados na remota ilha de Timor, após anos de ocupação e dizimação da existência humana. Trata-se, pois, de espera incessante, para que outras travessias se cruzassem com a ilha, levassem a dor e deixassem unicamente a leveza do ser. Era por isso que Catarina esperava, ou seja, o mar lhe causava, a essa altura, alento!

### 3.3.3 Nunca devias ter vindo – os conflitos de Catarina

O sentido primitivo da existência humana baseou-se, por muito tempo, no ato de sobreviver. Em terras como Timor-Leste, existir como sujeito, durante a colonização, teve, sem dúvida, essa conotação. Os deslocamentos colocados em curso foram muitos - identitários, culturais, sociais e históricos – e, ao se analisar a narrativa *Requiem para o Navegador Solitário*, são visivelmente identificáveis no percurso solitário traçado por Catarina. A narrativa enseja, ainda, os sussurros tensionados pelo que restou, simbolicamente, da Ilha de Timor. Luís Cardoso, por meio da literatura, invoca os desdobramentos marcados pela violência, os quais, inevitavelmente, se projetaram no tempo histórico daquela nação.

A violência silenciosa transcende as fronteiras do existir. Por meio da ocupação, as guerras testemunhadas pelos sujeitos históricos, moradores de Timor, engendraram um fenômeno que passou a criar e favorecer certos “condicionalismos que ultrapassam o tempo de sua duração”. (CHAVES, 2011, p. 40). Além disso, pelo fato de haver tamanha barbárie com a relativização dos indivíduos, o silenciamento imposto pelos processos “civilizatórios” retoma a “incomunicabilidade que, de muitas maneiras, surge como um problema nos espaços em que a experiência do colonialismo ainda define tanta coisa” (CHAVES, 2011, p. 40). É, pois, nesses espaços do incomunicável que Catarina se vê lançada, trilhando uma história cheia de bifurcações, tal qual o marinheiro que envereda caminhos em um labirinto mercantil.

Com a partida do não noivo e ex-capitão do porto de Díli, a personagem reconfigura a sua estadia na ilha. A situação de estar à deriva e desamparada, atrelada à revolta do abandono, reconfigurou o manto rubro que a envolvia: ela aceitou a casa e esperou pelo tempo, enquanto o seu navegador não chegava, foi vivendo e se (re)descobrimdo. Nesse contexto, memória e silêncios passaram a figurar nos entre-espaços habitados por Catarina - não que já não estivessem presentes em sua trajetória, como já se pode observar em passagens anteriores, porém, com a esquiva viagem do capitão Alberto Sacramento Monteiro, a narrativa projeta-se para uma metalinguagem arbitrária, em que discursos homogeneizantes se sobrepõem. Os condicionalismos, citados por Rita Chaves (2011), são notoriamente visíveis na escrita de Luís Cardoso, uma vez que são atribuídos à jovial Catarina e suscitam os discursos de possessão e controle de uma progênie predominantemente masculina que institucionalizou o indivíduo. Para Said (2013, p. 263),

assim como as várias possessões coloniais - sem se levar em conta seu benefício econômico para a Europa metropolitana - eram úteis como lugares para enviar filhos teimosos, populações supérfluas de delinquentes, pobres e outros indesejáveis, o Oriente era um lugar onde se poderia procurar a experiência sexual que não existia na Europa.

Mulher, jovem e chinesa, Catarina carrega consigo os precedentes do exótico, atribuídos ao Oriental e difundidos no imaginário nacional. Ademais, no curso da história, as mulheres orientais “são em geral criaturas de uma fantasia de poder masculina, manifestam uma sexualidade ilimitada, são mais ou menos estúpidas e, acima de tudo, insaciáveis” (CARDOSO, 2013, p. 282).

Catarina, em consonância com Said (2013), era vista em Díli como atrevida e profana. De forma peculiar, sem palavras, era julgada aos olhos dos “nativos” daquela terra, como se a sua presença na ilha fosse ofensiva e inconveniente. Ela era conhecida como a noiva do capitão do porto, cuja alcunha, por conta da sua dolorosa jornada de (re)significação, já não lhe importava mais:

Quanto à minha condição, não me preocupei nada com isso. Eu era tida como a “nona” do capitão do porto. Nona em língua malaia significa senhora. Uma forma muito peculiar de dar o dito por não dito. Embora toda a gente soubesse qual a conotação exata. Era a mulher que ficava no cais a abanar o leque à espera do seguinte, depois de ter dado uns retoques na maquilhagem por causa de uma lágrima furtiva que se soltou aquando da partida do anterior (CARDOSO, 2013, p. 63).

Os paradoxos da travessia de Catarina passam a ser notoriamente apresentados ao passo que o tempo segue seu fluxo. Perdida nesse tempo, chega, à ilha e à vida de Catarina, Madalena, carregando consigo Esmeralda, sua filha, e um gato, Alberto, o Abissínio. Mulheres e gatos passam, a partir daí, a se conectar diante das destrezas que a vida lhes impôs. Madalena tinha sido a mulher de Alberto Sacramento Monteiro, o mesmo capitão do porto de Díli, que, tempos antes, se apresentara à família de Catarina e omitira o fato de ser casado e ter filhos. “Na altura da sua visita ninguém quis saber se seria casado, se teria mulher e filhos” (CARDOSO, 2009, p. 63).

Assim, depois de um momento de desabafo, Catarina e Madalena projetam uma aliança; unem suas forças para sobreviver. Embora estivessem juntas, a caminhada era solitária. Nesse ponto da narrativa, é interessante destacar que as histórias das duas se mesclam. Ambas, abandonadas por seu capitão, detentoras de filhos e gatos, lançam as suas inquietações ao mar. A então busca pelo navegador-príncipe impõe às duas personagens a derradeira angústia da espera.

Sem poder se lançar ao mar para, enfim, seguir um destino diferente do de cuidar de gatos, Catarina lançou-se em uma passiva empreitada: recuperar a fazenda Sacromonte, que havia sido incendiada. “Tencionava reabilitar aquela herdade, nem que fosse pelo simples fato de provar ao meu pai e a Alberto Sacramento Monteiro que seria capaz de realizar o que ambos não tinham conseguido” (CARDOSO, 2009, p. 71). Desse modo, depois de um hiato temporal, “um ano depois do nascimento de Diogo, o Turco-Otomano, tal foi o nome que Madalena escolheu para o meu filho, decidi voltar ao hotel Salazar, na esperança de encontrar Rodolfo Marques da Costa”

(CARDOSO, 2009, p. 65). A procura por seu amigo de tertúlias foi intencional, uma vez que a jovem administradora buscava informações sobre Malisera e ele, Rodolfo Marques da Costa, por ter feito parte da Trindade da Costa de Malabar, certamente saberia ajudar. O objetivo de Catarina era ir em busca de uma parceria para recuperar a Fazenda Sacromonte. E foi assim que procedeu!

Descrito como um homem místico, envolto por várias histórias e tido como alguém perigoso, o fato é que, pelas bandas de Timor, nunca ninguém havia visto Malisera. Catarina, então, deixou a casa, o filho e os gatos aos cuidados de Madalena e lançou-se ao monte Manumera, com vista a inspecionar a fazenda e lançar luz à parceria com o misterioso administrador. Entre idas e tropeços, histórias e explicações, a jovem ficou cara a cara com quem procurava:

[...] o que me levava ali era um assunto de negócios. Nada de subterfúgios ou de encobrimentos de propósitos com promessas de ajuda. Tudo em pratos limpos. Disse-lhe que o que queria contratar para tornar rentável um empreendimento com lucros repartidos por ambas as partes. A melhoria da fazenda só seria viável com a sua cooperação. Mas para isso cada um tinha de assumir a sua quota-parte de responsabilidade (CARDOSO, 2009, p. 87).

Após longas conversas, com as quais a mulher pode conhecer mais a fundo o seu futuro parceiro de negócios, o acordo foi selado. Estando a fazenda em vias de reconstrução, a sua volta à Díli foi imediata e causou rebuliço, uma vez que a parceria feita com o *Auswain* Malisera gerou conflitos e perseguição, principalmente por Lavadinho, encarregado de Salazar e inspetor, que vivia uma insana busca por Malisera.

Em meio à insurgente parceria, tendo a empreitada surtido efeito - novas plantações de café foram concretizadas -, as encruzilhadas de Catarina não se findaram. Outro capitão do porto aparece, outro gato também. Mostrando-se, inicialmente, gentil, Geraldo Pinto Pereira, o novo capitão,

recebera como indicação do seu antecessor ser tutor do meu filho, zelar pelo seu bem-estar e também cuidar de mim, dado que eu não tinha condições nem meios financeiros para me sustentar e manter o nível de vida a que estava habituada. Ensaíava o primeiro andamento para arranjar uma comubina (CARDOSO, 2009, p. 99).

A ideia de ser a protegida de Geraldo Pinto Pereira, de maneira alguma, agradou Catarina, nem Madalena concordou com isso. O fato de ter seu filho levado era sombrio e assustador. Após uma quase morte do capitão, por conta de uma

incursão ao “fundo do mar”, desfrutando um peixe exótico, Catarina viu-se encurralada, porque, além de deixar o capitão em estado de quase coma, ela mesma foi parar no hospital. Além disso, teria que prestar esclarecimentos a Lavadinho, que, na ocasião, estava mais interessado em descobrir onde estava Malisera. Por fim, não conseguia imaginar perder o seu filho para o homem que anos antes acabara com a sua existência.

No decorrer da narrativa, o capitão do porto sobreviveu e a localização de Malisera não foi descoberta por Lavadinho. Em relação ao filho, no entanto, o desenlace foi outro. Por meio de Madalena, que recorreu secretamente a Malisera, na madrugada escura que antecedia a entrega do filho ao capitão do porto - que estava de partida -, a casa de Catarina foi estranhamente invadida e Diogo, seu filho, raptado. O rapto, destaca-se, foi orquestrado por Madalena e colocado em curso por ordenados de *Asuwain*, o administrador. Malisera estava, de fato, em posse do menino, como forma de protegê-lo, impedindo, assim, que fosse levado a Portugal. O que as duas mulheres confidentes não esperavam era o fato de as buscas por Malisera se intensificarem. “Com a perseguição dos portugueses contra os timorenses, Malisera é preso e parte de seu povo é morto. Assim, Catarina fica sem saber de seu filho, o que a impede de sair do país” (PERROT; CONTE; KUNZ, 2018, p. 287).

E é assim que Catarina, tirada de casa por promessas vazias, passa a viver em um constante devir. O silêncio faz-se presente na narrativa em diferentes nuances, seja imposto pelo pai, que não dá escolhas à filha e a trata como um objeto de troca, seja pelo noivo, que usa da violência sexual para impor sua autoridade, ou, ainda, pelo rapto do filho, arrancado dos seus braços por um desconhecido. O fato é que a vida de Catarina vai sendo moldada de acordo com os silêncios que a ela são impostos; a vida no exílio fez com que a sua caminhada fosse marcada tanto pela violência do corpo como da alma, uma vez que ela se perde em meio ao entre-lugar e não consegue encontrar sentido.

Além disso, o mar sempre lhe pareceu o refúgio para as suas inquietações, mas, ao mesmo tempo, tornava-se sinônimo de tormenta. O noivo nunca mais apareceu, mas outros capitães do porto sim, juntamente com gatos, que eram deixados a Catarina como forma de consolo.

só as idosas fazem quando a serenidade lhes permite que abandonem tudo para se dedicarem a contemplar a queda das folhas, ou a luz que as atravessa, com o mesmo encantamento dos tempos de infância (CARDOSO, 2009, p. 57).

Os gatos, símbolo de sorte para os chineses, representam para Catarina o elo entre o passado, que ela foi obrigada a deixar, e o futuro, que se mostra dolorosamente solitário. Tendo virado depósito de gatos, assim como os próprios gatos, ela também foi abandonada ao acaso. A personagem reflete sobre sua condição na Ilha e desabafa: “decidi aceitar a minha condição de refém de um negócio. Fiquei, a saber, que a menina, a quem Alberto Sacramento Monteiro colocara um gato no regaço, fazia parte do caderno de encargos da parceria” (CARDOSO, 2009, p. 55).

A narrativa de Luís Cardoso transforma-se em um conto de fadas às avessas, em que a jovem sonhadora, que espera pelo seu navegador solitário, vê-se diante dessas incompletudes da vida e é forçada a seguir o seu caminho, misturando a sua própria identidade, que já estava em confronto, com suas memórias em conflito. As dores de um passado, colocado em esquecimento, ainda assombram as memórias da personagem. Embora tenha aceitado a sua nova vida (re)coberta por conflitos e gatos, Catarina ainda reflete, rememorando as atitudes dolorosas traçadas a sua volta. Embora vislumbre o dia em que seu navegador solitário cruze as encostas da ilha, a espera de um “resgate” ainda permeia o cerne de sua existência.

Quem eu esperava chegar do mar era o meu pai, para me resgatar, pois esse era o seu dever. O velho chinês continuava mudo e quedo como se nada se tivesse passado. Como se se tivesse desinteressado do negócio em que parecia apostar a vida, o dinheiro, o futuro, a honra e também a mim, a sua filha querida. Uma mistura explosiva (CARDOSO, 2009, p. 118).

A identidade corrompida da personagem mistura-se à saga de dezenas de pessoas que, vivendo em certo exílio, compõem o cenário do país, abandonado e tomado por uma profunda melancolia. Os conflitos de Catarina misturam-se, pois, aos da própria ilha. De acordo com Perrot, Conte e Kunz (2018, p. 288),

A protagonista, a gata de jade, com seu corpo violado, e a quem acorriam tantos homens, trazendo-lhe uma infinidade de gatos, é a imagem desse Timor, ao qual acorreram tantos de tantas nacionalidades e que violaram a cultura, as línguas e a população. Uma nação cuja história ainda carece de ser reconstruída, uma cultura que ainda carece de ser valorizada e colocada em discurso. Tarefa difícil, a julgar-se pela dicção fugidia deste romance de Luís Cardoso.

Distintos viajantes, carregando soberania e arrogância, aportaram em Timor com vistas à exploração. As guerras também aportaram por lá. No contexto da narrativa de Luís Cardoso, é a Segunda Guerra Mundial que projeta o espaço história-ficção. Contudo, foram capitães do porto, juntamente com seus gatos, que aportaram em Catarina, usaram-na como refúgio para as suas vaidades e interesses. Como depósito de injúrias e deslocamentos, Catarina viu-se em meio aos conflitos que marcaram a constituição identitária da ilha. Catarina, aliás, é a personificação desses conflitos, em que mulher e ilha se misturam e figuram na ossatura circunstancial do tempo.

### 3.3.4 Que bela varanda, Catarina – o sol em brasa

“Nunca devias ter vindo  
Não foi isso que ouviram  
Todos aqueles que antes de mim foram passando por estas bandas do mar  
de Arafura, em busca de sol, outros de aventura, duma terra prometida, duma  
fragrância, de uma alma gémea ou do que faz falta na vida de cada um”  
(CARDOSO, 2009, p. 16).

O tempo, como já se percebeu até aqui, transcende a existência do plano habitável, uma vez que se projeta para além do campo das ideias. Na obra de Cardoso (2009), é relativizado por meio das memórias de Catarina; o plano espaço-tempo em que a personagem vive a sua jornada icônica não se atém unicamente ao plano terrestre. Por meio da espera, a jovem sonhadora despe-se de palavras para assumir o plano da reminiscência. As vivências, os conflitos, as dores e os amores transcendem em Catarina a reflexividade do rastro que o tempo, já tão passado, deixou.

Embrulhada em suas memórias, a personagem vive na afonia do intangível discurso sobre si. Tal qual as ondas que vêm e vão, foi a magnificência do mar que soltou as amarras impostas pelo tempo. O segundo capitão do porto que na ilha apareceu pelo navio foi levado. Embora Catarina quase o tenha matado, em uma excursão “ao fundo do mar”, a pretensa partida do capitão de número dois deixou a personagem melancólica. Em suas palavras:

Regressei a casa triste e desolada. Foi como se ele se tivesse ido embora, de regresso ao seu país. Madalena ficou apreensiva. Quis saber do motivo. Disse-lhe que no navio que partira também viajava alguém por quem tinha muita estima. Estranhou essa súbita nostalgia pelo capitão do porto. Abanou

a cabeça. Definitivamente eu era um caso perdido (CARDOSO, 2009, p. 175).

A melancolia, nitidamente presente na face de Catarina, certamente, não era a dor da perda do capitão, mas refletia a sua dor interna de não ser ela a deixar aquela terra. Não podia; estava ancorada! Não podia ir embora e deixar seu filho, não podia ir embora e deixar ao rastro do vento tudo o que a ilha passou a significar. Os seus negócios na ilha também não haviam terminado. A parceria feita com Malisera havia caído às ruínas. Seu sócio, perseguido pelos portugueses, estava sumido. Além disso, a própria fazenda, que até então produzia café, havia sido sondada pelos japoneses na busca por plantações de algodão, contudo, também ficou à deriva.

Angustiada, Catarina recorreu a seu amigo confidente, Rodolfo Marques da Costa, pedindo-lhe “que enviasse alguém para ver o estado da fazenda. Os japoneses também se desinteressaram do algodão, queriam outra coisa. Depois disseram que não queriam mais nada. Remeteram-se ao silêncio” (CARDOSO, 2009, p. 175). Nesse momento, os reflexos da Segunda Guerra Mundial intensificam-se. O silêncio dos japoneses, na verdade, reflete o confronto organizado contra portugueses e, conseqüentemente, os moradores da ilha. Os japoneses, há muito, sondavam Díli e, principalmente, a fazenda Sacromonte. Catarina, que não aceitou negociar a produção de algodão, foi advertida a aceitar, então, a instalação de salinas por parte dos insistentes japoneses, o que resultou em uma negociação imposta e malsucedida. A proposta duvidosa foi feita por um novo capitão do porto que, antecedendo os ataques nipônicos, pelas bandas de Díli se instalou. Era o terceiro na lista de Catarina.

– *Está lá fora um estranho*  
que diz ser o novo capitão do porto  
anunciou-me Madalena, olhando para mim com as mãos nas ancas, como se  
eu fosse a luz do petromax que atraía bichos estranhos (CARDOSO, 2009,  
p. 177).

César Semedo também surgiu aos pés de Catarina com um gato e um discurso de bom moço, vindo de Cabo Verde, por onde Alain Gerbault também passara. Catarina já estava *além* dos discursos que levavam até a sua varanda homens e gatos com vistas de proteção e negócios; não se fez interessada. Por insistência de César Semedo, a personagem resolve aceitar a tal parceira, mas com receio do que poderia acontecer na sequência, ou seja, se o capitão havia servido de interlocutor na negociação, certamente, sairia beneficiado.

Rumores tomaram, então, conta da cidade e confirmaram as suspeitas de Catarina: o negócio do sal era uma desculpa para que as tropas japonesas pudessem abrigar-se e orquestrar a invasão.

As suspeitas de que o peixe seco seria para alimentar as tropas japonesas quando entrassem em Timor fazia das instalações um dos alvos militares a abater pelos aliados. O governador recebeu queixas do velho coronel inglês sobre a iminência da invasão japonesa. Primeiro foram os voos experimentais dos hidroaviões. Aeronaves que espiavam as rotas marítimas e faziam fotografias aéreas. Depois as salinas e o peixe seco (CARDOSO, 2009, p. 206).

O cerco estava feito e a invasão era inevitável. Em meio a tudo isso, estava Catarina, mais uma vez, cercada pelo destino que lhe fora imposto e que se inscreve no imaginário timorense. O entreguerras transformou o espaço de Timor em um plano de condutas envoltas pela passiva ocupação de identidade, memórias e que se faz representativo na escrita de Luís Cardoso, uma vez que ele próprio carrega consigo essas raízes desestabilizadoras.

Com a apreensão da invasão e refém de seu remorso por se aliar a Malisera no rapto do filho da sua confidente, Madalena também abandona Catarina. Ela resolve seguir seus instintos e lança-se em uma navegação solitária para além das ondas. Catarina, a essa altura, já não era mais a mesma; o tempo já havia lhe tirado a jovialidade, suas pernas não tinham mais a força como antes e o desencantamento com a vida misturava-se com o ato da espera. “Nos tempos que corriam toda a gente olhava para o mar, à chegada de seu fantasma. Tanto podia ser um navio português, a armada japonesa ou o veleiro de um navegador solitário” (CARDOSO, 2009, p. 208).

Em meio a uma sociedade em conflito, em que todos estavam apreensivos e largados à própria sorte, ancora na ilha um navegador diferente. Cansado de suas viagens pelos mares afora, Alain Gerbault, finalmente, cruza os caminhos da personagem Catarina. Ele, doente, ela, na incansável espera por significação. O encontro dos dois foi breve, mas trouxe alento e fez Catarina refletir sobre a sua vida. Como se o navegador, solitário, ao fim da vida, tivesse vindo para colocar Catarina no rumo certo de sua história. “Trazia um convite dissimulado. Agora que estava prestes a realizar a derradeira viagem numa arca de madeira, fazia o seu testamento. O seu veleiro estava ali na baía. Trouxera-o para me oferecer uma viagem” (CARDOSO, 2009, p. 254). A dor da espera tinha terminado, mas ela já não podia mais se

desvencilhar das dores que forjaram essa nova mulher, transvestida de ilha que agora só observa.

Por meio de um violento ato insano, a casa da personagem foi totalmente destruída pelo fogo. Tudo o que nela havia foi queimado, gatos e Esmeralda, a filha de Madalena, que ficara sob seus cuidados. Mais uma vez, a violência presentifica-se na narrativa. A destruição da casa, destaca-se, é representativa dos fatos históricos transcritos por Cardoso: a invasão da ilha estava para acontecer!

O tão sonhado navegador solitário, enfim, tinha chegado e, em uma breve passagem do tempo, cumpriu sua missão. Catarina, tendo a chance de se desvencilhar dos fantasmas que, durante muito tempo, a perseguiram naquela terra, optou pelo silêncio e preferiu não ir a lugar algum. Antes de se mudar para o barco que lhe ficou de herança, como um sopro de alento, Catarina rememora a sua inconstante vida:

Ele nunca deveria ter feito aquilo. Matou em mim o que eu tinha de melhor. A minha inocência. E quando se perde a inocência da forma violenta como tudo se passou, a vida deixa de ter graça. Passa-se a ser uma desgraçada. Posta de lado. Algumas mulheres suicidam-se, tornam-se violentas e outras ficam loucas. Eu por mim resolvi sobreviver. Tive de ganhar um pouco de maldade humana para me fortalecer. Deixei de ser a ingênua, dado que esperava por mim uma dura batalha para recuperar meu filho (CARDOSO, 2009, p. 274).

Sua memória, dolorosa como a própria vida, é trazida à tona como último grito de sua passagem por aquelas bandas do mar de Ataúro. Ela mesma se apercebe uma sobrevivente. Usou das suas angústias e dores para se (re)posicionar no campo das ideias e da lucidez. Foram as muitas batalhas enfrentadas, os seus conflitos e encontros com capitães do porto que surtiram na personagem uma nova batalha: não se entregar, não desistir. Conforme Ricoeur (2018, p. 53),

Não nos lembramos somente de nós, vendo, experimentando, aprendendo, mas das situações do mundo, nas quais vivemos, experimentamos, aprendemos. Tais situações implicam o próprio corpo e o corpo dos outros, o espaço onde se viveu, enfim, o horizonte do mundo e dos mundos, sob o qual alguma coisa aconteceu.

Foram, portanto, todas as experimentações que aproximaram Catarina da sua essência, daquilo que, durante toda a sua longa travessia, ela procurou. Assim, escondida no barco do seu eterno príncipe, “o castelo erguido no mar” (CARDOSO, 2009, p. 274), a personagem se põe pensar, de um lugar privilegiado, de quem vê

tudo. Reflete, então, sobre si, sobre Timor, sobre a nação, sobre as guerras e invasões e, principalmente, sobre sua desconstrução. As suas memórias misturam-se às da terra que a recebeu, não prontamente, mas que passou a ser o local de fala, o lugar que fez o silêncio se transformar em resistência, em um processo tão cruel como a colonização.

Quando o Sol despontou era uma manhã clara e límpida. Lembrei-me do dia em que aqui cheguei e de haver na cidade uma paz de abandono. Na mala, para além da roupa trazia o livro do navegador solitário francês, *A La Poursuite Du Soleil*, e o sonho de uma menina igual às outras, de viver uma grande história de amor (CARDOSO, 2009, p.300).

Talvez a sua grande história de amor não tenha acontecido. Talvez, como ela mesma já havia pensado, contos de fadas não existissem. Catarina transformou-se em uma solitária navegadora, que, assim como seu fantasma vindo do mar, repousou nas águas turvas da ilha que a viu (re)nascer. Afinal, “a humanidade não está dada. Ela se arranca e cria no decorrer das lutas” (MBEMBE, 2019, p. 245).

A narrativa de Luís Cardoso coloca em curso a reflexão sobre os valores humanos, desconstruídos durante tantos anos de colonização. A personagem Catarina representa a violação da própria ilha, transvestida em corpo, figurando as lutas colocadas em curso por tantos indivíduos que não foram vistos. Faz pensar, ainda, sobre o imaginário e sobre tantos discursos estanques de sentido que foram, ao longo dos anos, sendo incorporados como verdades. Os silêncios de Catarina refletem as muitas histórias não contadas dos sujeitos de Timor. Dessa forma, Luís Cardoso traz à tona todas essas histórias mescladas à história de uma nação que se viu presa e ocupada, para quem nunca se olhou. É preciso (re)dizer essa “oficialidade”, lançar um olhar atento às miudezas significativas que compõem a narrativa timorense. Para Achille Mbembe (2019, p. 247),

a invenção do imaginário alternativo da vida, do poder e da cidade exige uma atualização das solidariedades transversais, as que ultrapassam as afiliações a clãs e etnias; a mobilização dessas jazidas religiosas que são espiritualidades da libertação; a consolidação e a transnacionalização das instituições da sociedade civil; um renascimento da militância jurídica; o desenvolvimento de uma capacidade de proliferação especialmente na direção das diásporas.

E é assim que a travessia de Catarina completa seu ciclo; rememorando o seu processo de (re)construção, reflete sobre a sua jornada como ilha-mulher. Essa mesma reconstrução atribui-se a Timor-Leste, uma nação que foi ocupada, violada e

socialmente desestruturada pelas guerras que ali passaram. Catarina, resultado polifônico desses encontros, assume o papel dos tantos sujeitos que também, tal como ela, se lançaram ao mar na espera de “existência”. Os silêncios de Catarina, silenciamentos projetados também sobre a ilha, serviram, ao final das contas, como ponte para resistir e apreciar o sol, amarelo, e, certamente, muito iluminado!

#### 4 TRAVESSIAS E RESSONÂNCIAS - DE QUANDO O SILÊNCIO SE FEZ VERBO

Há, nas inconstâncias da vida, um modo particular de se enxergar o mundo! Por não existir a estabilidade necessária para dinamizar a caminhada, é pelos espaços não lineares que se constroem as pontes indispensáveis para a ludicidade do existir. E nesse sentido, as esferas que integram o espaço-tempo somam-se ao ato único da contemplação. No tocante a essa questão, está o fato de que, pelos olhos do observador, a vida se ergue por meio de signos envoltos por uma memória enraizante, conduzida de forma não linear pelos traçados históricos que projetaram a identidade das nações.

Diante da epistemologia histórica, é o imaginário, arbitrário na consciência, que consolida as diretrizes esboçadas nos entrecruzamentos fronteiriços e, necessariamente, (re)postuladas por meio de inter-significações, construídas pelos sujeitos nos entre-lugares erguidos no espaço-tempo passado. Com base nessa dinâmica, Ricoeur (2010, p. 313) afirma que,

embora não se trate de forma alguma de renegar a ausência de simetria entre passado “real” e mundo “irreal”, a questão é justamente mostrar de que modo, único em seu gênero, o imaginário se incorpora à perspectiva do ter-sido, sem enfraquecer sua perspectiva “realista”. O lugar marcado do imaginário está indicado pelo próprio caráter do ter-sido como não observável.

Por essa perspectiva, o esboço perpendicular de nação passa a ser compreendido pela ideia de uma existência marcada pelo “ter-sido”. Ou seja, toda a problemática do sujeito marginalizado e a sua situação híbrida entram novamente em questão. A ideia do “ter-sido” converge para o “apagamento” do sujeito na sua essência e faz refletir sobre o papel exercido pelo silêncio e toda a sua significação nos espaços narrativos, constituindo, de forma mimética, esboços concretos da realidade social não tangível que se inscreveram nas nações tomadas pela colonização. Além disso, o não observável, citado por Ricoeur (2010), elucida as múltiplas vivências – demarcadas nos espaços históricos – dos sujeitos que compõem o cenário imagético das nações que, durante tantos anos, ficaram reféns de um sistema opressor e desumano que apagou as raízes identitárias dos indivíduos. É, pois, diante de tais circunstâncias, que se erige a reflexão sobre o papel exercido pela literatura nos sistemas pluridimensionais criados a partir do hibridismo cultural colocado em curso.

Diante da necessidade de redimensionar os arquétipos de sociedade e de desmistificar a ideia do “ter-sido”, instaura-se um processo de recondução histórico-social, no qual a tonicidade do indivíduo se mostrou a melhor arma contra os dilemas e os conflitos surgidos no entre-guerras. Além disso, pela literatura, vão sendo percebidos os movimentos colocados em curso no âmbito da centralidade do indivíduo, a fim de (re)construir a ideia de *Ser* para o mundo, projetando as experiências humanas a partir da desfronteira incorporada como o meio para a consolidação de uma consciência que abrange o sujeito histórico na sua inteireza. Para Inocência Mata (2003, p. 57),

tal como a literatura anticolonial mobilizou estratégias contra discursividade colonial (e refiro-me à concepção ampla de discurso), na fase de emergência, existência, consolidação e individualização nacional, para afirmar a diferença e reivindicar a pátria, também a atual escrita africana mobiliza estratégias contra-discursivas que visam à deslegitimação de um projeto de nação monocolor em todos os sentidos.

Nessa perspectiva, além da eloquência de se pensar na sororidade surgida nos momentos de tempestade, as projeções literárias instauram um modo singular e objetivo de se pensar nas vivências dos indivíduos que, de fato, escrevem a história. Desse modo, torna-se possível, por meio dessas projeções, refletir sobre a dinâmica social em um nível metamórfico, no qual as diretrizes de espaço são remodeladas a partir da estética literária e de sua reinvenção, a fim de moldá-los a condições de interpretação eficientes. A partir disso e da conjuntura literária referida por Mata (2003)<sup>26</sup>, é analisada a mobilização efetivada para reconstituir a história por meio de um discurso centrado no sujeito marginalizado, que se encontra em suspenso.

E é, em meio à dialética do sentido, que se buscam as matrizes do silêncio incorporadas às narrativas e que permeiam a relação do espaço-tempo assumida pelas personagens. Isso as torna representativas de uma nação em vias de construção, na qual os limites impostos vão sendo substituídos por vozes em consonância com a nova nação que se abre para a concretude.

---

<sup>26</sup> Na passagem referida, Inocência Mata (2003) cita a literatura africana, contudo, aqui parte-se da premissa de que a literatura, neste caso, engloba não só a africana mas também a de Timor-Leste, uma vez que o processo de colonização foi similar.

#### **4.1 Diante de mim - o mundo: a eloquência do Ser em meio à tempestade**

Silêncio, memória e tempo são instâncias que, dialogicamente, se unem nos espaços habitados pela palavra. A noção de espaço, contudo, ao longo da história, foi sendo, de tempos em tempos, reprojeta. Para os países que tiveram os territórios dominados pela colonização, a relação com o espaço - que era morada - é ainda mais significativa. A ideia de pertencimento foi sendo subtraída aos sujeitos que tinham no espaço a sua raiz. Dessa forma, o silêncio foi atravessando as margens da memória, que, corrompida pelo tempo, destituiu o indivíduo da sua essência, da sua individualidade humana, e o fez agir sob a égide da não pertença. Os dilemas que se criaram a partir daí foram incorporados pelos indivíduos, que passaram a viver nos entre-espços e ramificaram a própria constituição de nação, já no pós-guerra.

O mundo, a partir de então, passou a ser compreendido de forma singular, a partir dos caminhos trilhados pelos sujeitos históricos, cada um a seu modo e a seu tempo. Nesse contexto, o escopo literário passa a integrar os preâmbulos históricos como signos únicos, que abarcam a subjetividade e o imaginário, imunes à limitação documental. Diante disso, na esteira literária, torna-se possível estreitar a relação entre as vivências históricas colocadas em curso pelos sujeitos e as margens que colocam o indivíduo diante das fronteiras imagéticas do espaço. E são essas fronteiras que se cruzam nas obras analisadas nesta tese: fronteiras de pensamento, de existência e de lugar. Trata-se de imposições dialéticas marcadas pela história da colonização, desarticuladas pela essência dos sujeitos históricos, que, diante dos dilemas da existência humana, se (re)conectaram com o único lugar passível de compreensão: o lugar-mundo existente dentro de cada um.

É, pois, esse lugar-mundo que vai se abrir para as narrativas contemporâneas pós-coloniais por meio da representação imagética e identitária das personagens que permeiam o sentido do discurso. O esboço de um passado não crível vai marcar as insurgências de vozes, que, pela não delimitação de uma fronteira de existência, passaram a habitar o plano da razão, perpetuando a ideia de uma nação que fez do silêncio a forma de resistir ao tempo cronológico e ao espaço arbitrário, diretrizes que lhes foram impostas. São essas diretrizes, por sua vez, que se dissociarão do plano real e se circunscreverão ao que Ricoeur (2010) denominou terceiro-tempo. Os limites da racionalidade humana passam, assim, a ser redefinidos no que tange ao processo de reaflorescimento de uma consciência nacional e identitária, que trouxe novamente

para o centro a individualidade identitária dos sujeitos. A representação dessa dinâmica dá-se por meio de um leque matizador de circunstâncias, pelas quais as narrativas se constroem. E são as circunstâncias que unem, no mesmo campo semântico, as três narrativas analisadas na presente tese.

Fadada ao fracasso na vida adulta que lhe foi imposta, Catarina, personagem de *Requiem para um Navegador Solitário*, vive cercada por fantasmas do passado que a fazem sucumbir, em primeira instância, aos limites fronteiriços impostos pela dominação. Como estrangeira em uma terra de ninguém, a dominação que a cerca é representada não só pela ilha em desalento, mas pelos homens que cruzam seu caminho e ditam regras de conduta e civilidade. Em meio ao silenciamento que lhe foi imposto, ela cria matizes de significado para a sua vida: o silêncio lhe serve de escape para os momentos em que a palavra não carece ser dita. Serve, também, como forma de resistência, para os momentos de tormenta e intempéries, quando a sua maior proeza é a contemplação. Contemplar a passagem de transeuntes pelo Hotel Salazar ou, então, a chegada e a partida das embarcações, no porto de Díli, carregadas de homens e gatos, fez do silêncio da contemplação a fórmula astuta de sobrevivência naquele lugar, que acabou se transformando no *Seu* lugar. À sua maneira de encarar os fatos, Catarina faz do desalento sua forma de existir para o novo lugar-mundo que se projetou. O terceiro-tempo, nesse sentido, constitui a contracorrente necessária para a sua sobrevivência. As projeções feitas por ela, nos dias vividos na ilha de Díli, estabelecem um elo entre a mulher e a terra, entre o espaço físico e o tempo onírico, estreitando a nova dinâmica de sua vida: a ruptura com o passado fê-la consolidar sua identidade ressignificada. Dos silêncios impostos em sua vida e da memória de alguém que vive em um entre-lugar, Catarina refloresceu para o mundo contemplando o mar.

Ulume, também por meio da contemplação, vê-se imerso na paragem do tempo como forma de encontrar sentido. Nas inconsistências de sua vida, o homem contemplativo vê-se ligado ao silêncio, trazido pelo monte, e à representatividade ancestral, trazida à tona pela passagem diária do cágado velho. As fronteiras impostas pelas tantas guerras que atravancaram seu caminho fizeram de Ulume um sujeito em descompasso com o espaço habitado. Dessa maneira, como Catarina, a projeção imagética da narrativa faz a personagem existir para além do espaço-tempo habitual. Como forma de se (re)encontrar como sujeito, o silêncio da contemplação, ao fim da

tarde no cume, faz surgir a consolidação do terceiro-tempo. É ali que a desfronteira se consolida e permite a transfiguração da alma em conflito.

Sua caminhada pelos kimbos ao longo dos anos, o encontro com Munakazi e a disparidade na relação com os filhos fizeram-no projetar-se para além da sua morada. Tal qual o Senhor Condenado em *A Biografia do Língua*, Ulume condensa a passagem do cágado e a própria paragem do tempo, engendrando uma nova noção de casa.

Na sua trajetória como sujeito em suspenso, vivendo nas diretrizes de um pêndulo imagético, o homem parte-se em metades dialógicas, para dar conta de se conectar com o mundo. E consegue! O silêncio, nesse sentido, serve-lhe como fio condutor, para, mediante a contemplação, quebrar os paradigmas impostos pela guerra. Das duas metades do sujeito, a que se vê imersa na paragem do tempo - consolidada no terceiro-tempo - e a que vive a sua história em conflito, surge a nova faceta de um indivíduo que se reconecta com o espaço habitado. Dessa forma, Ulume encontra o seu lugar de fala para além das margens do kimbo. Por meio da (trans)vivência, a personagem reconstrói-se como sujeito a partir da sua nova concepção identitária, adquirida ao longo do processo de isolar-se de si e de ouvir aquilo que, no silêncio, era possível encontrar: o *Ser* diante do mundo.

É, pois, na (trans)vivência, que as personagens Língua e Senhor Condenado se conectam aos caminhos narrativos traçados por Catarina e Ulume. Diante de um leque temporal, Língua e Senhor Condenado passam a viver em consonância com o novo espaço habitado por eles, inferindo, também, a possibilidade de existência para além do tempo onírico, encontrando-se sob a égide da lucidez, no mesmo terceiro-tempo coabitado por Catarina e Ulume. No lugar imagético da contemplação, as personagens, em consonância com a historicidade de seus espaços habitados, interligam-se por meio do silêncio, que passou a ser resistência, do tempo, que foi transmutado, e das memórias, que se abriram como fonte primeira de enaltecimento do novo espaço-tempo habitado.

Desse modo, vale ressaltar que as narrativas fazem emergir, por meio de suas personagens, tão significativas para a compreensão do processo de recondução socioidentitário de suas nações, a ideia de uma representatividade onírica, na qual a dimensão humana passa a ser contemplada em sua plenitude de existência e sentido. Assim, a trajetória literária, colocada em curso pelos escritores que ditam as novas visões humanas e identitárias de nações afligidas pela colonização, recria, no plano

do concreto, a noção de sujeito que se permite viver, na sua plenitude, o que foi totalmente distorcido e impugnado por uma filosofia em que o sujeito histórico, fazedor de verbos, foi silenciado e apagado. Dito isso, voltam-se os olhares para as personagens centrais das narrativas aqui analisadas. Cada qual a sua maneira passou pelo calvário entreposto nas diretrizes temporais da colonização e (re)ergueu-se por meio da confluência de vozes que emergiu da margem.

Em *Requiem para o Navegador Solitário*, entra-se em contato com a leitura de um espaço dicotômico, no qual os valores sociais e humanos foram sendo levados pelo mar que banha a ilha. Diariamente, sujeitos sem-terra e sem lei foram sendo deixados naquele espaço, abandonados à própria sorte, como cúmplices do desalento da vida. Catarina entra na história como recrutadora de vidas perdidas. Ela, cercada pelos gatos, faz, das intempéries que lhe foram cruzando o caminho, morada. Silenciada de todas as formas possíveis, apropria-se do silenciamento para ressignificar sua jornada até ali. Assim, decidida a não se entregar para as desavenças da terra, a jovem apropria-se da sua condição de alma peregrina e reconstrói-se a partir da sua nova morada. O tempo, nessa reconstrução, também é ressignificado, uma vez que as ações da protagonista, a partir da partilha com o novo sentido de vida encontrado, entram em descompasso com a realidade concreta da ilha. Apesar da guerra e dos conflitos, Catarina encontra-se em paz, pois sua identidade, antes fragmentada, preenche-se, agora, de sentido, ao (re)encontrar-se como sujeito no mundo.

O mesmo acontece a Ulume, em *Parábola do Cágado Velho*. O homem em contemplação reconecta-se com o passado, por meio de um ciclo de rememoração, no qual as tangentes sócio-históricas que lhe fizeram o caminho de vida existir vão sendo exploradas, na narrativa, como marcas constituintes de atenção. No tocante a essa questão, entra o principal vetor da informação, neste caso, como forma de apropriação dos eventos traumáticos do passado e toda bagagem mimética presente no silêncio traçado diariamente pelo cágado velho. Desse modo, o redemoinho de conexões inscrito no plano da razão fa-lo aperceber-se da imagem de si. Essa percepção desvencilha-o do pêndulo imagético ao qual ficou preso durante os anos de sua vida.

Talvez fosse o fato de a velhice, como ele já encarava, ter lhe trazido a razão, juntamente com os encontros com o cágado. Por outro lado, certamente, o caminho percorrido fez com que vislumbrasse o silêncio habitado por ele, durante a paragem

do tempo, trazendo a possibilidade de se enxergar como pertencente a um novo mundo, que, a partir daquele instante, precisava ser descoberto e contemplado por meio de outras ações, com uma visão mais abrangente de futuro, sem amarras, não ditos ou utopias metafóricas.

O mesmo sentimento de (re)descobrir-se por meio da contemplação leva as personagens de *Biografia do Língua - Língua e Senhor Condenado* - a se reinscreverem como pertencentes a um espaço habitável de sentido e de vida, para além dos entrecruzamentos fronteiriços forjados durante a colonização. Somando-se a isso, há o fato de que o traçado imagético que permeia a narrativa de Mario Lúcio de Sousa está inserido em duas vias de reconhecimento epistemológico. Aquela trilhada por uma voz silenciada antes mesmo de nascer e que, por conta disso, se transforma em sujeito metafórico, representando tudo aquilo que a própria história dava conta de tangenciar. Língua também contempla, envolto em seu silêncio. A sua existência foi, assim, marcada por suas ações e representações miméticas de um terceiro-tempo plausível e coerente. A personagem dissolveu-se em vivências transgressoras do tempo e do espaço e, por isso, fizeram-no reconduzir toda a oficialidade histórica a ponto de receber uma biografia, ou seja, uma história recontada a partir do sujeito histórico que a fez ser reformulada.

No mesmo plano de avaliação, encontra-se o Senhor Condenado, que, na Falésia, contempla sua nova constituição de casa. A personagem quebra o silêncio imposto sobre si e sobre o próprio Língua e redireciona o pensamento para além do horizonte tangível. Por meio da narração detalhada, ou seja, da ruptura de um longo silêncio imposto pelas guerras que passaram diante de suas vistas, a história de África foi sendo, de fato, recontada, reformulada e, nesse ínterim, (re)inscrita em um novo patamar de vivências e significações.

Assim, torna-se notória a relação que se estabelece entre as três narrativas aqui analisadas. O indivíduo, (re)conduzindo as novas dinâmicas de vida que se foram abrindo, transforma, por meio da contemplação, do silêncio e do tempo, a sua existência nos novos espaços surgidos nos entre-lugares, criados durante o afrente colonizatório europeu. As memórias, por vezes cruéis e dolorosas, foram sendo incorporadas e passaram a direcionar novas formas de se enxergar o mundo a partir da resistência às ações do tempo, sendo possível reformular a noção de casa, de morada e de ser sujeito, diante das novas projeções de nação, em consonância com o mundo novo pós-guerra.

## 5 CHEGAMOS, ENFIM – A CONCLUSÃO

“Nossa fala, isto é, nossos enunciados (que incluem as obras literárias), estão repletos de palavras dos outros, caracterizadas em graus variáveis, pela alteridade, pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos” (BAKHTIN, 1992, p. 314).

A alteridade, como ponto de partida para a compreensão do mundo, faz pensar sobre como a literatura influencia a construção das relações de sentido. Ela – a literatura - permite enxergar o mundo simbólico e imagético que compõe os processos históricos e, assim sendo, os próprios sujeitos. Ainda, seguindo a ideia de Bakhtin (1992), o indivíduo só existe por meio do outro, da relação dialógica existente entre os sujeitos e os discursos sociais que se perpetuam nos entre-espacos habitados, nos quais o sentido é construído. Além disso, por meio dessa relação entre o eu-sujeito e o mundo que o cerca, as ressonâncias históricas são (re)projetadas a partir dos elos que constituem o espaço-ser de cada sujeito na sua particularidade. Assim, desde um ponto de vista não perpendicular, os caminhos seguidos pelos indivíduos no contexto pós-colonial e representados nas literaturas contemporâneas traçam a reformulação do imaginário a partir dos não ditos formulados ao longo dos processos históricos.

Para Ana Mafalda Leite (2012, p. 141), “nesses quase trinta anos pós independência surgiram livros que tentam penetrar algumas áreas de “amnésia” colonial, recuperando lugares, vozes e consciências, trajetões e percursos do trilho colonial”. São, pois, as vozes ressonantes que trazem à tona uma nova consciência de lugar e fala às nações em construção. E, nesse processo, a literatura teve papel fundamental no que tange à reconstrução da própria consciência nacional e identitária. Durante os longos anos de subjugo colonial, os indivíduos foram silenciados e enclausurados em um pêndulo imagético, no qual passaram a viver em suspenso, longe das suas raízes, silenciados e marginalizados. Dito isso, passa-se a olhar para as diretrizes que reconectam esses mesmos indivíduos a uma nova razão social por meio daquilo que Antonio Candido (2004) vai denominar literatura humanizante, que se abre à sociedade como um direito único e intransferível, sendo fator necessário e indispensável para a humanização dos indivíduos.

Nessa perspectiva, pensando no papel assumido pela literatura, principalmente aquele que vai ao encontro da desconstrução da dita verdade histórica, observa-se

que é na construção literária que o tempo passa a ser remodelado. E essa remodelação movimenta-se com base nas dinâmicas surgidas no entrelaçamento de vozes e nos conflitos marcados pelo deslocamento. Concomitantemente, os próprios escritores estão intrinsecamente ligados a esse processo, uma vez que suas experiências são entrecruzadas, também, pela ideia do descentramento cultural e identitário. Na realidade, como agentes de transformação, são eles, os escritores, que carregam grande parte da bagagem mimética construída nos processos colonizadores. Pelo menos, assim o é com relação aos autores da chamada literatura de resistência, que surgiu ainda no período de colonização, calcada na força do povo e da geração que, não tendo escolha, precisou se erguer contra o sistema opressor e delimitar novas fronteiras para que a vida pudesse seguir de modo diferente.

Como símbolos de resistência ao processo ditatorial, esses escritores lançam-se à frente de seu tempo, para realinhar as matrizes imagéticas, que, pré-estabelecidas, foram incorporadas ao longo dos anos e, por conta disso, viram-se presas à propagação de uma ideia falsa de nação consolidada. Pensando nisso e em toda a significação trazida à tona pelas narrativas analisadas nesta tese, chega-se a algumas conclusões.

É preciso ter em mente, primeiro, que as três obras analisadas - *Requiem para um Navegador Solitário*, *Parábola do Cágado Velho* e *Biografia do Língua* -, embora apresentem rupturas sociais distintas, estão inscritas no mesmo plano epistemológico de análise. Luís Cardoso, Pepetela e Mario Lucio Sousa inscrevem, em suas narrativas, não só os dilemas que permeiam os espaços representados em suas obras, eles usam sua escrita para penetrar, de forma profunda e dinâmica, nas matrizes que se formaram no íntimo do ser humano. Trazem, à guisa de discussão, o entrecruzamento de vidas que aprenderam a coexistir nos entre-lugares, enfrentando, de tal modo, a realidade, a relação humana no novo espaço-tempo, transformada pelo hibridismo cultural (BHABHA, 2003).

Em *Requiem para o Navegador Solitário*, Luís Cardoso apresenta, inicialmente, os dilemas que acometeram a Ilha de Díli: a exploração portuguesa, o abandono da terra à própria sorte e, mais significativamente, a ruptura epistêmica da sociedade. Como resultado de um duro processo histórico de ocupação, o Timor-Leste viu-se preso a um redemoinho desconstrutor de vidas em suspenso. Adentra-se esse contexto, com a chegada de Catarina, personagem que cruza com os dilemas

históricos que marcaram aquele espaço. Como memórias vivas e transcendentais, a jovem vê-se presa, de início, a esse redemoinho.

No caso de *Parábola do Cágado do Velho*, Pepetela explora as dinâmicas socioculturais que envolvem a vida nos kimbos. A presença constante das sombras deixadas pela guerra marca a passagem dos dias. Ulume, personagem central da narrativa, representa, nesse contexto, a relação do homem mais velho com a terra, com o tempo e com o espaço habitado pela incerteza. E toda essa gama imagética transforma-o em um homem de metades, em desconformidade com a vida.

Já em *Biografia do Língua*, duas personagens vivem histórias paralelas, mas acabam se encontrando, conforme Ricoeur (2010), no terceiro-tempo. Mario Lúcio de Sousa, por meio da obra, traz à discussão a ideia do espaço em desconstrução. Mas não só isso; enseja, ainda, uma reflexão sobre as histórias de vida que marcaram, ao longo dos anos, a formação da nação cabo-verdeana. Desse modo, nessa obra, a malha narrativa discorre sobre esse espaço ocupado e sobre como as lacunas passaram a ser preenchidas com histórias de resistência e de reconexão com a identidade, por meio dos itinerários discursivos. Assim como Angola, Cabo Verde também se viu presa a uma série de lutas e trocas traumáticas até que chegou ao ponto de a independência, de fato, ser considerada. Entretanto, o que mais chama a atenção é a maneira como o escritor Mario Lúcio de Sousa explora as raízes africanas de seu país, enfocando as transformações sociais por meio de Língua, personagem que foi se reconstruindo, tal qual Cabo Verde, e, por meio do Senhor Condenado, que, de forma direta e objetiva, representa a história por detrás dos fatos ditos oficiais.

Tanto para Língua quanto para o Senhor Condenado, as condições de vida que lhes circundavam os olhos eram do findar da vida. A condição de escravo remetia a isso. Ser um condenado à morte, igualmente, representava o cessar dos dias. No entanto, essas condições representam, na realidade, o início de um novo ciclo. À medida que a narrativa avança, percebe-se que a biografia já não é mais centrada especificamente em Língua, mas em histórias que se emendam e reconduzem a forma de o povo de Falésia se ver como nação. A personagem Língua, nesse caso, simboliza a própria caminhada dessa nação, que se desconstruiu para habitar o novo mundo, que foi sendo projetado.

Dito isso, chega-se ao mote perseguido por esta tese! Embora apresentem percursos sócio-históricos distintos, é considerando a constituição da palavra como fonte primeira de sentido que se erige a reflexão sobre as obras aqui analisadas,

trazendo-as para o mesmo plano epistemológico. O espaço-passado, habitado por Catarina, Ulume, Língua e Senhor Condenado, serve como ponte para a projeção do novo: Catarina narra suas memórias em um processo de (re)descobrimto de si; Ulume, pela rememoração, busca respostas para as suas incompletudes; Língua e o Senhor Condenado projetam-se, a partir de suas memórias e do necessário esquecimento, para a contínua caminhada. Pode-se, com isso, afirmar que as personagens se encontram no entre-espaço, projetam-se para um novo amanhã, mas não conseguem se desvencilhar das guerras travadas ao longo de suas vidas. Assim, os silêncios figuram por entre as linhas das narrativas, trazendo à discussão a dura imposição do deslocamento.

As personagens que figuram nas três obras estão intimamente ligadas pela posição que ocupam na reorganização do imaginário de seus países. São histórias que se cruzam pelo silêncio imposto às personagens ao longo da sua trajetória, pelas marcas identitárias formadas durante os processos históricos e, principalmente, pelo representativo papel de cada uma no afloramento de uma nova consciência, motivadora e transgressora do imaginário, tão arraigado nas matrizes delimitadas pelas fronteiras colonizantes. E nesse processo de intersecção de vidas, diversos símbolos tornam-se evidentes.

Como forma de purificar e emanar o novo ciclo em construção, nas três obras, a água representa transgressão. Em *Requiem para o Navegador Solitário*, Catarina vê-se íntima do mar, do que ele traz de bom e de ruim. Em *Parábola do Cágado Velho*, Ulume espera, todos os dias, um velho cágado passar a sua frente para beber água da fonte; a água é a representação dessa almejada vida purificada, relacionada sempre à sabedoria do mais velho. No caso da *Biografia do Língua*, é o espaço físico que representa a vivacidade proporcionada pela água, haja vista que as personagens são cercadas pela fluidez das águas do arquipélago. Além do mais, a Falésia está ligada às águas que compõem o litoral e banham as encostas do espaço-casa, onde o Senhor Condenado conta a sua história.

Outro símbolo relevante é a morada, ou seja, a nova casa habitável, construída nas narrativas. Catarina, depois de toda sua trajetória, vê-se presa a um barco, que lhe foi significativo e constituiu meio de transformação. Ulume decide largar a sua antiga vida e viver no Vale da Paz, que, embora lhe parecesse assustador, permite-lhe uma nova visão do “todo” que passa a ser vislumbrado. Língua vive na gruta para se reconhecer e, após um longo período, vai ao encontro do incerto que o mundo pode

oferecer. Por fim, o Senhor Condenado faz, da sua condenação, artifício para se reconstituir na Falésia, onde a dialética do devaneio lhe trará a sabedoria, para reconhecer sua nova definição de casa.

Por fim, são as próprias histórias de vida que se transformam em signos representativos de uma identidade ressignificada. Catarina, Ulume, Língua e o Senhor Condenado recobrem-se do verbo *Ser*, em todas as instâncias de sua vida. As personagens se desconstroem desde o início das narrativas. Catarina, usada como gata de jade em um negócio, é silenciada à medida que sua existência se torna irrelevante diante dos fatos, após sua chegada a Díli. Nesse processo, o silêncio serviu-lhe de base para que o *Ser* para o mundo, diante da nova realidade que ela mesma decide assumir, fosse uma prova da sua ressignificação. Ulume, ao se entregar à paragem do tempo, necessita do silêncio para escutar o que o universo tem a lhe dizer. Assim, seu reconhecimento, diante das tantas paragens realizadas — paragens de guerra, de perdas e, principalmente, de autorreflexão — transforma-o em um sujeito que passa a se assumir, para viver o novo ciclo tornado possível. A incessante caminhada de Língua, que passou por tantos infortúnios — a escravidão, o apagamento da identidade, o racismo, a orfandade, os dilemas da vida adulta, as guerras e o fim da escravidão, que lhe trouxe outros tantos problemas —, enrijeceu-o para a vida. E foi só assim que ele pode, tal qual Catarina e Ulume, encontrar-se como sujeito ressignificado, pronto para o espaço-mundo que se abria. Por fim, o Senhor Condenado apresenta todas as outras histórias. Não só ele, como condenado, foi silenciado, pois o silêncio também havia sido imposto às vidas que o escutavam atentas, pelo fato de viverem em um espaço conturbado que também passou pelos processos colonizatórios. Entretanto, por meio de suas histórias, não somente a sua voz passou a ser ouvida, mas também a voz de toda uma sociedade, que foi se (re)moldando, criando novas raízes e constituindo-se como sujeito ativo nos novos ciclos, possibilitados pela força das palavras do condenado e da história de vida do protagonista.

Faz-se necessário, ainda, afirmar que *Requiem para o Navegador Solitário*, *Parábola do Cágado Velho* e *Biografia do Língua* se erguem sob a égide da reconfiguração identitária, do existir para o mundo, no tempo representado pelas águas e nos espaços físicos ou aqueles surgidos na constituição do devaneio, representados pela Ilha, pela Falésia e pelo Kimbo.

É sabido que os países colonizados por Portugal travam lutas diárias contra os problemas deixados pelo colonizador e que, por meio de um processo de autorreconhecimento, tentam se reerguer. Não obstante, os problemas relacionados à identidade, à cultura e à hibridização dos sujeitos tornam-se um obstáculo para que esses processos se consolidem dentro do projeto de nação.

Nessa perspectiva, a literaturas contemporâneas pós-coloniais têm exercido papel fundamental para o processo de reaflorescimento das vozes antes silenciadas, pois, através de obras que representam as muitas narrativas que compõem a sociedade, os indivíduos reconhecem-se e conseguem desenvolver, novamente, uma relação de identificação com a sua terra. Os desdobramentos pelos quais Angola, Timor-Leste e Cabo Verde têm passado, nos últimos anos, são evidenciados nas narrativas de Pepetela, Luís Cardoso e Mario Lúcio Sousa, pelo fato de apresentarem a realidade de seus países e por denunciarem as irregularidades que ainda são uma realidade.

As obras que constituem o *corpus* deste estudo correlacionam-se, portanto, uma vez que trazem, à guisa de discussão, questões, como: a identidade do sujeito e sua hibridização, o surgimento de sujeitos deslocados, a memória coletiva e individual e o silêncio. Esses elementos fazem parte da composição discursiva de Angola, do Timor-Leste e de Cabo Verde. As personagens destacadas na obra, de um lado, representam a fragmentação identitária dos indivíduos, mas, de outro, representam a mudança possível. Ambas as facetas evidenciam, pois, o percurso dos sujeitos históricos e trazem, para a reflexão, as problemáticas do pós-independência.

Ademais, para avaliar a trajetória de cada nação ao longo da sua própria história, é necessário voltar os olhares para a mais intrínseca memória forjada nos dilemas das guerras travadas pelo homem europeu. Pensando nisso, pode-se afirmar que as literaturas pós-coloniais ensejam a reescrita dos discursos considerados oficiais e que figuram no plano do reconhecimento do Outro. Além disso, por meio de uma escrita metafórica e representativa de vozes e conflitos que se presentificam nas nações contemporâneas, as narrativas aqui analisadas esboçam a não diminuição dos valores humanos, uma vez que instigam a pensar sobre novos olhares que, necessariamente, precisam se voltar mais para o sul, onde a vida se faz verbo, onde a luz resplandece por cima dos montes e traceja luminosidade para os dias de tempestade!

## REFERÊNCIAS

- ABDALA JÚNIOR, Benjamin. **Literatura, História e Política**. São Paulo: Ática, 1989.
- ABDALA JÚNIOR, Benjamin. Utopia e dualidade no contato de culturas: o nascimento da literatura cabo-verdiana. *In*: LEÃO, Angela (Org.). **Contatos e Ressonâncias**: literaturas africanas de língua portuguesa. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. p. 209-236.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARRUDA, José J. de; PILETTI, Nelson. **Toda a História**. São Paulo: Ática, 1996.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fonseca, 1998.
- BAKHTIN, Mikail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do Romance II**: as formas do tempo e do cronotopo. São Paulo: Editora 34, 2018.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BOSI, Alfredo. Colônia, culto e cultura. *In*: BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- BUALA. **Aimé Césaire**. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/autor/aime-cesaire>. Acesso em: 27 dez. 2016.
- BURKE, Peter. **A Escrita da História**. Novas perspectivas. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1992.
- CABAÇO, José L. O. **Moçambique**: Identidades, Colonialismo e Libertação. 2007. 475 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CANDIDO, Antônio. O Direito à Literatura. *In*: CANDIDO, Antônio. **Vários Escritos**. Rio de Janeiro: Duas cidades, 2004.
- CANÊDO, Letícia B. **A Descolonização da Ásia e da África**. São Paulo: Atual, 1994.
- CARDOSO, Luís. **Requiem para o Navegador Solitário**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009.
- CESAIRE, Aimé. **Discurso Sobre o Colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

CHAVES, Rita. Representação do Espaço e Deslocamento das Utopias. *In*: PADILHA, Laura Cavalcante; SILVA, Renata Flavia. (Org.). **De Guerras e Violências**: palavras. corpo, imagem. Niterói: Editora da UFF, 2011. p. 37-50.

CONTE, Daniel. Um Olhar sobre o Silêncio de Ulume N'A Parábola do Cágado Velho. *In*: CONTE, Daniel. **Literatura em Debate**, Frederico Westphalen, n. 13, 2013.

CUNHA, João Solano Carneiro da. **A questão de Timor-Leste**: origens e evolução. Brasília: FUNAG/IRBR, 2001.

FAGE, J. D. **História da África**. Lisboa: Edições 70, 2010.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIA, Antonio. **Linha Estreita da Liberdade**: A Casa dos Estudantes do Império. Lisboa: Colibri, 1997.

GALDINO, Carolina Ferreira. **Nasce um estado**: a construção do Timor-Leste. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), São Paulo, 2012. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96020/galdino\\_cf\\_me\\_mar.pdf;jsession](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96020/galdino_cf_me_mar.pdf;jsession). Acesso em: 17 mar. 2022.

HERNANDEZ, Leila Leite. **África na Sala de Aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. São Paulo: Contexto, 2013.

LARANJEIRA, Pires. **De Letra em Riste**: identidade, autonomia e outras questões na literatura de Angola, Cabo-Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. Porto: Edições Afrontamentos, 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**: Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

LEITE, Ana Mafalda. **Oralidades & Escritas Pós-Coloniais**: estudos sobre literaturas africanas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

MARSON, Izabel Andrade. **Obras de ficção revelam características de momento histórico**. 2010. Disponível em: <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/entrevistas/2004/10/entrevista2.htm>. Acesso em: 24 ago. 2013.

MATA, Inocência. A Condição pós-colonial das literaturas africanas escritas em língua portuguesa: algumas diferenças e convergências e muitos lugares-comuns. *In*: MATA, Inocência; VAZ, Ângela (org.). **Contatos e Ressonâncias**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

MATA, Inocência. Pepetela: A Releitura da História entre Gestos de Reconstrução. *In*: MATA, Inocência; CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia. (org.). **Portanto, Pepetela**.

São Paulo: Ateliê editorial, 2009.

MATA, Inocência. Pepetela: Um escritor (ainda) em busca da Utopia. **Revista Scripta**, v. 3, n. 5, p. 243-259, 2º semestre, 1999.

MATA, Inocência: A Condição pós-colonial das literaturas africanas de língua portuguesa: algumas diferenças e convergências e muitos lugares-comum. *In*: LEÃO, Angela (Org.). **Contatos e Ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. p. 43-72.

MBEMBE, Achille. **O sair da grande noite**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MESGRAVIS, Laima. **A Colonização da África e da Ásia**. São Paulo: Atual, 1994.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As Formas do Silêncio**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

PAZ, Octavio. **O Labirinto da Solidão**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Péricles Cunha. 3. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997

PEPETELA. **Parábola do Cágado Velho**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

PERROT, Andrea Czernobay; CONTE, Daniel; KUNZ, Marinês. Literatura, história e catarina: a narrativa do deslocamento em Requiem para o navegador solitário, de Luís Cardoso. *In*: PERROT, Andrea Czernobay; CONTE, Daniel; KUNZ, Marinês. **Língua e Literatura**, Frederico Westphalen, n. 36, v. 20, 2018.

POEMA DE ALBERTO CAEIRO (heterônimo de Fernando Pessoa), publicado no livro "**O guardador de Rebanhos**". Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/pe000001.pdf>. Acesso em: 05 out. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *In*: POLLAK, Michael. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 3, 1989.

PORTAL DA LITERATURA. **Parábola do Cágado velho**. Disponível em: <https://www.portaldaliteratura.com/livros.php?livro=3600>. Acesso em: 24 set. 2020.

RIBEIRO, Dario. Da conquista europeia à descolonização. *In*: RIBEIRO, Dario. VISENTINI, Paulo G. Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Ana Lúcia Danilevicz. **Breve História da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2018.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa 3**. São Paulo: WMF Martins Fonseca, 2010.

ROSAS, Fernando. A CEI no contexto da política colonial portuguesa. *In*: BORGES, P.; FREUDENTHAL, A.; MEDEIROS, T.; PEDRO, H. (Coord.). **Mensagem**:

cinquentenário da fundação da Casa dos Estudantes do Império: 1944-1994. Lisboa: Associação Casa dos Estudantes do Império, 1997.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: por uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

SECCO, Carmen Lúcia Tindó. Na curva Oblonga do Tempo, Uma Alegórica Parábola... In: SECCO, Carmen Lúcia Tindó. Rita Chaves, Tânia Macêdo (org.) **Portanto, Pepetela**. São Paulo: Ateliê editorial, 2009.

SECCO, Carmen Lúcia Tindó. Nós, os do Makulusu: entrelugar de afetos, metáforas e memórias. In: PADILHA, Laura Cavalcante; SILVA, Renata Flavia (Org.). **De Guerras e Violências**: palavras. corpo, imagem. Niterói: UFF, 2011. p. 51-60.

SERRANO, Carlos; KAPENGUELE, Munanga. **A Revolta dos Colonizados**: o processo de descolonização da África e Ásia. São Paulo: Atual, 1995.

SILVA-REIS, Dennys. O intérprete negro na história da tradução oral: da tradição africana ao colonialismo português no Brasil. **Tradução em Revista**, n. 24, 2018. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34521/34521.PDF>. Acesso em: 28 mar. 2022.

SOUSA, Mário Lúcio. **Biografia do Língua**. Alfragide: Dom Quixote, 2015.

STEINER, Georg. **Linguagem e Silêncio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TODOROV, Tzvetan. A descoberta da América In: TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

UZOIGWE, Godfrey N. **História Geral da África, VII**: África sob o domínio colonial, 1880 – 1935. Brasília: UNESCO, 2010.